



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE VIANA DO CASTELO

Maria Goreti Lopes Alves de Barros

OS BALDIOS – História, Desenvolvimento e Gestão.

O concelho de Ponte de Lima.

Dissertação de Mestrado

Gestão Ambiental e Ordenamento do Território

Sob a orientação do

Prof. Doutor António Cardoso

Dezembro de 2012

*As doutrinas expressas neste  
trabalho são da exclusiva  
responsabilidade da autora*

## ÍNDICE

Índice .....	iv
Resumo .....	vii
Agradecimentos .....	ix
Nomenclatura.....	x
Índice de quadros .....	xi
Índice de figuras .....	xiii
1. Introdução e problema .....	1
2. Metodologia .....	4
3. Resenha Histórica dos Baldios .....	6
3.1. Os baldios: origem e evolução histórica .....	6
3.2. Os baldios durante os séculos XV a XVIII.....	9
3.3. Os baldios em período de transição 1820 - 1910.....	11
3.4. Os baldios no princípio séc. XX: O Estado Novo, conflitualidade e as populações locais.....	17
3.5. A exploração dos baldios entre 1932 e 1938.....	21
3.6. Os baldios de 1939 a 1974 .....	26
3.7. Os baldios após 1974 .....	30
3.8. Legislação sobre os baldios.....	34
4. Caraterização geral da área de estudo .....	38
4.1. Enquadramento geográfico dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima .....	38
4.2. Hipsometria .....	40
4.3. Declive .....	43



<b>4.4. Hidrografia .....</b>	<b>44</b>
<b>4.5. Geologia e Solos .....</b>	<b>46</b>
<b>4.6. Demografia.....</b>	<b>48</b>
<b>4.7. Enquadramento do setor agrário .....</b>	<b>49</b>
<b>4.8. Ocupação do solo e povoamentos florestais .....</b>	<b>53</b>
<b>4.9. Produção florestal .....</b>	<b>61</b>
<b>4.10. Zonas de Intervenção Florestal – ZIF .....</b>	<b>64</b>
<b>4.11. Zonas de caça .....</b>	<b>67</b>
<b>4.12. Rede Natura 2000.....</b>	<b>70</b>
<b>4.13. Biodiversidade .....</b>	<b>72</b>
<b>4.14. Incêndios florestais .....</b>	<b>74</b>
<b>5. Baldios, multifuncionalidade e desenvolvimento local .....</b>	<b>77</b>
<b>5.1. Os Baldios e a sua importância no desenvolvimento local e rural.....</b>	<b>77</b>
<b>5.2. Os baldios e a sua multifuncionalidade.....</b>	<b>79</b>
<b>5.3. Os baldios: alguns elementos quantitativos .....</b>	<b>85</b>
<b>6. Resultados .....</b>	<b>91</b>
<b>6.1. Os baldios do Concelho de Ponte de Lima – uma análise exploratória .....</b>	<b>91</b>
<b>Nota introdutória.....</b>	<b>91</b>
<b>6.2. Administração da unidade de baldios .....</b>	<b>92</b>
<b>6.3. Utilização e ocupação do solo da unidade de baldio .....</b>	<b>94</b>
<b>6.4. As entrevistas .....</b>	<b>106</b>
<b>6.4.1. São Pedro D’Arcos.....</b>	<b>107</b>

<b>6.4.2. Vitorino dos Piães .....</b>	<b>109</b>
<b>6.4.3. Serdedelo.....</b>	<b>111</b>
<b>6.4.4. Facha .....</b>	<b>112</b>
<b>7. Considerações finais.....</b>	<b>116</b>
<b>8. Bibliografia .....</b>	<b>119</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>126</b>
<b>Anexo I - Arborização dos Baldios.....</b>	<b>127</b>
<b>Anexo II - População residente no Concelho de Ponte de Lima .....</b>	<b>128</b>
<b>Anexo III - Variação da população residente por freguesia, 2001 – 2011.....</b>	<b>130</b>
<b>Anexo IV - Modelo de Inquérito .....</b>	<b>131</b>
<b>Anexo V - Guião de entrevista.....</b>	<b>138</b>

## **RESUMO**

A existência de terrenos baldios é muito antiga e remonta quase às primeiras sociedades agrárias. Estes têm sofrido diferentes abordagens ao longo do tempo, até chegarem aos dias de hoje. Este trabalho desenvolve a evolução histórica dos baldios e esboça o papel exercido, pelos compartes, população, estado e gestores, como atores dessas mudanças e transformação. É feita a caracterização dos baldios do Concelho de Ponte de Lima, são enumerados os recursos naturais destes territórios e é avaliada a importância em termos de biodiversidade. Abordam-se neste trabalho as formas de gestão associadas aos baldios, o modo como estão a ser aproveitados e a importância que representam para as populações locais. Por fim, descrevem-se as formas de gestão e as exiguidades que comportam.

## ABSTRACT

The existence of common land is very old indeed and it goes back to the first rural societies. It has been treated differently throughout the ages until today. This work analyses the historical evolution of common land and portrays the inhabitants, the people, the State and the managers' role in it. They all played an active part in those changes and transformations. The common land of the County of Ponte de Lima is characterized, its natural resources are described and its importance, as far as biodiversity is concerned, is evaluated. This work also treats in detail the several ways common land has been managed, how it has been used and how important it has been to the local people. Finally, all the management styles and the outcoming conflicts are thoroughly analysed.

## **AGRADECIMENTOS**

Apresentamos o nosso reconhecimento e gratidão pela prestimosa e sábia orientação ao Sr. Prof. Doutor António Cardoso.

Igualmente agradecemos muito reconhecidas as prestimosas colaborações de:

Sra. Mestre Elisabete Abreu.

Sr. Eugénio Vítor da Associação para a Cooperação entre Baldios.

Sr. Doutor Eduardo Maciel Presidente da Junta da Freguesia da Facha.

Sr. Fernando Fiúza Presidente da Junta da Freguesia de Serdedelo.

Sr. Francisco Salgado Presidente do Conselho Executivo da Freguesia de Vitorino de Piães.

Sr. Adão Florêncio Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Pedro D' Arcos.

Sra. Prof<sup>ª</sup>. Sandra Lessa.

A todos aqueles que me acompanharam, de uma forma ou de outra, na conclusão deste trabalho.

## **NOMENCLATURA**

CMPL – Câmara Municipal de Ponte de Lima

PNVCT – Plano Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários

PF – Perímetros Florestais

ZIF – Zona de Intervenção Florestal

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Rede Elétrica Nacional

AFN – Autoridade Florestal Nacional

ACEB – Associação para a Cooperação entre Baldios

BALADI – Federação Nacional dos Baldios

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

JCI – Junta de Colonização Interna

CNA – Confederação Nacional de Agricultores

PROF – Planos Regionais de Ordenamento do Território

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Legislação de utilização e gestão dos baldios .....	14
Quadro 2 Legislação dos baldios entre 1932 e 1937 .....	22
Quadro 3 Áreas dos terrenos comunitários por distrito JCI, Lisboa 1939 – 1940 .....	27
Quadro 4 Síntese da evolução florestal dos baldios serranos de 1940 a 1967 .....	29
Quadro 5 Número de Conselhos Diretivos após a publicação da Lei nº 39/76.....	31
Quadro 6 Legislação sobre os baldios a vigorar após 1974 .....	35
Quadro 7 Perímetros florestais do Concelho de Ponte de Lima.....	39
Quadro 8 Geologia do concelho de Ponte de Lima .....	47
Quadro 9 Ocupação do solo dos baldios do Concelho de Ponte de Lima (1990) .....	55
Quadro 10 Ocupação do solo dos baldios do concelho de Ponte de Lima (2000) .....	57
Quadro 11 Ocupação do solo dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima no ano 2005	59
Quadro 12 Evolução da ocupação do solo dos baldios do Concelho de Ponte de Lima de 1990 a 2005 .....	60
Quadro 13 Tipo de Produção Florestal do Concelho de Ponte de Lima .....	64
Quadro 14 As ZIF do Concelho de Ponte de Lima .....	66
Quadro 15 Zonas de caça do Concelho de Ponte de Lima .....	69
Quadro 16 Baldios do Concelho de Ponte de Lima inseridos em Zona de Proteção Especial.....	71
Quadro 17 Biodiversidade dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima.....	74
Quadro 18 Incêndios florestais dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima.....	76
Quadro 19 Tempo médio de pastoreio por região .....	83
Quadro 20 Pastoreio no baldio por classe de tempo e número de explorações.....	84
Quadro 21 Superfície agrícola utilizada (ha) por localização geográfica e natureza jurídica.....	86
Quadro 22 Unidades de Baldios existentes em Setembro de 2011 .....	87

Quadro 23 Número de explorações segundo a natureza jurídica por classe de SAU (1999-2009) .....	88
Quadro 24 Número de explorações segundo a natureza jurídica por classe de SAU (1999-2009) .....	89
Quadro 25 Modalidades de administração dos baldios .....	93
Quadro 26 Número de rebanhos, de cabeças e de meses em que o gado pasta no baldio .....	96
Quadro 27 Número de rebanhos, de cabeças e número de meses em que o gado pasta no baldio, de elementos fora da comunidade .....	96
Quadro 28 Utilização dos baldios pelos compartes para recolha de lenha e matos .....	98
Quadro 29 Número de moradores que usufruem do baldio por freguesia.....	100
Quadro 30 Distribuição da área total na unidade do Baldio.....	102
Quadro 31 Área total da unidade do Baldio .....	104
Quadro 32 Quadro síntese dos casos de estudo.....	115



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Localização dos Baldios Reservados Provisoriamente .....	23
Figura 2 Carta que representa as áreas baldias do distrito de Viana do Castelo .....	24
Figura 3 Enquadramento dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima .....	38
Figura 4 Hipsometria no concelho de Ponte de Lima .....	41
Figura 5 Declives concelho de Ponte de Lima .....	44
Figura 6 Hidrografia do concelho de Ponte de Lima.....	45
Figura 7 Geologia do concelho de Ponte de Lima.....	46
Figura 8 Evolução da população residente na região Norte. ....	48
Figura 9 Dimensão média das explorações agrícolas (2009) .....	51
Figura 10 Natureza jurídica do produtor .....	52
Figura 11 Ocupação do solo dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima (1990) .....	54
Figura 12 Ocupação do solo dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima (2000) .....	56
Figura 13 Ocupação do solo dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima (2005) .....	58
Figura 14 Ocupação dos solos dos baldios tipo área florestal do PDM do Concelho de Ponte de Lima.....	63
Figura 15 Terrenos Baldios que integram as ZIF do Concelho de Ponte de Lima.....	66
Figura 16 Zonas de caça dos baldios do Concelho de Ponte de Lima.....	68
Figura 17 Baldios incluídos na rede natura 2000 do Concelho de Ponte de Lima.....	71
Figura 18 Biodiversidade dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima .....	73
Figura 19 Incêndios florestais nos dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima.....	75
Figura 20 Importância do pastoreio no baldio nas explorações com efetivo animal .....	82

## 1. Introdução e problema

O Homem depende da natureza para satisfazer as suas necessidades vitais, parte do pressuposto de que sempre fez uso dos recursos naturais para garantir a sua subsistência, independentemente das formas do uso da terra ou da questão da propriedade, posse, domínio público, privado ou coletivo. O acesso coletivo aos recursos, e sobretudo aos naturais, tem levantado nas últimas décadas um conjunto de preocupações e suscitado a partir das várias áreas científicas uma série de estudos, seja a nível internacional seja a nível nacional, que atribuem ao processo de desenvolvimento industrial e aos respetivos padrões de consumo a delapidação dos recursos naturais a nível global que colocam em risco a própria sustentabilidade dos ecossistemas (Vicente et al, 2009)<sup>1</sup>. Pereira et al (2009) no Millennium Ecosystem Assessment referem que os serviços de ecossistema são os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas, que são descritos como serviços de produção, regulação, suporte e culturais. Nos serviços de produção dos ecossistemas incluem a produção de alimentos; os serviços de regulação traduzem-se em processos como a regulação do clima e os serviços culturais englobam os benefícios imateriais ou estéticos. Qualquer alteração nestes serviços afetam o bem-estar humano de diversas formas.

A investigadora Hardin (1968), na sua publicação de referência, *The Tragedy of the Commons*, numa perspectiva conservadora, defende a chamada teoria dos jogos<sup>2</sup>, se afirma que a partilha da exploração dos recursos pelas comunidades leva inevitavelmente à sua própria destruição. Hardin identificou uma classe de situações que está por trás de uma grande parte dos problemas ambientais que vivemos. Sempre que um recurso natural é aberto, a competição pelo mesmo pode levar a um final infasto: o seu esgotamento. A imagem utilizada por Hardin foi a de um pasto público. Os donos

---

1 Vide endereço: [http://natura-link.sapo.pt/Investigacao/Projectos/content/Avaliacao-Portuguesa-do-Millennium-Ecosystem-Assessment?bl=1&viewall=true#Go\\_1](http://natura-link.sapo.pt/Investigacao/Projectos/content/Avaliacao-Portuguesa-do-Millennium-Ecosystem-Assessment?bl=1&viewall=true#Go_1) consultado em: 07-12-12

2A teoria dos jogos ou soma zero é um jogo de soma zero. É um jogo cuja soma da utilidade obtida por todos os seus participantes, para cada combinação de estratégias, é sempre igual a zero, isto significa, que num jogo o que um jogador recebe é diretamente proporcional ao que os demais perdem. A partir de 1970 a teoria dos jogos passou a ser aplicada ao estudo do comportamento animal, incluindo a evolução das espécies por seleção natural. No site <http://pt.wikipedia.org/wiki/Soma-zero>

dos animais que lá se alimentam têm o interesse comum de preservá-lo. Mas como a entrada no pasto é totalmente livre, individualmente, estão impedidos de barrar os outros. O benefício de cada animal a mais no pasto é do seu dono, mas o custo que ele gera é dividido por todos. Numa perspectiva egoísta e de curto prazo, todos os usuários do pasto são conduzidos a levar o maior número de animais possível. E desta forma, deixam que os animais comam até que o pasto acabe.

A desafiar a teoria de Hardin, (*“The Tragedy of the Commons”*) surge Ostrom, Prémio Nobel da Economia em 2009, apresentando uma nova forma de gerir os recursos comuns, em comunidade e de modo sustentável. Contrariamente a Hardin, Ostrom (1990,2005) demonstrou como a propriedade comum pode ser gerida eficazmente por grupos de utilizadores, recolocando-se o problema da capacidade para a ação coletiva. Os seus estudos em torno da gestão de bens comuns ou de recursos de uso comum, tais como bancos de pesca, pastagens, florestas, recursos hídricos, entre outros, evidenciaram que as comunidades de utilizadores podem ser capazes, não só de evitar “a tragédia”, como de gerir recursos em comum de forma mais sustentável do que outros regimes de propriedade.

Os baldios sendo territórios comunitários, com regime próprio, têm uma longa história de usos coletivos tradicionais, exercidos e controlados pelas comunidades rurais locais. Este regime especial é praticado em muitos países no globo, embora com diferentes modalidades de gestão e de fruição. Nomeadamente, em Portugal, a Constituição da República Portuguesa consagra os baldios como propriedade das comunidades locais. No Norte de Portugal assim como noutras partes do mundo, têm uma longa história de usos coletivos tradicionais exercidos e controlados pelas comunidades locais. Numa lógica de multifuncionalidade desses mesmos territórios e de satisfação de necessidades quer de sobrevivência quer de melhoria de condições de vida das populações locais, seja por incentivos a partir da materialização de políticas públicas ou de iniciativas privadas ou de uma forma mista, podemos questionar qual o papel dos baldios, e em que medida estes espaços comunitários podem contribuir para o desenvolvimento local? Que potencialidades e constrangimentos se evidenciam na gestão desses mesmos espaços?

Neste trabalho, o ponto três é dedicado a uma revisão bibliográfica sobre a evolução histórica dos baldios, onde descrevemos a origem e a evolução destes espaços comunitários desde o século XV até à atualidade. No ponto quatro fazemos a

caraterização da área de estudo, concelho de Ponte de Lima, em primeiro lugar fazemos uma análises de carater físico, demográfica e natural desta região. No ponto cinco procuram-se elencar a multifuncionalidade dos baldios e a sua importância no desenvolvimento local, de seguida avaliaram-se alguns elementos quantitativos, relativos aos resultados de um inquérito realizado em 2000 a partir de um projeto” FAIR6-CT-98-4111”. No ponto seis fazemos uma análise das entrevistas realizadas e das compatibilidades de todos os atores nestes espaços. Por último no ponto sete são abordadas as considerações finais.

O presente trabalho tem como objetivo principal contribuir para a identificação das formas de intervenção, no que concerne à gestão do bem comum, nomeadamente dos baldios; identificar a relação entre as partes interessadas nos baldios, o papel do Estado e eventuais conflitualidades, ou não, na gestão dos baldios, nomeadamente nas comunidades rurais; caraterizar tipos ou modelos de gestão dos baldios e seus impactos nas comunidades rurais, que têm sido praticados ao longo da história recente desde o Estado Novo até aos dias de hoje, tendo como estudo de caso concelho de Ponte de Lima. Por fim, avançar com algumas sugestões a fim de melhorar a situação de gestão dos baldios e contribuir para o desenvolvimento local de âmbito rural.

## 2. Metodologia

Para a realização do presente trabalho, procedeu-se em primeiro lugar a uma revisão bibliográfica, que visa a seleção de bibliografia mais clássica e também mais recente, para se tomar conhecimento sobre a origem e a evolução histórica dos terrenos baldios desde os séculos XV, XVI; XVII; XVIII e XX até aos dias de hoje, de modo a enquadrar o contexto social, económico e espacial decorrente das mudanças verificadas. Segundo Durkheim cit in Silvano (2010) ” representar o espaço é, no essencial, ordenar o heterogéneo. O espaço é indissociável da sociedade que o habita, e é na relação que se estabelece entre ambos que se deve procurar a explicação para os tipos de organização que manifesta: *Assim a organização social foi o modelo da organização espacial, que é como um decalque da primeira*”. Deste modo, Durkheim cit in Carmo (2009) estabelece assim uma correspondência linear entre a composição espacial, a proximidade física de um determinado conjunto populacional (densidade material) e a natureza e intensidade das relações sociais (densidade dinâmica). Com efeito, a organização espacial espelha e reflete-se na organização social, na medida em que a delimitação de um meio interno representa a identificação de um conjunto populacional e social relativamente homogéneo.

Por sua vez, o rural caracteriza-se pela homogeneidade dos laços sociais, que normalmente se circunscrevem ao espaço restrito da aldeia, o que favorece a existência de um forte interconhecimento entre a população camponesa. Devido ao interconhecimento, desenvolve-se uma série de relações de entreajuda (ao nível das tarefas agrícolas, da vizinhança...), ao mesmo tempo que se incrementam formas de controlo social que limitam a ação individual (Carmo, 2009:9).

Com o intuito de fundamentar a análise e intervenção do espaço efetivámos a caracterização da área de estudo, Concelho de Ponte de Lima, onde foram abordados, entre outros, os conceitos económicos, sociais e ecológicos para aferir a sua sustentabilidade nos espaços comunitários: os baldios. Para tal, elaborou-se um conjunto de mapas temáticos considerados relevantes para contextualizar a realidade atual dos baldios, no tempo e espaço. Uma vez que a dimensão local dos baldios enraíza na história de cada comunidade rural a sua relação com o território. É portanto nesta base de relação que é herdada há muitas gerações, que se constitui um dos pilares da legitimidade da propriedade comunitária (Baptista, 2011). Para melhor percebermos a realidade dos baldios, nos últimos 20anos, especificamente no Concelho de Ponte de

Lima, consultamos e analisamos vinte e oito inquéritos que nos foram disponibilizados pela Associação para a Cooperação entre Baldios, e que foram realizados aos baldios da Região Norte do Continente, no ano de 2000, a partir de um projeto financiado por fundos europeus, designado: FAIR6-CT-98-4111, intitulado "Propriedade e Gestão dos Baldios e suas Implicações para o Desenvolvimento das Zonas Periféricas". Com a análise dos referidos inquéritos, os pertencentes ao Concelho de Ponte de Lima, pretendemos obter alguns indicadores que nos desenhem e nos ajudem a determinar as principais modalidades de gestão presentes nos baldios, qual o tipo ocupação do solo e a sua dimensão (caraterização física), a multifuncionalidade dos baldios e a importância destes espaços para as comunidades dos compartos. A par disto, recorreremos também a dados estatísticos para sustentar as informações recolhidas e tidas como essenciais na solidificação dos objetivos do trabalho. Por último, realizamos entrevistas a alguns *stakeholders*, nomeadamente ao Presidente da Direção da ACEB e Presidentes de Órgãos gestores de Baldios, num total de quatro unidades de baldios, por serem aqueles que mais prontamente responderam ao nosso repto. E também por se constituírem como uma amostra da realidade do Concelho, por aconselhamento de quem tem conhecimento de causa nesta temática dos baldios, informador qualificado (Presidente da ACEB).

Com esta amostra, estudo de caso, pretendíamos testar a opinião destes atores face a alguns assuntos relacionados com a gestão atual dos baldios, nomeadamente, na pertinência e no agrado nestas formas de gestão e na caraterização do espaço, abrangendo aspetos socioeconómicos, ambiental e comunitários. Com efeito, as questões que figuravam no guião das entrevistas, que se encontra no anexo V, foram formuladas de modo a abrangerem estas três dimensões, com o desígnio de melhor percebermos as dinâmicas destes espaços na atualidade.

A realização das entrevistas é frequentemente uma das mais importantes fontes de dados no estudo de caso (Marshall e Rossman, cit in Coutinho e Chaves, 2002). Optamos então por utilizar preferencialmente a entrevista diretiva e semi - diretiva, em que estabelecemos uma orientação metodológica porque se pretendia obter respostas concretas e o mais objetivas possível. Deste modo, e por se tratar de uma análise qualitativa houve necessidade de direcionar as entrevistas para adquirir as respostas mais plausíveis e realistas de forma a poderem-se enquadrar aos objetivos deste trabalho.

### 3. Resenha Histórica dos Baldios

Em Portugal, a origem dos baldios perde-se historicamente nas profundezas dos séculos (Oliveira 2011). O conceito de “terreno baldio” remonta aos primórdios da existência de Portugal como nação de fronteiras bem definidas (Baptista 2010). De acordo com Veloso e al cit in Rodrigues (1990:20), a propriedade coletiva sofreu o seu primeiro grande ataque com as invasões romanas, porque, face à tradição e ao direito romano, os terrenos comuns começaram a ser apropriados pelos grandes senhores, que nestes fundaram as suas *villae* e os agricultaram e deles se apropriaram. Desde então, os monarcas preocuparam-se com o "uso" destinado aos baldios e prepararam legislação que preenchesse lacunas no respeitante à sua utilização. Porém, ao longo dos tempos, a área comunitária baldia foi percorrendo um longo caminho, por vezes, muito diferente do seu uso tradicional: inicialmente utilizadas como logradouro comum e como suporte do sistema agrário<sup>3</sup>.

#### 3.1. Os baldios: origem e evolução histórica

Os territórios comunitários, baldios, vêm sofrendo ao longo dos séculos, diferentes abordagens, até chegarem aos dias de hoje como territórios de oportunidades ímpares, dadas as suas características ecológicas, produtivas e antropológicas (PNVCT,2006).

Assim, segundo Bica (2010), entre as primeiras referências a terrenos que teriam a natureza de baldios, remontam ao princípio do século sétimo, no tempo do domínio visigodo, pelo Bispo da Sevilha, Santo Isidoro. Onde referiu que na divisão das terras foram deixados lotes, para que os vizinhos pudessem apascentar em comum os seus gados, chamando-lhes por isso *compáscuo*. Na Idade Média estes terrenos de uso comum, para pastagem, estavam sujeitos a encargos de tipo feudal, encargo de montadigo, sobre o correspondente território: os nobres, os eclesiásticos ou os

---

3 Vide endereço <http://zambujal.blogspot.pt/2007/09/baldios-e-pastorcia-no-zambujal-i.html> consultado em 03-12-12

concelhos que não eram proprietários da terra. Contudo, nalguns casos eram concedidos privilégios de isenção de montadigo<sup>4</sup>.

A existência dos baldios é muito antiga e remete quase paralelamente às primeiras sociedades agrárias, sendo evidente a sua importância para a vida das populações. Estes territórios são um elemento relevante, na época da reconquista, na reorganização, defesa e povoamento da área agrícola e silvícola do território português (Rodrigues, 1987). Aquando da Reconquista, o território não se encontrava desabitado, sendo por isso natural que as populações aí fixadas explorassem os terrenos, para contender às suas necessidades concretas e segundo as tradições herdadas dos visigodos e/ou dos romanos ou mesmo dos povos autóctones (Gralheiro, 1990). Ainda, segundo o mesmo autor, com o intuito de suprir as suas reais necessidades, os povos sem ordem ou mandato de alguém iam – se apoderando e avançando sobre os maninhos<sup>5</sup>, concelhios ou senhoriais, transformando-os, pelo seu uso, de forma, permanente e constante em terrenos baldios, da comunidade a que pertenciam por presúria<sup>6</sup> e/ou usucapião<sup>7</sup>. Podendo-se referir que, em Portugal, os baldios tiveram, pelo menos, quatro fontes ou origens: a) os que vieram antes da formação da nacionalidade e foram reconhecidos pelos primeiros forais; b) os que foram atribuídos pelos reis aos povoadores dos concelhos; c) os que foram atribuídos ou reconhecidos nas escrituras de concessão, doação ou aforamentos aos grupos de cultivadores, pelos reis e grandes senhores da terra; d) aqueles que as populações foram adquirindo por presúria e/ou através da posse e usucapião, ao longo dos tempos.

---

4 Segundo Bica (2010:25), na idade média o uso dos terrenos incultos, não individualmente apropriados, para pastagens estava sujeito ao pagamento do respetivo encargo, este era devido aos titulares do direito de tipo feudal sobre o correspondente território.

5 Segundo Portugal Villa Nova in Rodrigues (1987:19), “Maninhos são terrenos incultos de propriedade particular, usados em comum por um grupo de moradores, mediante foral, arrendamento ou emprazamento estabelecido por um senhorio”. Contudo, ao longo dos tempos, a distinção entre maninho e baldio foi-se esbatendo, uma vez que os maninhos como propriedade comunitária praticamente desapareceram. Em virtude de uns perderem o seu uso comum revertendo-se, por isso em propriedade privada, outros porém evoluíram no sentido de propriedade de posse e uso comum, tornando-se baldios.

6 in *Dicionário de Língua Portuguesa* “ Presúria - título especial a que eram concedidas aos nobres certas terras por eles conquistadas aos infiéis, durante a reconquista cristã e a formação territorial de Portugal; reivindicação ou reconquista à mão armada; posse jurídica de um terreno”.

7 in *Nova Enciclopédia Larousse*,(1994), volume 22, p. 6868. “ Usucapião s. masc. 1. Prescrição aquisitiva. 2. Aquisição de um direito real de gozo pela pessoa que tem a sua posse durante um certo lapso de tempo”.



Ao longo do século XII até XIV, segundo Rodrigues (1987) e Gralheiro (1980), os terrenos baldios sofrem uma expansão, apesar da impugnação dos grandes senhores, devido principalmente à convergência de quatro fatores:

- i. A crescente e reivindicativa luta destes terrenos, por parte dos povos, que ocasiona a concessão de sucessivos forais. Que reconhecem os direitos dos povos sobre esses logradouros comuns já em suas posses. Que asseguram, também, novas cedências e doações de terrenos para uso comum, por parte dos reis e senhores feudais. Constituindo outros concelhos, pelo conjunto de direitos que estes lhe reconhecem;
- ii. Devido e por força da usucapião, a passagem de bens do concelho, maninhos e dos bens privados a terrenos baldios;
- iii. A conquista de novas terras aos Mouros e o direito de utilização, desses mesmos bens, por presúria;
- iv. O arrendamento dos baldios, por longo prazo ou mesmo perpétuo, pelo uso que os povos faziam das terras abandonadas ou por libertação dos servos da gleba ou, ainda, por aforamentos que as ordens religiosas e as casas fidalgas faziam a determinados lugares.

Ainda segundo Rodrigues (1987) e Gralheiro (1990), a lei das Sesmarias<sup>8</sup>, legislação publicada no reinado de D. Fernando, pretendia fixar os trabalhadores rurais às terras e diminuir o despovoamento. Esta lei foi, em termos práticos, o primeiro grande ataque aos terrenos comunitários e contra os interesses dos camponeses pobres, salvaguardava e assegurava os interesses da burguesia rural contra a nobreza feudal. Com efeito, esta lei determinava:

- I. A obrigatoriedade de trabalhar em terra alheia para quem não possua terra própria, aumentando assim o número de assalariados rurais, força de trabalho de que a burguesia precisa para o cultivo das vastas áreas a adquirir por si, em consequência da aplicação desta lei.

---

8 Lei de intervenção agrária que o Código 1375 sistematizou diversas providências destinadas ao desenvolvimento da agricultura, obrigando ao cultivo da terra e reprimindo o absentismo. A política sistematizada na Lei das Sesmarias teve ainda como causa próxima a crise provocada pela Peste Negra de 1348. Antes, porém, já D. Afonso IV ordenara aos corregedores que incentivassem os proprietários de terras incultas a aproveitá-las, sob pena de confisco, mesmo que temporário in *Nova Enciclopédia Larousse*, (1994), volume 20, p: 6342.

- II. A cedência por parte da nobreza feudal e da Igreja, em proveito da burguesia rural, de todas as terras que não fossem por si aproveitadas ou fossem mal aproveitadas, fundamentando-se esta reivindicação dos vilãos (homens dos concelhos) num alegado retrocesso da agricultura.

Não obstante, a burguesia conseguiu, ainda, que lhe fosse concedido o poder de nomear os *sesmeiros*, estes com competências para fixar as rendas, visitar os terrenos, entregar de sesmaria aquelas que considerassem com condições para tal e expropriar as terras (Rodrigues, 1987). A aplicação da lei das sesmarias foi muito contestada pelos povos e numa fase mais avançada, entre 1433 e 1438, quando os sesmeiros passaram a ser nomeados pelo rei, a nobreza não se limita a rever as terras que os vilãos lhe haviam tomado pela referida lei, mas usam a própria lei para explorar os camponeses e tomarem as terras de sesmaria, fundamentando que estas não se encontram cultivadas. Neste sentido, verifica-se uma aproximação entre a burguesia rural e a nobreza, contra os inimigos que têm em comum, o pequeno camponês e os assalariados rurais.” E mais uma vez os baldios são cobiçados por uns e por outros” Rodrigues (1987:31).

### 3.2. Os baldios durante os séculos XV a XVIII

O aumento de população durante o século XV e a consequente pressão sobre a terra levou a que fosse decretada pelas “Ordenações Afonsinas” a regulamentação do processo de privatização da terra, sob a forma de sesmaria. No entanto, parece não se ter incluído nesse processo os casos das terras que tenham sido aproveitadas em comum pelos vizinhos para pastoreio e outros fins, nomeadamente em casos de baixa densidade populacional, apontando para cerca de 10 habitantes/Km<sup>2</sup> (Bica, 2010:35).

Foi contudo, durante o reinado de D. Manuel I, que, por via de leis denominadas *Ordenações Manuelinas*, os agricultores conquistaram a possibilidade de cultivarem alguns baldios e terras reguengas<sup>9</sup>, sob forma de *sesmaria*, em benefício próprio, mediante o pagamento de um tributo, *jugada* ou *jugadeiro*. Mas e devido à força do

---

9 Aos bens particulares dos reis chamavam-se *reguengos* (...) Gralheiro (1990:24) (estes dados são para a bibliografia, no final)

usucapião que, nesta altura era de dez anos, deu origem à apropriação de muitos baldios por parte dos lavradores (Rodrigues, 1987).

Esta lei das sesmarias baseou-se em costume anterior, de se entregar a terra baldia a quem a requeresse ou dela necessitasse para cultivar ou alargar a sua lavoura, mediante o pagamento de prestação ao concelho, ao senhor da terra, ao rei ou a quem tivesse a jurisdição sobre a terra. A aplicação desta lei, como já mencionado, teve como causa a Peste Negra que provocou uma grande mortalidade na população mundial, originando uma deslocação das populações rurais para a cidade, a fim de estas aí prestarem serviços. Este êxodo rural fomentou a diminuição de trabalhadores no campo, o que provocou o abandono das terras agrícolas até então cultivadas. Como consequência verificou-se a falta de trigo e de cevada, em todo o mundo, levando a um aumento dos preços nos cereais. Foi neste sentido que o poder central tomou medidas legislativas para aumentar a produção de cereais, em que todos os possuidores de terras foram obrigados a lavrá-las e semeá-las e no caso de não as poderem agricultar, deveriam entregá-las a outros que o pudessem fazer. No caso de estas não serem cultivadas, eram entregues a quem o quisesse fazer, durante certo tempo e mediante pagamento ao concelho da situação (Bica, 2010).

Por sua vez, no início do século XVII, com as Ordenações Filipinas, os Fidalgos, Mestres, Comendadores e Prelados vêm – se explicitamente proibidos de tomarem os *reguengos* que por títulos não fossem seus (Livro 2 Tit.17: *Em que Reguengos os Fidalgos e Cavaleiros não podem haver bens*, Livro 4 Tit. 43: *Das Sesmarias*)<sup>10</sup> Com efeito, estas ordenações abriram o caminho à usurpação dos baldios, permitindo que estes fossem dados de sesmarias para a lavoura. Todavia, nesta lei consta a salvaguarda de outras situações e proibições, sendo então proibido que, se dêem de *sesmarias* os bens pertencentes à igreja e confrarias. Devendo o sesmeiro obrigar os administradores desses bens a cultivá-los, com imposição de penas e prazos para o estabelecido. Restringe, também, que se entregue de sesmaria os bens pertencentes a menores, mandando que se requeira aos juizes para que obriguem os tutores a cultivar as terras, se estes, tutores, não fizerem e se as terras não forem cultivadas e forem dadas de sesmarias, devem proceder ao pagamento das terras à sua custa. Os bens de *homiziados*

---

<sup>10</sup> Vide endereço <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/12p434.htm> consultado em 08/08/2012.

também não são permitidos que sejam dados de sesmaria, sem porém as mulheres dos referidos homens terem tempo de informar os maridos, se mesmo assim os terrenos não forem cultivados, deverão ser nomeados curadores aos bens e só em ultima instância e não sendo cultivados, podem ser dados de sesmaria. Quanto aos bens reguengos, são excluídos da jurisdição do sesmeiro, ordenando que o funcionário régio administrador desses bens os dê de sesmaria (Bica, 2010).

Neste contexto, foi publicada uma legislação avulsa, lei de dezembro de 1603, facilitando a privatização destes terrenos. Esta propriedade de características medievais, já não satisfazia as necessidades da nova classe dirigente, a *burguesia nascente*, que pouco a pouco reclamava terras para cultivar (Rodrigues 1987 e Gralheiro 1990). Este decreto proibiu os vereadores e os funcionários municipais de arrendar e cultivar as terras do concelho, mas esta prática devia estar de tal forma generalizada que este diploma mandou prender os prevaricadores. Porém esta prática manteve-se (Bica, 2010).

Porém, durante o século XVIII, o Poder Central reconheceu que os concelhos tinham direitos sobre os terrenos baldios, uma vez que, pelo alvará régio de 23 de Julho de 1766, autorizou a sua alienação, isto sob a decisão favorável do Desembargo do Paço (Bica, 2003). No entanto, este mesmo alvará proibiu aos vereadores, aos funcionários municipais, da justiça e às pessoas que costumam andar na governança das cidades, vilas e lugares, cultivar as terras dos concelhos e possuí-las a qualquer título. Com o alvará de 27 de novembro de 1804 foi declarada a jurisdição das Câmaras sobre os terrenos baldios, nos baldios dos concelhos ou que foram em comum dos moradores, se conservarão os usos e as posturas municipais. Este mesmo alvará autorizou a divisão dos baldios e maninhos por aforamento perpétuo com foro fixado por louvados, a requerimento da maioria dos vizinhos (Bica, 2010:110).

### **3.3. Os baldios em período de transição 1820 - 1910**

Nesta contenda, podemos referir que foi durante este período que aumentaram os grandes e contraditórios problemas dos baldios, que em Portugal atinge a sua plenitude com a implantação da República, devido, por um lado, às forças populares que mais intensificam as mudanças, e, por outro, à classe que nesta altura toma o poder e que

pretende adquirir novos e maiores privilégios. Pois, este tipo de propriedade foi considerado *a grande inimiga das reformas liberais na agricultura, o maior empecilho à libertação da propriedade privada individual*. Este conceito de propriedade individual assume, nesta altura, uma importância relevante, uma vez que tem como princípio a libertação da terra das pegadas feudais e a sua individualização (Abel, s/d).

Este novo ideário ambiciona a erradicação destas estruturas baldias, apontando-as como a principal causa para todos os males da economia, sob o pretexto de combater as estruturas feudais a favor da concentração capitalista da terra. Consideram-se então, os baldios como o fator de atraso da agricultura, lutando expressamente pela sua abolição. Mas os povos que viviam em situação de pobreza e que dependiam dos baldios para sobreviver, opunham-se afincadamente a esta conceção e tentavam impedir a sua privatização. Estas manifestações de total desagrado, por parte dos camponeses, eram explicitadas através de diversas queixas e petições apresentadas nas Cortes. Eram também frequentes as destruições de muros, cercas, vedações e tapumes, sempre que os baldios eram apropriados pelos senhores da terra (Rodrigues, 1987).

Após a revolução liberal de 1820 e segundo Silva (1998), “o processo de desamortização tornou-se quase que uma simples transferência dos direitos sobre a terra – parcialmente mediada pelo Estado liberal – das mãos da igreja, em especial das extintas ordens religiosas, e da Coroa para os novos senhores da terra e letrados. Estes, que tiveram acesso à terra expropriada, nacionalizada, a um preço de amigos, continuariam a viver de rendas e aristocratizaram-se”. Assim, os homens do poder liberal não satisfizeram determinadas ambições dos camponeses, tendo em consideração que a maior parte destes rurais não possuía os meios monetários suficientes para a remissão dos foros e compra das terras. Não obstante, mantiveram intatas ou até agravaram certas formas de arrendamento<sup>11</sup>, parcerias e tributações. Permitindo ainda a apropriação individual das terras e o aumento das rendas em relação a situações anteriores sob o Antigo Regime. Com efeito, o campesinato não se constituiu um aliado

---

<sup>11</sup> Na província do Minho, em finais do século XVIII, a renda somava cerca de 60% do rendimento líquido, enquanto nos séculos XIV – XV oscilava entre 30% a 40% (cit in Silva, 1998 cf. Pery in Castro1980:112 e C. Vieira 1981:173).

ao regime liberal nem tão-pouco obteve qualquer tipo de efeitos emancipadores (Silva, 1998:29).

É portanto, neste período de transição, entre 1820 e 1910, que cresce a problemática contraditória dos baldios. Onde as componentes basilares são as forças populares e que mais intensificam as mutações, por um lado, e por outro, a classe que toma o poder e que pretende alterar a ordem estabelecida na procura de novos e maiores privilégios (Abel s/d). Foi neste século XIX, que saiu reforçada a convicção entre as classes dirigentes de que os baldios entravavam o desenvolvimento económico. Neste sentido, foi dado um forte incentivo aos municípios para que promovessem a alinação dos baldios, dando-lhes participação nas receitas da alienação. Apesar, desta condenação liberal contra os baldios, os povos que a eles tinham direito foram resistindo, esta resistência teve maior êxito nas regiões a norte do Tejo (Bica 2010).

Com a implantação da República, não se veio resolver a questão dos baldios, “veio pelo contrário, acirrará-la, atirando as populações contra os usurpadores”. Pois, os interesses da classe vitoriosa com a República continuam a ser os mesmos daqueles a quem substituiu. Neste propósito, foram publicadas algumas Leis (quadro 1) que pretendem regular a utilização e a gestão dos baldios (Rodrigues 1987 e Gralheiro 1990).

## Quadro 1 Legislação de utilização e gestão dos baldios

Ano /Lei/ Reordenação/ Código	Objetivo da Lei
Lei dos forais de 1822, art.º 8	Reconhece a razão dos povos ao confirmar a existência da propriedade comunitária e define as suas formas de administração.
1830 Reordenação administrativa	Criação das “juntas de freguesia” a partir daqui aparece uma nova administração dos baldios, contrária a toda a tradição histórica, responsável por uma nova e profunda vaga de privatização dos baldios.
Decreto de 26 de novembro de 1830	Instituiu as juntas de paróquia e reconhece a paróquia com divisão administrativa.
Decreto de 26 de novembro de 1832	Este Decreto retira as funções administrativas às paróquias.
Lei de 25 de abril de 1835	Restitui as funções administrativas às paróquias.
Código Administrativo de 1836	Estabelece a necessidade de se proceder ao cadastro dos baldios, delegando as câmaras municipais de o fazerem, contudo, estas incumbem este trabalho de levantamento às juntas de freguesia na sua área de administração.
Código Administrativo de 1842	Retira novamente as funções administrativas às paróquias. Todavia, concede às camaras a possibilidade de venderem baldios.
Lei de 26 de julho de 1850	Facilita os tapumes e coutamentos, que pretende acabar com os pastos comuns. Estabelece, também, a distinção entre baldios paroquiais (logradouros comuns) e baldios municipais.

Fonte: (Rodrigues, 1987 pp. 40 - 43 e Gralheiro, 1990 pp. 32-36).

A política defendida pelos republicanos, esbarrava com as tradições imersas na sociedade rural, uma vez que os seus interesses e valores afrontavam diretamente a dos camponeses. Pois, não só decretavam a supressão ou a diminuição dos terrenos *comunais* e a respetiva apropriação individual, com aumentavam alguns impostos e/ou criaram sucessivamente novos impostos, nomeadamente o imposto fundiário extraordinário<sup>12</sup>. Característico desse revolto, e do mal-estar, existente entre os republicanos letrados e o *velho campesinato* é o fato de se encontrarem nos campos do norte e do centro do país o suporte social e de se verificarem tentativas de restauração monárquicas (Silva,1998:29).

<sup>12</sup> Sobre a partição e a venda de terrenos baldios (In Silva,1998).

Ainda, nesta abordagem e segundo Bica (2003:10) o novo Código Civil<sup>13</sup> da época da consolidação e do liberalismo, em 1867, integrou na categoria de coisas comuns os baldios e definiu coisas comuns como as não individualmente apropriados, das quais só é permitido tirar proveito, guardados os regulamentos administrativos, aos indivíduos de certa circunscrição administrativa, ou que fazem parte de certa corporação pública. Porém,” esta lei não veio alterar, significativamente, o quadro legal dos baldios, limitando-se a enquadrar estes dentro do conceito de Coisas comuns e dizendo que delas era permitido tirar proveito aos indivíduos compreendidos dentro da mesma circunscrição administrativa “Bica (2003).

Perante tanta abundância legislativa sobre os baldios, resultaram daí certas práticas abusivas e de ilegalidades. Pois, estes decretos publicados não deram os resultados esperados e, em termos de publicações, permaneceria paralisada até 1918 (Rodrigues, 1987). Porém, não nos podemos desligar deste facto e da evolução desarmoniosa da economia, tanto no período feudal como no capitalismo. Estas transformações económicas e no que toca à agricultura, a desamortização dos baldios foi, por um lado, um elemento importante no crescimento dos latifúndios e, por outro, na florestação dos baldios. Sendo que, para a florestação dos baldios foram utilizadas cerca de 450000 ha da área total de baldios (Abel, s/d). A submissão dos baldios ao regime florestal não foi pacífica, pois para tal foi usada muitas vezes a força, a ameaça e a perseguição política para impor aos povos serranos a espoliação dos seus baldios (Gralheiro, 1990). Com esta onda anti – comunitária, verifica-se uma diminuição drástica do gado ovino e caprino, com a redução dos pastos naturais em detrimento da área cultivada com cereais, culturas intensivas e a criação e engorda do gado bovino (Rodrigues, 1987).

As consequências da aplicação do Plano de Povoamento Florestal manifestaram-se sobretudo na alteração das tradições seculares dos povos serranos e de hábitos comunitários de pastoreio que se traduziram na redução do gado e na modificação das

---

13 Conforme consta no *Código Civil Portuguez*, Lisboa, 1870,1876 “Art. 381º. São comuns as cousas naturaes ou artificiaes, não individualmente apropriadas, das quaes só é permitido tirar proveito, guardados os regulamentos administrativos, aos indivíduos compreendidos em certa circumscripção administrativa ou fazem parte de certa corporação pública. Pertencem a esta categoria: os terrenos baldios, municipaes e parochiaes”.



práticas culturais. No entanto, apesar da arborização maciça ter influenciado em larga medida a rutura do sistema tradicional, conseguida através da liquidação de uma boa parte da base económica de sustento das comunidades rurais, o abandono da agricultura e das zonas rurais em geral já se tinham começado a evidenciar, considerando-se que a florestação dos baldios veio acelerar este processo (Devy-Vareta, 1993).

Se bem que o sistema agrário baseado na pastorícia tenha predominado na agricultura antes do período de florestação dos baldios (1938-1945), é precisamente após essa gigantesca intervenção, que o seu peso tem diminuído na atividade e no rendimento familiar. Porém, ainda que bastante afetado, o regime pastoril ainda persiste de acordo com o sistema de vezeiras<sup>14</sup>, o qual para além de favorecer uma ação de defesa perante as agruras do meio serrano, constitui uma forma de pastoreio racionalizada em economia de tempo e aproveitamento dos recursos coletivos (Silva, 1998:116)

Estima-se que a área florestal de Portugal, entre 1875 e 1938, obteve um crescimento na ordem de um milhão e oitocentos mil ha. Contudo, o grande impulso que a arborização sofreu, neste período, foi devido à mão dos privados que, com mais ou menos importância fez avançar a grande dimensão da propriedade, o montado do sul. Em contrapartida, no norte e no centro do país a área de pinhal que aumentava era maioritariamente por iniciativa de pequenos proprietários (Radich e Baptista, 2005). Estes proprietários foram cedendo à pressão exercida pelo aparecimento de novas indústrias relacionadas com a exploração florestal, nomeadamente, as fábricas de serração e de pasta de papel. Mas sobretudo, ao fomento e à grande ênfase que o Estado considerou nas suas políticas, considerando a floresta de produção como a solução para o arranque industrial do país e tendo como pressuposto fundamental a "vocação florestal" de Portugal (Devy-Vareta, 1993).

---

14 As pastagens comuns são aquelas que são usufruídas pelos moradores duma comunidade não interessando a forma como o fazem, se individualmente conduzindo para lá o seu rebanho quando o entendem e da forma que lhes é mais vantajosa, se comunitariamente, isto é, integrando o seu rebanho num "rebanho comum" ou vezeira, vigiado ou pastoreado por um pastor recrutado à vez entre todos os donos de gado (Estevão, 1996).

### **3.4. Os baldios no princípio séc. XX: O Estado Novo, conflitualidade e as populações locais**

A sociedade rural, nomeadamente a minhota, apesar da sua condicionalidade por parte dos dominantes modelos modernos, ainda representa ao nível nacional uma realidade marcante no século XX e, sobretudo no passado, moldou fortemente os comportamentos humanos. Os sistemas agrários aqui presentes são distintos e apresentam no tempo e no espaço um admirável e diversificado mosaico, predominando na região do Minho o sistema de minifúndio numa economia camponesa de subsistência. Contudo, estes espaços rurais sofreram consideráveis mutações económicas, sociais, políticas e culturais devido ao capitalismo nascente no século XIX e sobretudo a partir dos anos setenta do século XX, ainda com mais incidência nas duas últimas décadas, que transformaram a relação agrário – camponesa tradicional muito diferente na sua morfologia e dinâmicas sociais (Silva e Cardoso, 2009).

No início do século XX Portugal era um país dependente sob o ponto de vista do provimento alimentar e passava, tal como outros territórios europeus, por graves dificuldades económicas. Era um país pouco industrializado, baseado numa agricultura pouco produtiva e sem capacidade competitiva face a uma crescente economia de mercado e de liberalização de preços a nível internacional. No Norte de Portugal, a grande maioria das explorações familiares tinham pequenas dimensões, logo com pouca capacidade produtiva, dependendo, por isso, dos grandes “senhores da terra” para obter uma parcela de terra, sob a forma de arrendamento ou parceria. A Sul do País, predominava a grande propriedade que se encontrava distribuída pelos grandes latifundiários, que os geriam ou arrendavam, empregando um grande número de assalariados, a título permanente ou temporário, provenientes das povoações próximas ou de outras regiões (Lopes, 2011).

Porém, e apesar do atraso e da morosidade do desenvolvimento agroindustrial do país, até meados do século XX. As economias domésticas campesinas detinham, particularmente até 1960, uma relativa autonomia, encontrando-se ainda pouco afetadas pelo raio de ação do modo de produção capitalista. Uma vez, que era no quadro da aldeia que praticamente tinham lugar todas as atividades agro-pastoris e artesanais, baseadas fortemente em trabalho intensivo e manual, basicamente, efetuado no seio de

cada uma das casas. Assim, cada unidade doméstica de forma (semi) autónoma dedicava-se ao cultivo da terra e ao cuidado do gado, efetuado essencialmente pela força familiar, ou valendo-se da ajuda de outros membros da aldeia, de acordo com os sistemas comunitários. Porém, as populações *não – possidentes* dependentes quer da oferta da terra alheia quer da procura da sua própria força de trabalho, num sistema minifundiário e de policultura, em condições não adversas, vão conseguindo a sua autossustentação, de forma mínima e muito precária (Silva 1998:111-121).

Perante um mundo rural extremamente pobre e substancialmente dominado pelos “senhores da terra”, que ofereciam trabalho e alugavam terrenos para lavrar, a par, das sucessivas crises internacionais do final do século XIX, criaram na sociedade portuguesa uma atmosfera de insatisfação e crítica. Esta insatisfação deu origem à contestação em vários setores da vida económica e social Portuguesa, muito embora estas tenham sido provenientes de diferentes núcleos. A eclosão destas diferentes ideologias culminara no Movimento Militar de 28 de Maio de 1926 (Lopes, 2011).

O regime político consequente do referido golpe militar, de 28 de maio de 1926, teve para além da abolição das liberdades cívicas e políticas fundamentais, a inclusão da repressão e do terror. Que em analogia com o regime comunitário de uso e fruição dos terrenos baldios, isto, numa primeira fase, atacou-os legalmente, procurando dividi-los em parcelas e glebas e distribuí-las pelos seus usuários. Num segundo momento, atribuiu poderes às Câmaras Municipais e Juntas de freguesia, no sentido destes poderem realizar a venda destes territórios e que cujas receitas poderiam reverter para a realização de obras de interesse público. Por outro lado, procuraram recuperar a realidade dos baldios, deram-lhes por vezes outras funções e só permitiam a venda daqueles que eram considerados dispensáveis ao logradouro comum. No entanto, este lado legalista que pretendiam dar a estes territórios comunitários era uma fachada, na medida em que, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia alienavam, furiosamente, os melhores pedaços de terreno, servindo um conjunto de clientes políticos e utilizando os baldios como forma de pressão política e económica. A par disto, o Estado Novo desferiu a mais astuciosa e repressiva campanha contra os terrenos comunitários, efetuando a reserva de mais de 400000ha de terrenos baldios para florestar, exterminando as utilizações tradicionais destes terrenos pelas comunidades

locais, como: a pastorícia, apanha de lenhas, apanha de matos e feitura de estrumes (Rodrigues 1987 e Gralheiro 1990).

Neste sentido, pela força das políticas de florestar os terrenos baldios, os povos esbulhados dos baldios foram impedidos de apascentar aí os gados e de cortar matos ou lenhas. Por isso resistiram por todo o norte do país à ocupação dos baldios pelos Serviços Florestais. Pois a criação de gado era então uma componente importante para a economia da população agrícola. Conforme consta no Plano de Povoamento Florestal, no relatório justificador da lei 1971, de 1576/1938, citado in Bica (2010), refere-se: *A população agrícola da parte montanhosa do país vive do rendimento das veigas e das encostas mais férteis e da criação e engorda do gado. A indústria pecuária é, pois, uma das suas maiores fontes de riqueza e a fruição de pastos criados nos baldios uma das suas mais apreciadas regalias sobre esses terrenos.*

Ainda neste contexto e segundo Bica (2010) era de prever que as populações rurais do norte resistissem à espoliação dos baldios que o Estado Novo queria arborizar, para com este feito conseguir a matéria a matéria-prima para a indústria, corrigir os caudais dos rios e ribeiras, para a defesa das várzeas e dos portos, para aumentar as exportações, reduzir as importações e dar ocupação às populações rurais. Com o propósito de reforçar os instrumentos legais de repressão contra os povos despojados dos baldios, o Estado Novo, publicou o Decreto – lei 39.931 de 24 de novembro de 1954, novo Regulamento do Serviço de Polícia Florestal. Com este decreto avocou-se competência de polícia florestal a todos os funcionários florestais, com direito a uso e porte de arma fornecida pelo Estado. Estes funcionários não podiam ser demandados criminalmente sem autorização prévia do governo, isto mesmo depois de cessarem as suas funções. Os seus autos de notícia faziam *fé em juízo até plena prova em contrário*, caso não pudessem prender em flagrante delito os infratores, podiam requisitar os serviços da autoridade mais próxima para procederem à sua captura, considerando deste modo a prisão em flagrante delito.

Foi durante esta década de cinquenta que o romancista Aquilino Ribeiro publicou o livro “Quando os Lobos Uivam” talvez o mais conhecido, e um dos últimos que redigira. Apesar, do escritor já se encontrar “estigmatizado” pelo regime que vigorava na época, Estado Novo, esta obra valeu-lhe um mandato de captura e a apreensão de

todos os exemplares editados. O romancista neste livro retrata a saga dos habitantes da Região da Beira, em defesa dos terrenos baldios. O Estado Novo, na década de quarenta impõe uma nova lei: Os terrenos baldios que sempre tinham sido utilizados em prol do bem comunitário e onde essa comunidade retirava parte vital do seu sustento, seriam agora “expropriados” e esses terrenos utilizados para arborizar. Aquilino Ribeiro, nesse livro, é arrasador na forma como denuncia a natureza, prepotência e arrogância do Estado, face a esta problemática dos baldios, designadamente, no trabalho envolvido na roçagem dos matos para a cama do gado. No receio de o virem a perder e da forma como isso afetaria o equilíbrio social e económico de toda a população. O Estado ignorou todo o ciclo de transferência de recursos e energia que o baldio proporcionava, ao considerar estes terrenos "*mais próprios para a cultura florestal do que para qualquer outra*" (Ribeiro, 1958).

Perante este cenário, a *arborização* dos baldios constitui-se numa verdadeira *revolução* que veio abalar profundamente a economia aldeã, destruiu um antigo modo de vida a pastorícia, acentuou um fenómeno de tendência natural nestas terras altas à *emigração* que, fez surgir outra maneira de governar a vida (Baptista, 1975).

Neste sentido e conforme Estêvão (1983), ao longo do século XX, até 1976, três grandes problemáticas envolvem a questão dos baldios: a desamortização, a florestação e a colonização interna. A desamortização dos baldios, a sua divisão e apropriação individualizada com o fim de converter terras «incultas» em cultivadas foi um movimento que se acentuou particularmente a partir de 28 de agosto de 1869 e que vai decorrer até 8 de dezembro de 1932. Esta política desamortizadora desenrolava-se assim sobre as superfícies «incultas» não apropriadas individualmente e das quais ninguém tirava proveito, segundo a suposição inicial. A partir de então, e um pouco por todo o país, assiste-se ao ressurgimento em força do movimento de aforamentos e alienações de baldios. A Florestação dos baldios serranos surge, paralelamente a este movimento, no início de 1888 o qual irá ganhar uma maior efetivação prática a partir de 1903. A colonização interna, reveste-se como oposição, ou de minoração dos efeitos da política de florestação intensiva iniciada em 1938.

Foi então em 1886 que, foram criados os Serviços Florestais os quais posteriormente, em 1901, sofrem uma remodelação que integra a instauração do Sistema Florestal em todo o território Nacional. Dois anos mais tarde, em 1903, foi publicado o regulamento deste regime, o qual enquadrou a política florestal do Estado durante grande parte do século passado. Este regime instituído ainda se mantém em vigor, apesar do ambiente social e económico nada ter a ver com o vivido no início do século XX (Devy Vareta, 2003). Segundo a mesma autora, ao nível local, o baldio desempenhava um papel fundamental na agricultura. Este proporcionava o pasto indispensável à manutenção das espécies pecuárias, em particular bovinos, ovinos e caprinos. Do baldio retirava-se ainda o mato que, servia de cama para os animais estabulados, que em conjugação com os excrementos, proporcionava o estrume para fertilização das terras, sendo este o fertilizante tradicional usado pelo camponês. Em algumas regiões, e através do sistema de afolhamento após o arroteamento ou a prática da queimada, partes dos baldios serviam também para o cultivo de cereais, especialmente do centeio. O baldio proporcionava ainda a lenha, o carvão e, em alguns casos, alguma madeira, mel, entre outras. Contudo, esta prática tradicional de agricultura começou, a ser alvo de ondas sucessivas de protestos, nomeadamente a partir da segunda metade do Séc. XVIII por parte de algumas camadas *esclarecidas* e ao nível governamental, já que viam nessa prática um obstáculo ao progresso económico e agrícola.

### **3.5. A exploração dos baldios entre 1932 e 1938**

Baptista (1993) refere que, Portugal nos anos trinta era sobretudo agrícola, a terra era o elemento incontestável para apreender a estruturação da produção agrícola e, em larga medida, das relações de poder nos campos. A agricultura era a atividade económica mais relevante ao nível do emprego, sendo que, em 1938 se gerava um terço do produto interno bruto.

Segundo Estêvão (1983) é efetivamente ao longo dos anos de 1932 e 1938, que se vai forjar a nova política para com os baldios; essa política irá consolidar-se já no período pós-1938. Conforme legislação produzida até finais de 1937 (quadro 2).

## Quadro 2 Legislação dos baldios entre 1932 e 1937

---

### Legislação sobre baldios

---

Decreto de 28 de Fevereiro de 1932  
Decreto de 8 de Dezembro de 1932  
Decreto de 1 de Abril de 1933  
Decreto-Lei de 13 de Janeiro de 1934  
Decreto-Lei de 25 de Janeiro de 1934  
Decreto-Lei de 26 de Janeiro de 1934  
Decreto de 16 de Novembro de 1936  
Decreto-Lei de 3 de Abril de 1937

---

Fonte: *Coleção Oficial de Legislação Portuguesa in Antunes Estevão*

Desta legislação produzida, até finais de 1937, em particular a estabelecida em 1932, da iniciativa da Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização, da Direcção-Geral da Ação Social Agrária, do Ministério da Agricultura, é criada uma comissão de técnicos encarregados de estudar e elaborar um plano imediato para o aproveitamento dos baldios. Esta comissão propõe a suspensão da alienação dos terrenos baldios e elucidam sobre a necessidade de se proceder ao cadastro dos baldios existentes no País. As Câmaras Municipais e Juntas de freguesia passam obrigatoriamente a enviar à Direcção-Geral da Ação Social Agrária (Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização) a relação dos terrenos baldios existentes, quer sejam ou não aproveitados como logradouro comum. Atendendo a esse propósito, foi determinada a *suspensão de alienações de todos os baldios, municipais e paroquiais, até que se pudesse averiguar qual a melhor forma, a mais rigorosa e mais justa, de se fazer o seu aproveitamento*.

Desta forma, e por ação da Junta de Colonização Interna (JCI), criada pelo decreto nº 27.207, de 16 de Novembro de 1936, com objetivos direcionados para o desenvolvimento de uma política social agrícola, promovendo a valorização dos espaços incultos para a expansão da atividade florestal, é elaborado um amplo levantamento das áreas baldias Gonçalves e al (2011). Este levantamento feito ao nível do país apresenta-se na figura 1, esta carta evidenciava, já nessa altura, que os baldios se concentravam no Centro e a Norte de Portugal.

Figura 1 Localização dos Baldios Reservados Provisoriamente



Fonte: Cartas de Portugal continental (JCI, 1939)<sup>15</sup>.

Decorridos seis anos, a Junta de Colonização Interna (JCI)<sup>16</sup> deu conta, ainda neste desígnio, que não foram recebidas respostas de 46 câmaras e de 724 juntas de freguesia do continente e Ilhas e que das informações enviadas se apurou a existência de qualquer coisa como 347 252 ha de baldios para o continente e 57 000 ha para as Ilhas, áreas que poderiam não quadrar com a realidade. Pois, apesar do esforço, o inventário realizado e baseado, principalmente, por informações fornecidas pelas Câmaras Municipais e Juntas

---

<sup>15</sup> Vide endereço: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/105.pdf>

<sup>16</sup> É pois extinta a Direcção-Geral da Ação Social Agrária, passando todos os assuntos relacionados com baldios (centralizados na Divisão de Baldios, Incultos e Colonização, como sabemos) para a JCI Pelo artigo 173.º Estipulam-se as competências da JCI, que são vastas: 1.º. Tomar conta dos terrenos que lhe foram entregues pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (J. A. O. H. A.) logo que estejam realizadas as obras e concluída a adaptação ao regadio; 2.º. Instalar neles casais agrícolas, tomando para base os estudos de ordem agrológica, económica e social realizados pela J. A. O. H. A.; 3.º. Promover, pela Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, a constituição das associações de regantes e a instalação de postos agrários; 4.º. Efetuar o reconhecimento e estabelecer a reserva de terrenos baldios do Estado e dos corpos administrativos suscetíveis de aproveitamento para instalação de casais agrícolas, tendo em atenção a natureza dos terrenos, a sua extensão e as regalias dos povos no que respeita à sua atual fruição;





<sup>18</sup> continuariam a seguir o mesmo destino. Contudo, esta classificação competia à JCI determinar quais as áreas que se consideravam dispensáveis ao logradouro comum. Os baldios dispensáveis do logradouro comum e próprio para a cultura e que não fossem reservados pela referida JCI, seriam dissociados em glebas com uma área mínima de 1 ha, com o intento de serem aforados ou vendidos em hasta pública aos chefes de família que tivessem sido partes na sua fruição. O Governo seria, então o responsável pela publicação dos regulamentos necessários sobre o processo de divisão, preferências, condições de aforamentos e remissão do foro ou condições de venda. Porém, durante todo este processo de regulamentação e enquanto estes não fossem publicados, os corpos administrativos podiam facultar de arrendamento os baldios, em questão, por um prazo não superior a seis anos. Os baldios dispensáveis do logradouro comum e impróprios para cultura, assim como aqueles que, pela sua pequena área, (glebas com menos de 1 hectare), reverteriam a bens do domínio privado disponível dos corpos administrativos e, uma vez incluídos nesta categoria, alienáveis em hasta pública.

Os baldios, com classificação de arborizável, os corpos administrativos eram obrigados a promover a respetiva arborização por força do seu orçamento ou em participação com o Estado, no prazo de vinte anos e segundo o plano estabelecido pelo Ministério da Agricultura. Estes baldios arborizados ficariam sujeitos ao regime florestal.

Então, com a aprovação, em 1938, do Plano de Povoamento Florestal destinado a arborizar terrenos comunitários, os baldios, nas serras do Norte e Centro inicia-se um novo período na vida da floresta, marcado pela presença do Estado (Baptista, 1993).

Esta intervenção nos baldios, imposta pelo Estado, nem sempre foram mal acolhidas pela população que acabavam por aceitar a mudança e considerar que o rendimento que podia advir da floresta poderia ser vantajoso para a melhoria das condições de vida. Esta questão foi narrada pela personagem principal da obra de Aquilino: " (...) *havia de ser o povo, guiado pelos Serviços Florestais (...), que deveria proceder à arborização, sem o obrigarem a perder o sentimento de liberdade que ali desfruta. (...) Ou, então, elevassem os povos a um grau tal de desenvolvimento que essa circunstância [a da arborização] se tornasse menos uma conquista sobre a pobreza dos serranos do que uma necessidade ou encontro com a vida melhorada e progressiva* " (Ribeiro, 1958,

---

18Segundo Rodrigues (1987:36) " enquanto logradouro comum, o baldio proporciona o compáscuo (pastos comuns) ".

p.277). Assim, nesta altura, a arborização dos baldios representou um longo trabalho e uma grande ocupação das populações rurais, estes trabalhos eram realizados na forma de mão-de-obra intensiva, conforme a fotografia que se encontra no anexo I e que ilustra isso mesmo.

### **3.6. Os baldios de 1939 a 1974**

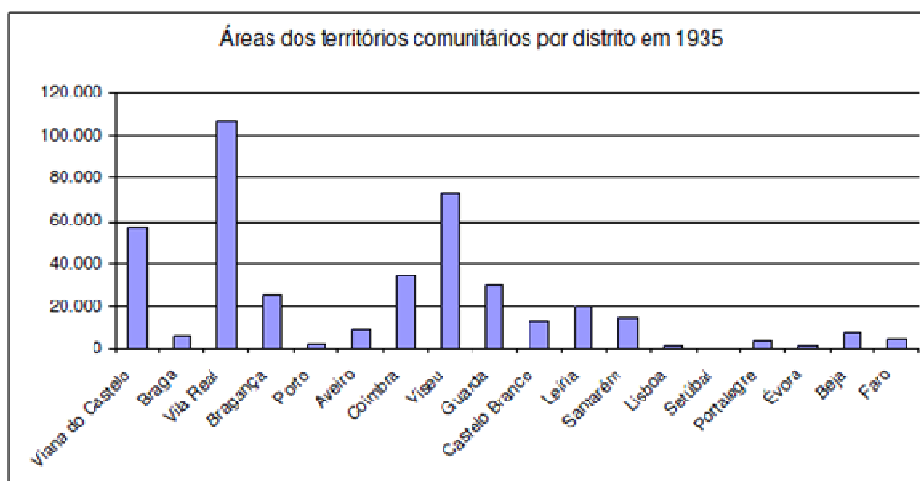
Com o Plano de Povoamento Florestal, que previa a arborização de 420 mil hectares, entre 1963 e 1968, este só foi parcialmente cumprido, uma vez que os Serviços Florestais só florestaram 287 mil hectares, desde 1939 até 1974, dos quais 272 mil hectares na execução do Plano.

“Um indicador desta influência é o facto da área arborizada pelo Estado, através deste Plano e da Ação do Fundo de Fomento Florestal, e o acréscimo da área florestal entre 1939 e 1974 serem quase iguais: ambos rondam os 370 mil hectares” (Baptista e Radich, 2005). Conforme os mesmos autores referem, textos da época argumentavam a favor da arborização dos terrenos comunitários. As metas a alcançar pelo Plano de Povoamento Florestal visavam uma preocupação económica mas sem qualquer relação com a economia dos povos que usufruíam dos baldios: “aumento da produção de madeiras, produtos deles extraídos e sua exportação”; “aproveitamento como combustível, especialmente no caso de continuarem a ser metidos em cultura arvense terrenos até agora destinados à silvicultura” e “desenvolvimento industrial para a preparação e transformação dos produtos florestais”. Só depois se referiam a aspetos ambientais e relativos à diversidade dos efeitos da floresta, mas também sem colocar grande ênfase nos interesses imediatos das populações serranas: “benefício resultante da modificação do regime das chuvas, fixação das terras e areais móveis e correção torrencial” e “utilização como elemento de defesa nacional, ocupação e trabalho das populações rurais, melhoramentos de pastagens, motivo de atração turística, beneficiação do clima e da saúde pública”.

De acordo com o Programa Nacional para a Valorização dos Terrenos Comunitários (2010), 91% da totalidade dos territórios comunitários reconhecidos oficialmente em 1940, situam-se a Norte do Tejo, 66% ficam situados nos distritos de Viseu, Guarda, Vila Real, Bragança e Coimbra. As maiores extensões destes territórios situavam-se nos

distritos de Vila Real, com 107 005ha, seguido de Viseu, com uma área de 73 391ha e Viana do Castelo, com uma área de 6 587ha, estes distritos no seu conjunto detinham uma área de baldio de 236 983ha, o que corresponde a 58,1 % do total de baldios do País. (quadro 3)

Quadro 3 Áreas dos terrenos comunitários por distrito JCI, Lisboa 1939 – 1940



Fonte: Programa Nacional para a Valorização dos Terrenos Comunitários (2010)

Em 1940 a população agrícola era ainda quase metade da população ativa. Entre 1960 e 1970, a população agrícola diminuiu quase um terço. As famílias agricultoras desmembraram-se. As explorações patronais assistiram ao abandono de uma grande parte dos assalariados e à exigência de maiores salários por parte dos que ficaram. A pressão sobre a terra decresceu; alargou-se a superfície não cultivada; as rendas e quotas de parceria diminuíram. Muitos dos terrenos deixados incultos foram depois florestados com o apoio do Estado. O Estado Novo não hesitou nalgumas situações, com repercussões circunscritas, em esmagar os interesses dos pequenos agricultores como foi o caso da florestação dos baldios. A arborização dos baldios teve grandes repercussões na economia e na vida dos povos que utilizavam os terrenos comunitários. Principalmente daqueles que habitavam as zonas de montanha. Os agricultores contestaram de forma vigorosa a florestação. Contudo, esta posição não era bem aceite pelos defensores da florestação, pois achavam que os contestadores não reconheciam os

benefícios desta. As revoltas eram também contra os preços e esquemas coercivos de comercialização impostos pelo próprio Estado (Baptista, 1994).

A economia agrícola das populações espoliadas dos baldios fragilizou-se, nas décadas de 1940 e 1950, com a proibição pelos Serviços Florestais do pastoreio dos rebanhos e a sua consequente venda forçada. Esta situação contribuiu significativamente para o despovoamento do interior do país, com a emigração da década de 1960 e com o êxodo rural, assim a população dos povos com baldios diminuiu (Bica 2010:93).

Segundo Vareta (1993), as submissões ao plano de florestação prosseguem ao longo da década de cinquenta, porém foi entre 1954 e 1958 que este projeto foi implantado na íntegra. No período de 1940 a 1960, a área de baldios florestados foi de 368 374ha, que passaram a ser administrados pelos Serviços Florestais, contudo, dois núcleos ficaram fora desta submissão, um na Serra da Boalhosa do distrito de Viana do Castelo e o outro foi o Maciço Calcário Estremenho. No caso da Serra da Boalhosa, este facto relacionou-se com projetos que JCI tinha planeado para esta área.

Seguidamente apresenta-se um quadro (4) com a evolução da submissão dos baldios ao regime florestal de 1940 a 1967, em Portugal Continental.

Quadro 4 Síntese da evolução florestal dos baldios serranos de 1940 a 1967

Ano	Área total ha	N.º de perímetro	Nome dos perímetros: superfície em ha e distrito
1940	33228	8	S. da Agra: 7 643 (Viana do Castelo); Deilão: 12 124, Monte Morais: 3 481 (Bragança). S. da Freita: 4 760 (Aveiro). Rabadão: 2 400, Penela: 370 (Coimbra). Castanheira de Pêra: 2 400 (Leiria); Carvalhal: 50 (C. Branco).
1941	46304	18	S. de Bomes: 3 924, Avelanoso: 1 580, Paião: 345 (Bragança). Rio Mau: 2 717, Préstimo: 2 220, Ladário: 2 160 (Aveiro). S. Salvador 6 731, S. Lourenço: 5 535, Caramulo: 2 890, S. da Arca: 1 580, Penoita: 1 278, Mundão: 606, Seixo e Facho: 515, S. da Crasto: 505 (Viseu). S* das Necessidades: 5 413, S. da Aveleira: 4 977, S. P. do Açor: 2 957, S. P. Dias e Alveite: 371 (Coimbra).
1942	13903	3	St* Luzia: 4 117 (Viana). Gois: 7 970 (Coimbra). Vouga 1816 (Viseu).
1943	2167	2	Sª da Abadia: 1 672, S. do Merouço: 495 (Braga).
1944	123895	8	S. do Soajo e Peneda: 34 480, Vieira e Monte Crasto: 9 054, S. da Anta: 4 250 (Viana). S. do Faro 625 (Bragança). Barroso: 47 055, Chaves: 10 251, Alvão: 10 000, Ribeira de Pena: 8180 (V.Real).
1945	18718	3	Entre Vez e Coura: 4 727, Entre Lima e Neiva: 3 764 (Viana). S. Amarela: 10 227 (Braga).
1946	163	1	Charneca do Nicho (Leiria).
1950	23531	3	S. da Cabreira (C. Basto): 9 882 (Braga). S. da Coroa :13 066 (Bragança). Coutos de Mértola: 583 (Beja).
1951	8520 9200	3	St" Comba (V.Real). Baldios de Vinhais (Serra da Nogueira)
1954	31415	4	S. de Leomil: 18 320, S. de Montemuro: 8 825 (Viseu). S. do Pisco: 2 277 (Guarda); S. de S. Tomé do Castelo: 1993 (V.Real).
1955	5876	1	Pampilhosa da Serra: 5 876 (Coimbra).
1956	10537	3	S. do Marão e Ordem: 8 250 (V. Real). Alto Côa: 2 037 (Guarda). Barrancos: 250 (Beja).
1957	4875	2	S. Domingos e Escarção: 3 315 (V. Real). S. Matias: 1 470 (Viseu).
1958	35904	4	S. da Mó e Viso: 1 367 (Aveiro). S. Pedro do Sul: 12 174, Penedouro :1 863 (Viseu). S. da Estrela: 20 500 (Gouveia e Seia - Guarda - até 1967).
1959	33641	1	Herdade da Contenda (Beja).
1960	6064	4	S. da Lapa: 4 845 (Viseu). Baldio das Ferrarias: 897, Salvador 164, Cabeça Gorda: 160 (Beja).
1961	90	1	Mourão (Évora)
1962/ 1967	14259	4	Batalha, S. dos Candeeiros, Alcanede, S. de Aire: 5 300 (Santarém) e 8 950 (Leiria).
1963	1780	1	Alge (Coimbra)
1964	245	1	Castro (Santarém)
1965	7650	1	Boalhosa (Viana do Castelo)
1967	1366	1	Terras da Ordem (Faro)

Fonte: in Vareta (1993: 175- 176)

Pela análise do quadro anterior, apuramos que foram sujeitas à florestação 60 perímetros florestais, tendo ficado fora deste processo o perímetro da Boalhosa, do Concelho de Ponte de Lima, e como de resto já tínhamos referido anteriormente. Nesta série temporal, que medeia entre o ano de 1940 e 1967, foram florestados 425681ha de terrenos baldios.

### 3.7. Os baldios após 1974

Os últimos vinte anos foram marcados por dois processos decisivos para compreender os contornos económicos e políticos que o país hoje apresenta. Referimo-nos à democratização iniciada em 1974, com a queda do Estado Novo, e a adesão à Comunidade Europeia (CE), em 1986.

Com o 25 de abril de 1974, verificou-se uma nova abertura na gestão dos baldios, abrindo o Estado mão de uma gestão totalitária que vinha fazendo. Desde logo, o Programa da Reforma Agrária incluía a restituição dos baldios aos seus utentes, sendo o prenúncio de mudança que se veio a concretizar com a primeira Lei do Baldios, publicada pelo Decreto-lei 39/76 de 19 de janeiro, que estabeleceu os mecanismos e modalidades de restituição dos baldios às comunidades locais: os compartes. —*Dizem-se baldios os terrenos comunitariamente usados e fruídos por moradores de determinada freguesia, ou freguesias, ou parte delas* (art.º 1º).

Com esta Revolução de abril, e um pouco à luz do que aconteceu aquando da implantação da República, as populações aproveitando as oportunidades assentidas por esta revolução, reivindicam de novo os montes que lhe pertenciam: a devolução da posse, uso, fruição e administração dos baldios aos seus legais donos. Mesmo antes da publicação das primeiras leis dos baldios (1976), organizou-se um movimento de compartes dos baldios, muitas das vezes, em comissões *ad hoc*, exigindo ao poder instituído a publicação das leis que garantissem a devolução dos terrenos baldios, fazendo jus à posse, uso, fruição e administração dos baldios (Rodrigues, 2006).

Conforme (Gralheiro 1990), os Dec. Lei nº 39/76 e o nº 40/76 de 19 de Janeiro são a resposta dada às populações, em virtude das suas reivindicações e lutas pelos terrenos comunitários. Estes Dec. Lei que foram preparados no tempo do V Governo Provisório, do General Vasco Gonçalves, só fora publicada na vigência do VI Governo Provisório, sob a Presidência do Almirante Pinheiro de Azevedo e o Jurista António Bica como Secretário de Estado da Restruturação Agrária.

Logo após a publicação desta legislação, que os povos reconheciam como boa e justa, era visível a grande ansiedade dos povos serranos, desta feita constituíram-se por o País cerca de seiscentas Assembleias de Compartes e elegeram-se outros tantos Conselhos Diretivos, basicamente no norte e centro do País. A maioria das Assembleias de Compartes optara pela modalidade prevista na alínea b) do artigo 9º do Dec. Lei nº 39/76, isto é, “*em regime de Associação entre os Compartes e o Estado, através de um*

*Concelho Diretivo composto por quatro partes eleitos pela Assembleia e um representante do Ministério de Agricultura e Pesca*”. A preferência por esta modalidade tem por base um conjunto de atribuições e responsabilidades que competia ao Estado, no plano de gestão florestal, como apoio jurídico, técnico e financeiro às Assembleias de Compartes (Rodrigues, 1987; 2003).

Quadro 5 Número de Conselhos Diretivos após a publicação da Lei nº 39/76

<b>Distritos</b>	<b>Nº de Conselhos Diretivos</b>
Viana do Castelo	132
Vila Real	193
Viseu	70
Bragança	58
Braga	26
Porto	10
Aveiro	27
Coimbra	75
Guarda	2
Leiria	2
Castelo Branco	2
Lisboa	1

Fonte: Rodrigues (1987: 61)

Todavia, este novo paradigma teve os dias contados, pois cedo se fizeram sentir os constrangimentos, nomeadamente, a insuficiente democratização de algumas estruturas do Aparelho do Estado e de muitas Administrações Florestais que defraudaram as expectativas da população serrana e consequentemente as Assembleias de Compartes. Uma vez, que o apoio esperado foi traduzido em entraves, intromissões abusivas na vida de muitas Assembleias de Compartes, a não homologação de eleições de muitos Conselhos Diretivos, o congelamento das contas bancárias e as contínuas exigências burocráticas. Ou seja, pretende-se a todo o custo afastar a tentativa de formar novos Conselhos Diretivos e tentar que, pelo desgaste e cansaço levar à inatividade aqueles



que já se tinham formado. Com o evoluir da vida social e política, os habituais inimigos dos baldios e da sua administração democrática, também, contra-atacam: *são os caciques, são inúmeras autarquias locais, são grandes empresas de celulose, é o Banco Mundial, são as forças políticas conservadoras*, que por diversos processos convergentes procuram impedir a aplicação integral da Lei dos Baldios.

Apesar de todos estes entraves não foi demovida a vontade da constituição de novas Assembleias de Compartes, de tal modo que em finais de 1976 estas eram já em número superior às cerca de seiscentas que haviam sido formadas e, a par disto, realizavam em muitas aldeias uma obra exímia de progresso económico, social e cultural. Perante o inoperante ataque à aplicação da lei dos baldios, não ter sido tão eficiente e frutuoso quanto o esperado pelas forças interessadas na sua revogação, *utilizando exatamente o argumento da sua ineficácia*. Abre-se o caminho a uma nova frente de combate, a qual é conseguida através da aprovação da lei n.º 79/77, a 25 de outubro, pela Assembleia da República, sobre as funções das autarquias locais e competências dos seus órgãos, onde no seu artigo 109.º consta que a administração dos baldios passasse a ser da competência das assembleias e juntas de freguesia.

Após o conhecimento desta deliberação da Assembleia da República, milhares de Compartes revoltam-se e erguem-se mais uma vez para defender os baldios. Nesta discórdia, a voz do povo faz-se ouvir, sendo que, a referida lei é revogada, a 29 de novembro de 1977, voltando a prevalecer as leis números 39/76 e 40/76 - as Leis dos Baldios (Rodrigues, 1987; 2006), prevalecendo estas leis até aos dias de hoje.

Esta controvérsia mantém-se no tempo e no espaço quer através de movimentos associativos dos baldios, quer pelas Assembleias de Compartes e Conselhos Diretivos, que de 1976 a 1993 tiveram uma vida conturbada e prejudicada pela contínua e perseverante tentativa de destruir esta forma de administração democrática. Persistindo os inimigos dos baldios, em dois objetivos principais: *a abertura dos baldios ao comércio jurídico e a entrega da administração dos baldios às Autarquias Locais*. Neste intento, foi publicada uma nova lei, a lei n.º 68/93, que apesar dos novos perigos que esta representou para os baldios, deixou que a administração destes continuasse a ser realizada pelos povos e permitiu a formação de novas Assembleias de Compartes. Tendo por isso um impacto positivo, embora não deixasse de constituir uma fonte de preocupação, por aqueles que incansavelmente defendiam a morte natural desta forma de administração, conseguida pelo crescente desinteresse das populações, impelidas por

outras formas de gestão privadas desses bens. Foi ainda, em 1978 que, em Coimbra, num grande encontro de agricultores se funda a Confederação Nacional de Agricultores (CNA) que coloca entre os seus objetivos prioritários a defesa da Lei dos Baldios e a prestação de apoio aos conselhos diretivos. Neste propósito, foi então criado, em 1979 um departamento de baldios, para prestar o apoio aos conselhos diretivos (Rodrigues, 1987).

O período de 1993 a 2006 foi uma época marcado por uma acalmia legislativa, contudo ao nível das autarquias, não o foi, pois continuaram a tentar a apropriação de baldios, sempre em conflitualidade com muitas comunidades e a tentar diferentes formas de pressão junto do poder Central e da Assembleia da República, no sentido de alterar a Lei dos Baldios, reclamando direta ou indiretamente, o fim das assembleias de Compartes (Rodrigues, 2006).

Assim, atualmente é reconhecida a importância económica, social e ambiental dos espaços comunitários que, por sua vez, não se coadunam com a ausência de uma gestão ativa e com a falta de investimento, nestes territórios. Face, às erradas políticas agroflorestais nacionais e comunitárias, levadas a cabo pelos sucessivos Governos que têm exercido o poder desde que o País aderiu à Comunidade Económica Europeia, colocam em causa a perpetuidade destes espaços para as gerações vindouras, bem como todo o ativo ainda existente e comprometendo o futuro das nossas aldeias (Carvalho, 2012)<sup>19</sup>.

Neste propósito, importa dar conta da entrevista dada, recentemente, pelo Secretário de Estado das Florestas a manifestar que a gestão dos baldios, onde o Estado é em muitos casos cogestor, poderem passar para as competências dos Municípios ou das Comunidades Intermunicipais. Nesta conferência o Secretário de Estado das Florestas esclareceu:

“ O abandono rural foi muito negativo. Temos de reverter essa situação e a melhor forma é a prevenção. Para isso temos de aumentar o número de pessoas a trabalhar diariamente na floresta. É preciso mais gestão ativa, responsabilizando mais os proprietários e dando-lhes

---

19

Vide

endereço:

<http://www.baladi.com.pt/site/images/stories/proclamao%20dos%20baldios%20do%20alto%20minho.pdf>

, consultado em 06-12-12

meios para se motivarem. E há que reforçar o associativismo florestal dando consistência às ZIF. A gestão pode ser realizada a uma escala que ultrapassa o espaço territorial de um concelho por via de agrupamento de baldios ou por delegação de gestão em outras entidades a um nível que pode ultrapassar a escala municipal, mas sempre por decisão das entidades competentes, que são as assembleias de partes. Os serviços da administração central têm a seu cargo a gestão das matas nacionais e dos baldios, que são das comunidades locais. Gostaríamos que essa gestão fosse feita na proximidade dessas comunidades. A gestão das matas e baldios poderá ser à escala intermunicipal”<sup>20</sup>.

Em torno desta controvérsia, têm estado patentes vozes de protesto, pelas entidades gestoras, pelas assembleias de partes e os pelos seus representantes; BALADI e ACEB, sobre as atuais intenções do Estado pretender passar a gestão dos baldios para as competências dos Municípios ou das Comunidades Intermunicipais<sup>21</sup>.

### **3.8. Legislação sobre os baldios**

A luta travada pelos povos pela recuperação dos baldios, nos últimos anos do Estado Novo, colocou na agenda das forças políticas que chegou ao poder depois do 25 de Abril de 1974 a restituição dos baldios aos povos que sempre o haviam possuído. Assim, com o término do regime autoritário do Estado Novo os povos com direito aos baldios reclamaram por todo o país o restabelecimento dos seus direitos (Bica, 2010:92). O quadro que se segue dá conta da legislação que fez publicar e que contribuiu para que os baldios fossem devolvidos às populações.

---

20 Vide endereço: <http://www.publico.pt/Sociedade/federacao-contesta-entrega-da-gestao-dos-baldios-aos-municipios-1568341> consultado em 28-10-2012

21 Ibidem 19

Quadro 6 Legislação sobre os baldios a vigorar após 1974

Decreto/Lei/Portaria	Ano de publicação	Objetivos
<b>DL. 203 – C/75</b>	15-04-1975	Aprovou as bases gerais dos programas de medidas económicas de emergência, inclui no Programa da Reforma Agrária a devolução dos baldios aos seus Usuários.
<b>DL. 39/76</b>	19-01-1976	Determinou os mecanismos e modalidades de devolução dos baldios aos povos.
<b>Portaria 117/76</b>	01-03-1976	Regularizou o recenseamento provisório dos moradores com direito a cada baldio.
<b>DL. 702/76</b>	39-09-1976	Mudam ou prolongam prazos neles previstos.
<b>DL. 703/76</b>	30-09-1976	
<b>DL. 49/77</b>	12-02-1977	
<b>DL. 104/78</b>	25-05-1978	
<b>DL. 39/79</b>	05-03-1979	
<b>DL. 29/90</b> Alteram o	24-01-1990	
<b>DL. 39/76</b>	19-01-1990	
<b>DL. 128/77</b>	02-04-1977	Aprovam que o Fundo de Fomento Florestal realize diretamente ações de florestação, incluindo com pastagens associadas, em terrenos baldios, privados e do Estado.
<b>Lei 68/93 alterada pela Lei 89/97</b>	04-09-1993 30-07-1997	Regulariza atualmente o regime dos baldios.

Fonte: Bica (2003)

A Legislação vigente impôs que os povos se organizassem em Assembleias de Compartes para deste modo poderem recuperar a administração dos baldios anteriormente entregues aos Serviços Florestais. Estabeleceu ainda que, constituída a assembleia de compartes, a administração de baldios poderia ser feita *exclusivamente pelos compartes através de Conselho Diretivo, composto por cinco compartes eleitos pela assembleia* (modalidade de administração A), *ou em regime de associação entre os compartes e o Estado através de Conselho Diretivo, composto por quatro compartes eleitos pela assembleia e um representante do Ministério da Agricultura* (modalidade de administração B), (Bica, 2010:93).

Outra legislação considerada importante é a Lei nº. 1971 de 15 de Junho de 1938, também designada por lei do povoamento florestal. Surgiu na sequência dum relatório do Governo que é afinal o essencial do Plano de povoamento florestal, promulgar

medidas visando a florestação de terrenos baldios e dunas. O principal objetivo desta Lei centrava-se nos baldios: “Os terrenos baldios, definitivamente reconhecidos pelos serviços do Ministério da Agricultura como mais próprios para a cultura florestal do que para qualquer outra, serão arborizados pelos corpos administrativos ou pelo Estado segundo planos gerais e projetos devidamente aprovados nos termos destas bases das políticas florestais”. Todo este plano, que evidentemente englobava além da arborização a execução de construções e obras complementares (edifícios, caminhos florestais, postos de vigia, obras de correção torrencial e outras). No texto da Lei recomendava-se que, “ tanto quanto possível “ devia procura-se a conciliação dos povos que utilizavam os baldios “com o interesse geral da arborização (ICFN, 2012).

A Lei nº 33/96, de 17 de Agosto - Lei de Bases da Política Florestal- Os princípios orientadores da política florestal, nomeadamente os relativos à organização dos espaços florestais, determinam que o ordenamento e gestão florestal se fazem através de Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), cabendo a estes a explicitação das práticas de gestão a aplicar aos espaços florestais, manifestando um carácter operativo face às orientações fornecidas por outros níveis de planeamento e decisão política.

Esta Lei no artigo 4.º visa os seguintes objetivos:

- a) Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais e do conjunto das atividades da fileira florestal;
- b) Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais;
- c) Assegurar a melhoria do rendimento global dos agricultores, produtores e utilizadores dos sistemas florestais, como contributo para o equilíbrio socioeconómico do mundo rural;
- d) Otimizar a utilização do potencial produtivo de bens e serviços da floresta e dos sistemas naturais associados, no respeito pelos seus valores multifuncionais;
- e) Promover a gestão do património florestal nacional, nomeadamente através do ordenamento das explorações florestais e da dinamização e apoio ao associativismo;
- f) Assegurar o papel fundamental da floresta na regularização dos recursos hídricos, na conservação do solo e da qualidade do ar e no combate à erosão e à desertificação física e humana;

- g) Garantir a proteção das formações florestais de especial importância ecológica e sensibilidade, nomeadamente os ecossistemas frágeis de montanha, os sistemas dunares, os montados de sobro e azinho e as formações ripícolas e das zonas marginais dulçaquícolas;
- h) Assegurar a proteção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, nomeadamente contra os incêndios;
- i) Incentivar e promover a investigação científica e tecnológica no domínio florestal.

Relativamente aos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, no artigo 5.º estabelecem o seguinte:

1 - A organização dos espaços florestais faz-se, em cada região, através de planos de ordenamento florestal, numa ótica de uso múltiplo e de forma articulada com os planos regionais e locais de ordenamento do território.

2 - Os planos regionais de ordenamento florestal (PROF) são elaborados pelo organismo público legalmente competente em colaboração com os detentores das áreas abrangidas, submetidos à apreciação pública e aprovados pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

3 - Os PROF devem contemplar:

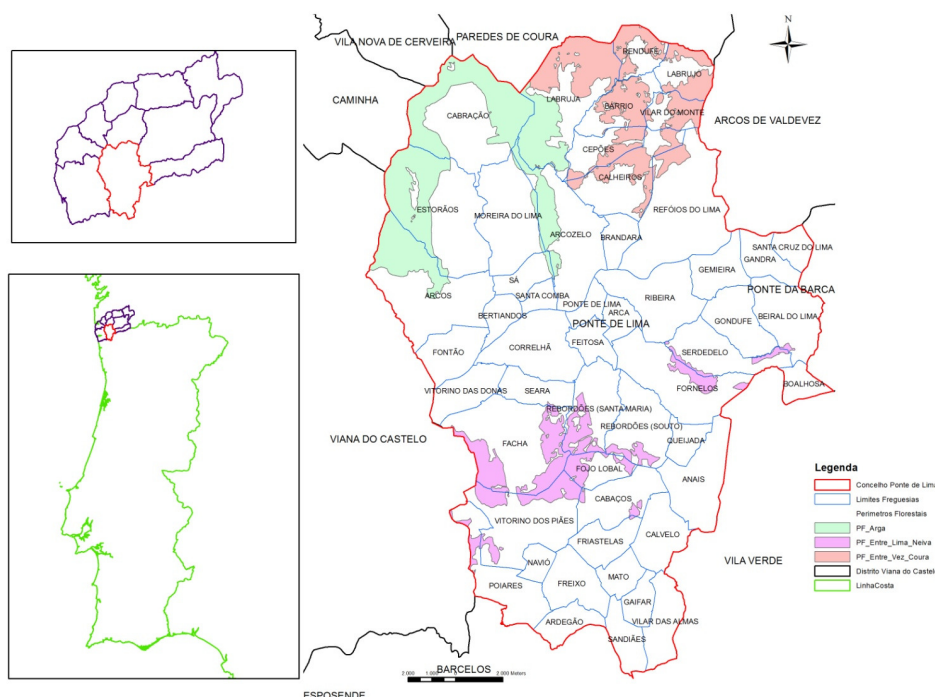
- a) A avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;
- b) A definição do elenco das espécies a privilegiar nas ações de expansão ou reconversão do património florestal;
- c) A identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão de recursos mais adequados;
- d) A definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada de recursos a aplicar nestes espaços.

## 4. Caracterização geral da área de estudo

### 4.1. Enquadramento geográfico dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima

O concelho de Ponte de Lima localiza-se no Norte de Portugal, na Província do Minho, distrito de Viana do Castelo, ocupando uma área de 320,27Km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 14,43% da área total deste distrito. É limitado a norte pelo município de Paredes de Coura, a leste por Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, a sueste por Vila Verde, a sul por Barcelos, a oeste por Viana do Castelo e Caminha e a noroeste por Vila Nova de Cerveira. Geograficamente, posiciona-se entre as latitudes 41° 37' e 41° 52' Norte, e as longitudes 8° 28' e 8° 42' W. Pertence ainda à NUTS III “Minho-Lima”, assumindo uma centralidade estratégica neste território. Em termos florestais pertence à Unidade de Gestão florestal do Minho do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. Do ponto de vista administrativo, o concelho de Ponte de Lima, subdivide-se em 51 freguesias.<sup>22</sup> Apresenta-se na figura seguinte (3) o enquadramento dos baldios no concelho de Ponte de Lima.

Figura 3 Enquadramento dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima



Fonte: ICNF, 2012. Elaboração própria

<sup>22</sup> Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 2008-2012, *Ponte de Lima Terra Rica da Humanidade*, Caderno II – Informação de Base.

Pela análise da figura 3, constatamos que a maioria dos baldios se situa nas freguesias do concelho mais montanhosas e que integram os seguintes perímetros florestais: de Entre Vez e Coura, Arga e o de Entre Lima e Neiva.

No quadro 7, apresentam-se as freguesias que estão incluídas em cada Perímetro Florestal, a área de baldio que corresponde a cada freguesia e também a percentagem que essa área representa na área total dos baldios.

Quadro 7 Perímetros florestais do Concelho de Ponte de Lima

Perímetro florestal	Freguesia	Area (ha)	%Ocupação
PF_Arga	ARCOS	482,68	7,39%
PF_Arga	ARCOZELO	297,06	4,55%
PF_Arga	CABRAÇÃO	908,12	13,90%
PF_Arga	ESTORÇOS	694,50	10,63%
PF_Arga	LABRUJA	462,19	7,07%
PF_Arga	MOREIRA DO LIMA	37,39	0,57%
PF_Arga	SÁ	17,78	0,27%
PF_Entre_Lima_Neiva	BEIRAL DO LIMA	9,78	0,15%
PF_Entre_Lima_Neiva	CABAÇOS	33,44	0,51%
PF_Entre_Lima_Neiva	FACHA	507,94	7,77%
PF_Entre_Lima_Neiva	FOJO LOBAL	139,72	2,14%
PF_Entre_Lima_Neiva	FORNELOS	120,29	1,84%
PF_Entre_Lima_Neiva	FRIASTELAS	2,83	0,04%
PF_Entre_Lima_Neiva	GONDUFE	0,92	0,01%
PF_Entre_Lima_Neiva	POIARES	52,67	0,81%
PF_Entre_Lima_Neiva	REBORDÕES (SANTA MARIA)	191,49	2,93%
PF_Entre_Lima_Neiva	REBORDÕES (SOUTO)	84,22	1,29%
PF_Entre_Lima_Neiva	SEARA	2,66	0,04%
PF_Entre_Lima_Neiva	SERDEDELO	62,36	0,95%
PF_Entre_Lima_Neiva	VITORINO DOS PIÃES	287,20	4,39%
PF_Entre_Vez_Coura	BÁRRIO	308,06	4,71%
PF_Entre_Vez_Coura	CALHEIROS	316,82	4,85%
PF_Entre_Vez_Coura	CEPÕES	182,68	2,80%
PF_Entre_Vez_Coura	LABRUJA	578,35	8,85%
PF_Entre_Vez_Coura	LABRUJÓ	243,94	3,73%
PF_Entre_Vez_Coura	REFÓIOS DO LIMA	99,16	1,52%
PF_Entre_Vez_Coura	RENDUFE	212,51	3,25%
PF_Entre_Vez_Coura	VILAR DO MONTE	198,38	3,04%
TOTAL	TOTAL	6535,18	100%

Fonte: ICNF, 2012



Os terrenos baldios, do Concelho de Ponte de Lima, estão integrados em três Perímetros Florestais (PF), conforme se apresentam no quadro anterior, denominados: **Perímetro Florestal de Arga** que engloba os baldios das freguesias de S. Pedro de Arcos, Arcozelo, Cabração, Estorãos, Labruja, Moreira do Lima e Sá. **Perímetro Florestal de Entre Lima e Neiva** formado pelas freguesias de Beiral do Lima, Cabaços, Facha, Fojo Lobal, Fornelos, Friastelas, Gondufe, Poiares, Rebordões Santa Maria, Rebordões Souto, Seara, Serdedelo e Vitorino dos Piães. **Perímetro Florestal de Entre Vez e Coura** constituído pelas freguesias do Bárrio, Calheiros, Cepões, Labruja, Labrujó, Rendufe, Vilar do Monte e Refoios do Lima. Das freguesias que constituem estes PF e com maior representatividade em termos de área, situada entre os cerca de 909ha e os 508ha, e com uma percentagem de ocupação do solo no total na área dos baldios, situados entre os 14% e os 7%, aparecem-nos as seguintes freguesias: Cabração, Estorãos, Labruja, S. Pedro de Arcos, Facha. Seguindo-se as freguesias de Arcozelo, Vitorino de Piães, Bárrio, Calheiros, Labrujó, Rendufe, Vilar do Monte, Fojo Lobal, Fornelos, Rebordões Santa Maria, Refoios do Lima e Rebordões Souto que, ocupam uma área que se situa entre os 297ha e os 84ha e com uma ocupação total na área dos baldios que se situa em termos percentuais entre os 4,9% e os 1,3%. Com menor representatividade, aparecem-nos as freguesias de Sá, Moreira de Lima, Beiral, Cabaços, Friastelas, Poiares, Gondufe, Cepões, Serdedelo e Seara, que em termos de área (ha) e de ocupação total na área baldia, em percentagem, corresponde, respetivamente, aos valores situados entre 37ha e os 0,92ha e os 1,5% e os 0,01%. Por fim, da análise do quadro, constatamos que a área total ocupada pelos terrenos baldios que comportam os perímetros florestais é de 6535,18ha.

#### 4.2. Hipsometria<sup>23</sup>

Em termos de altitude, o concelho de Ponte de Lima, apresenta uma diferença de altitude de cerca de 800m, desde o ponto mais baixo relativo ao rio Lima, com 10m de altitude, até o ponto mais alto, com cerca de 840m, situado entre Penedos do Castelo e o Alto do Cabeço. Isto significa que, os valores da altitude apresentam uma estreita relação com a

---

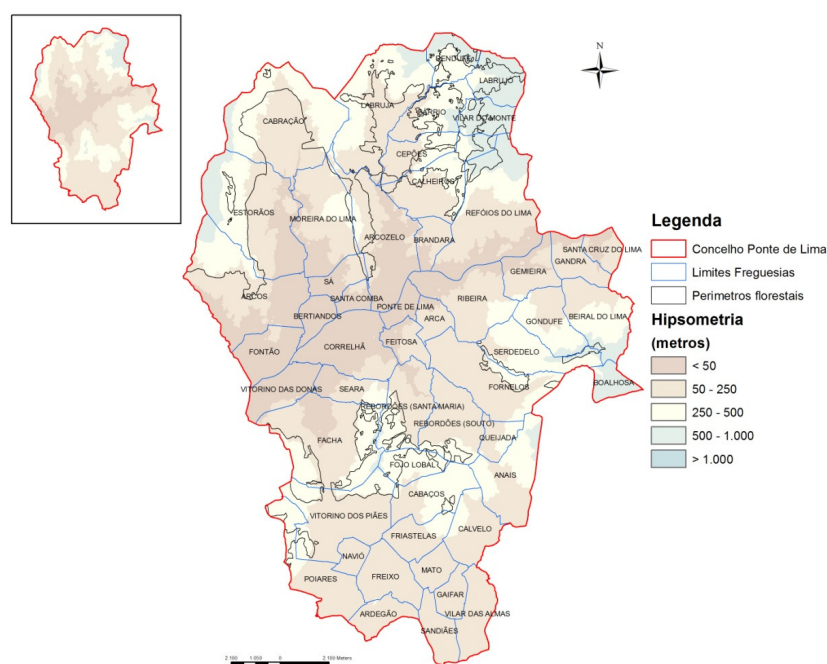
23 Trata-se das diferentes zonas de altitude de uma região. Neste processo de medição de altitudes aplicam -se meios geodésicos ou barométricos, vide endereço: <http://www.dicionarioinformal.com.br/hipsometria/>, consultado em 06-12-12.

bacia hidrográfica, aumentando desde as primeiras linhas de água até aos cumes dos montes. Deste modo, sob o ponto de vista natural e atendendo ao enquadramento desta região, pode-se considerar que o concelho apresenta três zonas distintas<sup>24</sup>:

- i. A zona de várzea, na depressão fluvial, com cotas inferiores a 200 m;
- ii. A zona de meia encosta, entre os 200 m e os 500 m, com relevos pouco acentuados e de transição para a montanha;
- iii. A zona de montanha média, acima dos 500 m, que tem pouca expressão na margem esquerda do rio Lima, adquirindo maior importância a Norte e Nordeste.

Na figura 4 apresenta-se o mapa hipsométrico do concelho de Ponte de Lima, onde se encontram localizadas as distintas áreas que, em termos de atitude se demarcam as zonas que comportam os valores inferiores aos 50 metros, as que se situam entre os 50 e 250 metros e aquelas que se situam no interface dos 250 e os 500 metros e, por último, as zonas que se situam a uma maior altitude que medeiam entre os valores maiores ou iguais 1000 metros.

Figura 4 Hipsometria no concelho de Ponte de Lima



Fonte: Atlas do Ambiente Digital, 2011

24 Ibidem Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 2008-2012, *Ponte de Lima Terra Rica da Humanidade*, Caderno II – Informação de Base, pg.6.

Pela observação da figura 4, concluímos que a maioria das freguesias do concelho se situa numa cota que medeia entre os 50 e os 250 m de altitude. As freguesias que se encontram numa cota variável entre os 500 e os 1000m de altitude, representam uma minoria no concelho, e podemos destacar as freguesias da Boalhosa, Cabração, vilar do Monte, Labruja e Labrujó.

Segundo Brito (2008) podemos destacar, as zonas de vale aluvionar<sup>25</sup> que constituem áreas planas ou ligeiramente côncavas compreendidas entre os 0 e os 15 metros de altitude. Nestes locais encontram-se ainda *habitats* de zonas húmidas em áreas de vale de cheia com diferentes regimes e intensidades de saturação de água no solo ao longo do ano, associadas a manchas ou galerias de florestas mistas de caducifólias. Estas zonas ocupam cerca 6% do concelho, estão culturalmente relacionadas com as culturas agrícolas anuais e as áreas urbanas existentes na periferia. As áreas de início de encosta com uma amplitude altimétrica compreendida entre os 10 e os 100 metros representam uma zona de transição entre o sistema de vale e o sistema de encosta. Este regime de transição contribui para que este território seja preferencialmente escolhido para a ocupação urbana e a consequente expansão. Nestas unidades predominam os espaços urbanos associados a sistemas agrícolas parcelares complexos, onde se verificam dinâmicas intensas de alteração da ocupação e uso do solo o que indica para uma crescente artificialização e especialização do território. As zonas de encosta correspondem a um conjunto de áreas de relevo acidentado com altitudes entre os 100 e os 600 m de altitude que, coincidem com espaços de forte ocupação florestal, de matos e áreas agrícolas nos vales encaixados de altitude. Nas zonas entre os 250 e os 600 m de altitude e de relevo bastante irregular, apresenta uma predominância essencialmente florestal, dominando as classes de ocupação com pinheiro bravo e zonas de matos e incultos. As áreas de altitude, acima dos 600 m, caracterizadas por uma paisagem relacionada com meios seminaturais, zonas de granito e declives pronunciados

---

25 Considera-se aquela que se desenvolve sobre a calha de um vale preenchido por terrenos aluvionares e que apresenta meandros fluviais divagantes devido a baixa declividade do curso do rio que, em épocas de cheia, transborda do canal fluvial e inunda a região. Vide endereço <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aluvi%C3%A3o>, consultado em 06-12-12

(superiores a 25%). Estes locais estão associados a uma flora e fauna adaptadas a condições ambientais adversas muito específicas, em solos pobres para as atividades agroflorestais e com amplitudes climáticas elevadas que formam ecossistemas muito sensíveis.

Importa ainda referir que é nas zonas com maior altitude que predominam localizadas as freguesias com uma maior área baldia em termos de ocupação do solo, e como de resto já anteriormente referido, como sejam, nomeadamente, as freguesias da Boalhosa, Labrujó, Labruja e Cabração.

#### **4.3. Declive**

Relativamente ao declive, 25,42% da área apresenta declives entre 0 - 5%, que corresponde a zonas junto ao Rio Lima. Estas zonas são as que apresentam melhores condições para a prática da atividade agrícola, e que na maioria se encontram ocupadas por esta. As classes de declive entre os 5 e 15%, representam 18,75% da área total. A classe que se situa entre os 15 e os 25% representa 19,06% da área total. Deste modo, podemos concluir que 63,05% da área total apresenta valores inferiores a 25%.

As áreas com declives entre 25 e os 40% ocupam 23,37% do território o que, juntamente com o facto de os declives superiores a 40% representarem ainda cerca de 13,58% do concelho, sublinha o carácter íngreme das áreas montanhosas<sup>26</sup>.

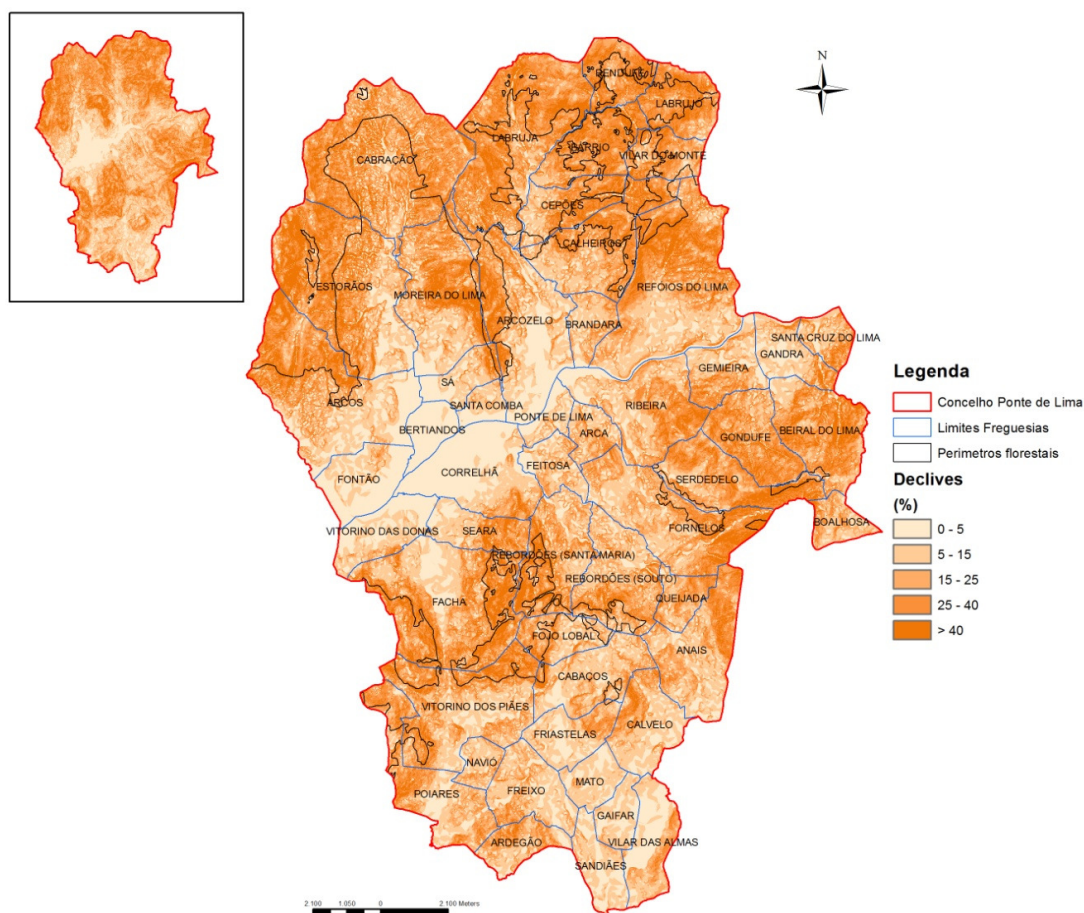
Podemos mencionar, que é nas altitudes mais elevadas, entre os 100 a 500m, que o homem criou uma morfologia de socalcos, ultrapassando desta forma a pobreza destes solos e o declive das vertentes. Onde a mata é substituída pelos baldios florestados, ou não, em locais onde predominam as rochas e os penedos e alguns prados aproveitados pelos rebanhos. Os baldios têm a sua importância, nesta área, sendo aproveitados para a deambulação dos rebanhos, onde pastoreiam. Pelo contrário, é nas baixas altitudes, situadas entre os 50 e os 100m, que a agricultura mais se desenvolve, em socalcos nas áreas com maior declive e em largas *fitas* nas amplas várzeas (Pina, 1989).

A figura seguinte (5) apresenta o mapa de declives do concelho de Ponte de Lima, o qual ilustra os diferentes declives que comportam as freguesias que o constituem. O declive é uma das características mais importantes num relevo, pois determina, em grande parte, a possibilidade ou não da existência de solos profundos.

---

<sup>26</sup> Ibidem, pg.7.

Figura 5 Declives concelho de Ponte de Lima



Fonte: Atlas do Ambiente Digital, 2011

Em termos de declive a figura 5, evidencia – nos que a maioria das freguesias do concelho se situa com valores que variam entre os 25% e os 40%, conferindo-lhes um carater montanhoso.

#### 4.4. Hidrografia

O Concelho de Ponte de Lima está na sua quase totalidade inserido na bacia hidrográfica do rio Lima. A sua estrutura física é resultante deste facto fundamental. A bacia hidrográfica do rio Lima tem uma superfície aproximada de 2.450 km<sup>2</sup>, dos quais cerca de 1.140 km<sup>2</sup> (46,5%) em território Português.

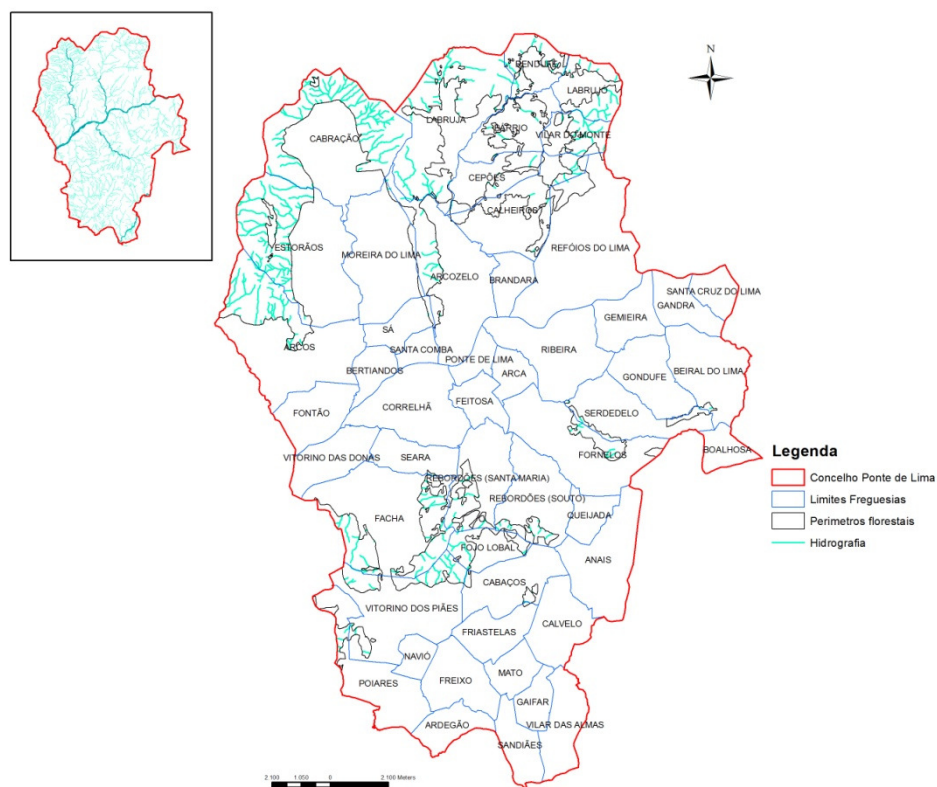
O Rio Lima, rio Neiva, rio Mestre, rio Estorãos, rio Labruja e rio Trovela, são os principais cursos de água que atravessam o Concelho<sup>27</sup>.

27 Ibidem, pg.10.

O Vale do Lima é uma das regiões mais ricas em recursos hídricos do País, registando-se valores médios de precipitação anual superiores a 2000 mm nas regiões a montante, e de 1400 mm nas regiões do litoral. Os aquíferos existentes são do tipo descontínuo, com permeabilidade fissural e instalados em rochas cristalinas e cristalofílicas. Existem, ainda, pequenos depósitos de vale ou de maciços muito alterados em que a permeabilidade dominante é intersticial ou mista. (Agostinho e Rodrigues, 2008).

Pelo seguinte mapa (6), que representa a hidrografia do concelho de Ponte de Lima, podemos verificar então que todo concelho é atravessado por várias linhas de água, assim como as áreas baldias que igualmente se caracterizam pelo atravessamento de diversas linhas de água.

Figura 6 Hidrografia do concelho de Ponte de Lima



Fonte: Atlas do Ambiente Digital, 2011

A figura 6 demonstra-nos a riqueza de linhas de água que este concelho comporta, inclusivamente os terrenos baldios que ostentam a mesma abundância de água, característica desta região.

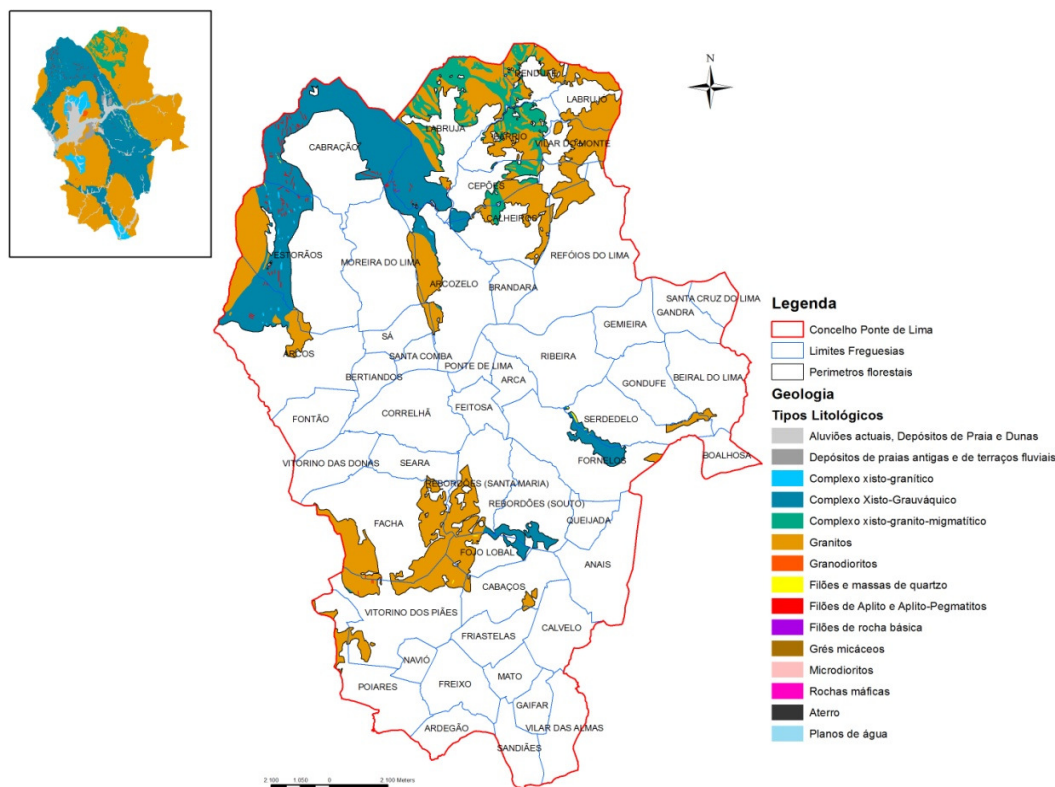


#### 4.5. Geologia e Solos

Os solos do Vale do Lima, sob o ponto de vista geológica, são predominantemente de origem granítica. Por toda a região são visíveis afloramentos rochosos. Os aluviões encontram-se principalmente junto às margens do rio Lima. Ao longo das margens, os solos são muito férteis. O subsolo desta região é também muito rico, quer pela diversidade de minerais existentes, como areias, cascalho, granitos, xistos e xistos metamórficos, quer pelo considerável número de fontes exploráveis de águas mineromedicinais. A generalidade dos solos do Vale do Lima apresenta valores de pH menores que 5,5 e têm também elevados teores de matéria orgânica, principalmente nas áreas onde ocorre mais pluviosidade.

A região é caracterizada por uma grande variedade de tipos de solos, conforme se apresenta na figura 7 e quadro 8 que se seguem, predominando os Regossolos úmbricos que ocupam 42% da área do concelho, seguindo-se os solos antrossolos cumúlicos que ocupam uma área de aproximadamente 35%, salientando-se aqueles que tem como material originário os granitos e as rochas análogas (Agroconsultores e Geometral, 1995).

Figura 7 Geologia do concelho de Ponte de Lima



Fonte: Atlas do Ambiente Digital, 2011

Quadro 8 Geologia do concelho de Ponte de Lima

CLASSE	Área(ha)	%
Aluviões actuais	1,2	0,02%
Complexo xisto-granito-migmatítico	79,6	1,22%
Complexo xisto-migmatítico (migmatitos, gnaisses, micaxistos, xistos luzentes, etc.)	566,0	8,65%
Corneanas	0,0	0,00%
Corneanas, xistos andaluzíticos, xistos granatíferos, xistos luzentes, etc.	1458,1	22,27%
Filões de quartzo	0,7	0,01%
Filões de rocha básica	0,5	0,01%
Filões e massas aplito-pegmatíticos e pegmatíticos	33,0	0,50%
Filões e massas de quartzo	2,7	0,04%
Filões granito-aplito-pegmatíticos	16,1	0,25%
Granito alcalino de grão grosseiro	163,9	2,50%
Granito alcalino de grão médio	0,7	0,01%
Granito alcalino, de grão médio a fino, gnaissóide	99,2	1,52%
Granito de grão fino	11,4	0,17%
Granito de grão grosseiro ou médio a grosseiro	355,3	5,43%
Granito de grão médio a fino, gnaissóide	12,9	0,20%
Granito de grão médio ou fino a médio	1413,7	21,59%
Granito monzonítico: Granito calco-alcalino, porfiroide, de grão grosseiro	896,4	13,69%
Granito monzonítico: Granodiorito	0,6	0,01%
Granito porfiroide de grão grosseiro ou médio a grosseiro	461,0	7,04%
Granito porfiroide de grão médio ou fino a médio	98,0	1,50%
Quartzitos	3,1	0,05%
Xistos andaluzíticos	855,4	13,07%
Xistos e grauvaques. xistos amplitosos	17,0	0,26%
TOTAL	6546	100%

Fonte: Atlas do Ambiente Digital

Analisando o quadro anterior, podemos constatar que a classe de solos que mais predomina nos baldios, do Concelho de Ponte de Lima, são os Corneanas, xistos andaluzíticos, xistos granatíferos, xistos luzentes, os quais representam 1458 ha, com uma representatividade cerca 22,27% do total das áreas baldias deste concelho. Seguindo-se os solos da classe Granito de grão médio ou fino a médio, ocupando uma

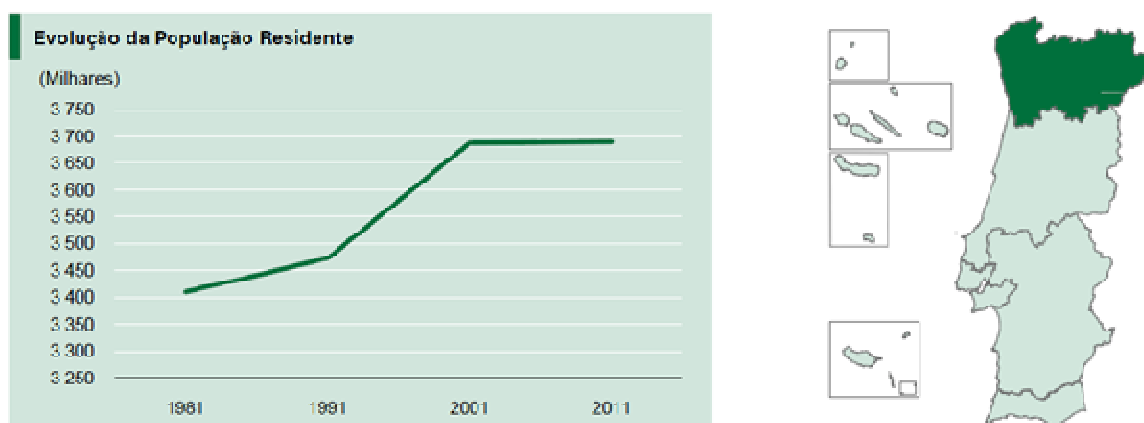


área de cerca 1414 ha e com uma percentagem de 22% no total das áreas de baldio. Seguindo-se as classes que rondam uma área de cerca 900ha e que são: Granito monzonítico, Granito calco-alcalino, porfiroide, de grão grosseiro e os Xistos andaluzíticos, que representam cerca de 14% da área total dos baldios do concelho. As classes com menos representatividade são aquelas que rondam cerca de menos de 1% da área total e que são: Xistos andaluzíticos; Filões e massas aplito-pegmatíticos e pegmatíticos; Aluviões atuais, entre outras classes com menos expressividade nos solos dos baldios deste concelho.

#### 4.6. Demografia

De acordo com os resultados preliminares dos Censos 2011, a população residente na Região Norte é de 3 689 713 indivíduos. Na última década, a população da região praticamente não se alterou, invertendo uma tendência de crescimento verificada nas últimas décadas. Conforme se pode verificar pela figura que se segue.

Figura 8 Evolução da população residente na região Norte.



Fonte: Censos, 2011

A evolução da população por NUT III revela dinâmicas de crescimento muito diferenciadas.

Das oito NUTS III, apenas três, Cávado, Grande Porto e Ave, sofreram um aumento da população residente de, respetivamente 4%, 2% e <1%. Ao contrário Alto – Trás-os-

Montes, Douro, Minho – Lima, Entre Douro e Vouga e Tâmega perderam população na última década.

Dos 86 municípios que compõem a região Norte (NUTIII) e o que concerne à população residente a maioria destes municípios regista uma diminuição na sua população. Salientando-se, apenas, 25 municípios que assinalam um acréscimo na população residente. A destacar os municípios da Maia, Braga e Valongo que protagonizam as maiores subidas, comparativamente à população que residia nestes municípios, no ano de 2001, com respetivamente 12%, 11% e 9%.

Relativamente ao concelho de Ponte de Lima e segundo os resultados dos censos de 2011, o número de habitantes em 2001 era de 44 343 habitantes, o que correspondia a uma densidade populacional de 138 hab/km<sup>2</sup>. Em 2011, verificou-se um decréscimo na população residente, passando para 43594 habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional de 136 hab/Km<sup>2</sup>.

A ocupação humana deste território é um pouco desequilibrada, uma vez que é nas áreas predominantemente urbanas e limítrofes que se concentra mais a população. Em contrapartida é nas freguesias do concelho, zonas rurais, mais distantes do centro urbano que se verifica uma diminuição da população residente. De referir que é na freguesia da Arcozelo que se regista mais população, 3734 residentes e que a freguesia que apresenta menos população residente é a freguesia da Cabração.

Conforme podemos verificar no quadro e figura que se encontra no anexos II e III.

No que se refere à distribuição da população por sectores de atividade verifica-se que o sector primário é o menos significativo e o sector secundário é o principal empregador no concelho (50%), seguido do sector terciário com cerca de 40% da população ativa. Segundo dados do INE, este apresenta uma evolução superior na última década, que poderá dever-se ao desenvolvimento de atividades relacionadas com o turismo. No sector terciário é predominante o peso relativo do comércio por grosso e retalho, o emprego na administração pública, educação e serviços de apoio à coletividade, o emprego na hotelaria e restauração, as atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas.

#### **4.7. Enquadramento do setor agrícola**

O concelho de Ponte de Lima apresenta uma agricultura de minifúndio, baseada essencialmente em sistemas de produção de policultura, de características familiares e

de pequena dimensão. A riqueza hidrográfica e as encostas montanhosas permitem generosas colheitas e qualidade de cultivo, nomeadamente no que diz respeito às culturas que melhor se adaptam ao solo e ao clima. O crescimento económico canalizou muito dos recursos humanos para outras áreas produtivas tendo contribuído para um declínio significativo da população com atividade agrícola. O setor primário representava em 1981 mais de 50% da atividade económica do Conselho<sup>28</sup>. É efetivamente a agricultura que, nesta década de oitenta, se apresentava como a atividade económica primordial no município (Pina, 1989).

Ainda neste propósito e segundo Cardoso e Silva (2009) a distribuição da população ativa no Minho em 1950, ocupava 52,4% da população no setor primário, 29% no setor secundário e 18% no terciário, contudo em 1981 o setor primário sofrera um decréscimo, passando para 26%, o secundário subira para 49% e o terciário para 24%. Porém em 1998, o setor de comércio e serviços era já o setor de atividade dominante, representando cerca de 61% da população ativa, seguindo-se a indústria e a construção civil com 33%, restando 6% para a população que se dedicava à agricultura e pesca. Sendo, no entanto a agricultura uma atividade cada vez mais exercida a tempo parcial e em regime de pluriatividade.

Segundo o Recenseamento Agrícola de 2009, dá conta que, foram recenseadas 305 mil explorações agrícolas, menos 111 mil do que em 1999, o que significa que em dez anos uma em cada quatro explorações cessou a sua atividade.

As explorações agrícolas de pequena dimensão concentram-se, maioritariamente, nas regiões de Trás-os-Montes (20%), no Entre Douro e Minho (16%) e na Beira Litoral (16%).

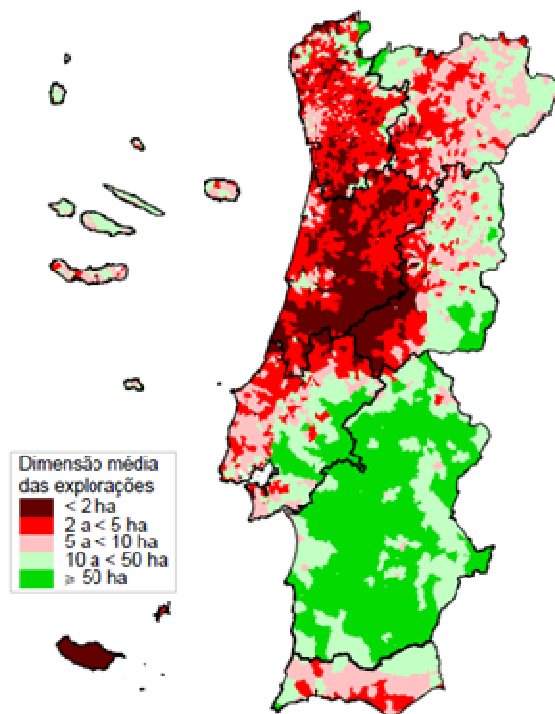
Apesar da redução de explorações agrícolas ser generalizada, o abandono desta atividade tem menos enfoque em Trás-os-Montes e no Algarve. Ao invés, assume uma maior expressão na Beira Litoral (-38%), no Ribatejo e Oeste (-35%) e no Algarve (-35%). As explorações agrícolas no Entre-Douro-Minho sofreram reestruturações fundiárias significativas, na última década. A agricultura nacional é caracterizada por uma heterogeneidade que está relacionada com a grande variabilidade da dimensão das próprias explorações. Demonstrada, pelo facto de um reduzido número de explorações

---

28 Fonte: <http://www.cm-pontedelima.pt/ver.php?cod=00>, consultado em 19/08/2012.

de grande dimensão, 266, com mais de 1000ha, a explorar 12% da superfície agrícola útil (SAU). Nestas, inserem-se também alguns baldios, maioritariamente pastagens que são utilizadas por os compartes ou por comissões sobre os quais têm direito ao seu uso. A figura 9 elucida-nos sobre a dimensão média das explorações agrícolas presentes e podemos concluir que as explorações que predominam no Minho, onde se inclui o Concelho de Ponte de Lima, são constituídas por explorações que rondam entre os 2 ha e os 5 ha de dimensão. Características peculiares deste concelho onde predomina o minifúndio.

Figura 9 Dimensão média das explorações agrícolas (2009)



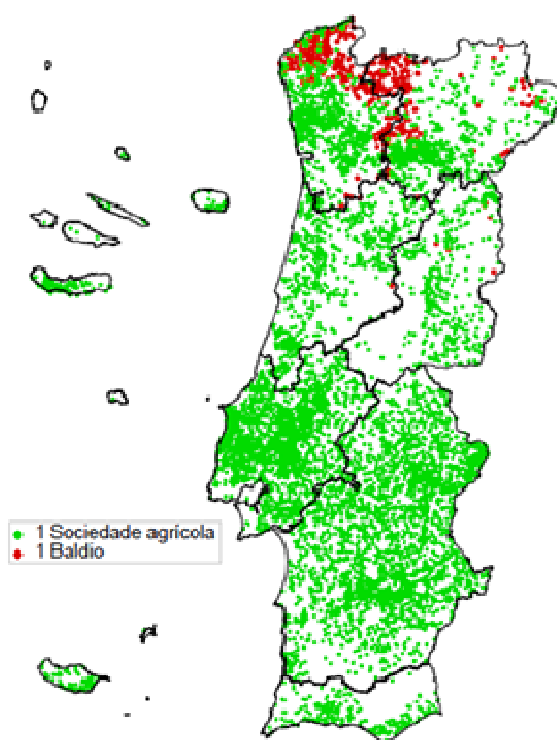
Fonte: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

A diversidade da agricultura nacional está aqui espelhada pela grande variabilidade da dimensão das explorações, evidenciada pelo facto de um reduzido número de explorações de grande dimensão (266), com mais de 1 000 hectares, explorar cerca de 12% da Superfície Agrícola Útil (SAU). Nestas incluem-se também alguns baldios, terras comunitárias, na sua maior parte pastagens, geridas por compartes ou por comissões que têm direito ao seu uso (RGA, 2009).

A dimensão das explorações agrícolas representam uma grande variabilidade quer ao nível nacional quer ao nível regional. Aonde os seus responsáveis jurídicos<sup>29</sup> e económicos são esmagadoramente produtores singulares (97%), sendo estes maioritariamente autónomos, o que significa que utilizam principalmente mão-de-obra familiar.

Importa ainda referir que, das 1,1 mil explorações constituídas por outras naturezas jurídicas exploram no seu conjunto 5% da superfície agrícola útil (SAU). Estas aumentaram a sua importância relativa, devido ao melhor reconhecimento das áreas de baldios (RGA, 2009). Na figura 10, encontram-se representadas a natureza jurídica do produtor (personalidade jurídica do responsável jurídico e económico da exploração) e a forma como estas se distribuem, incluindo também, as outras formas que, representam os baldios ao longo do país.

Figura 10 Natureza jurídica do produtor



Fonte: RGA, 2009 (INE,2011)

29 Natureza jurídica do produtor: “ a personalidade jurídica do responsável jurídico e económico da exploração” (RGA, 2009); Podem ser: “cooperativas, associações, fundações, mosteiros, conventos, seminários, escolas privadas” (INE, 2011)

De referir ainda que os baldios de Entre Douro e Minho representam 34% da SAU regional e os de Trás-os-Montes cerca de 13%. Isto significa que a maioria dos baldios se situa a Norte do Tejo, com uma maior concentração na região do Alto Minho e em Trás-os-Montes. Conforme se encontra explícito na figura anterior (10).

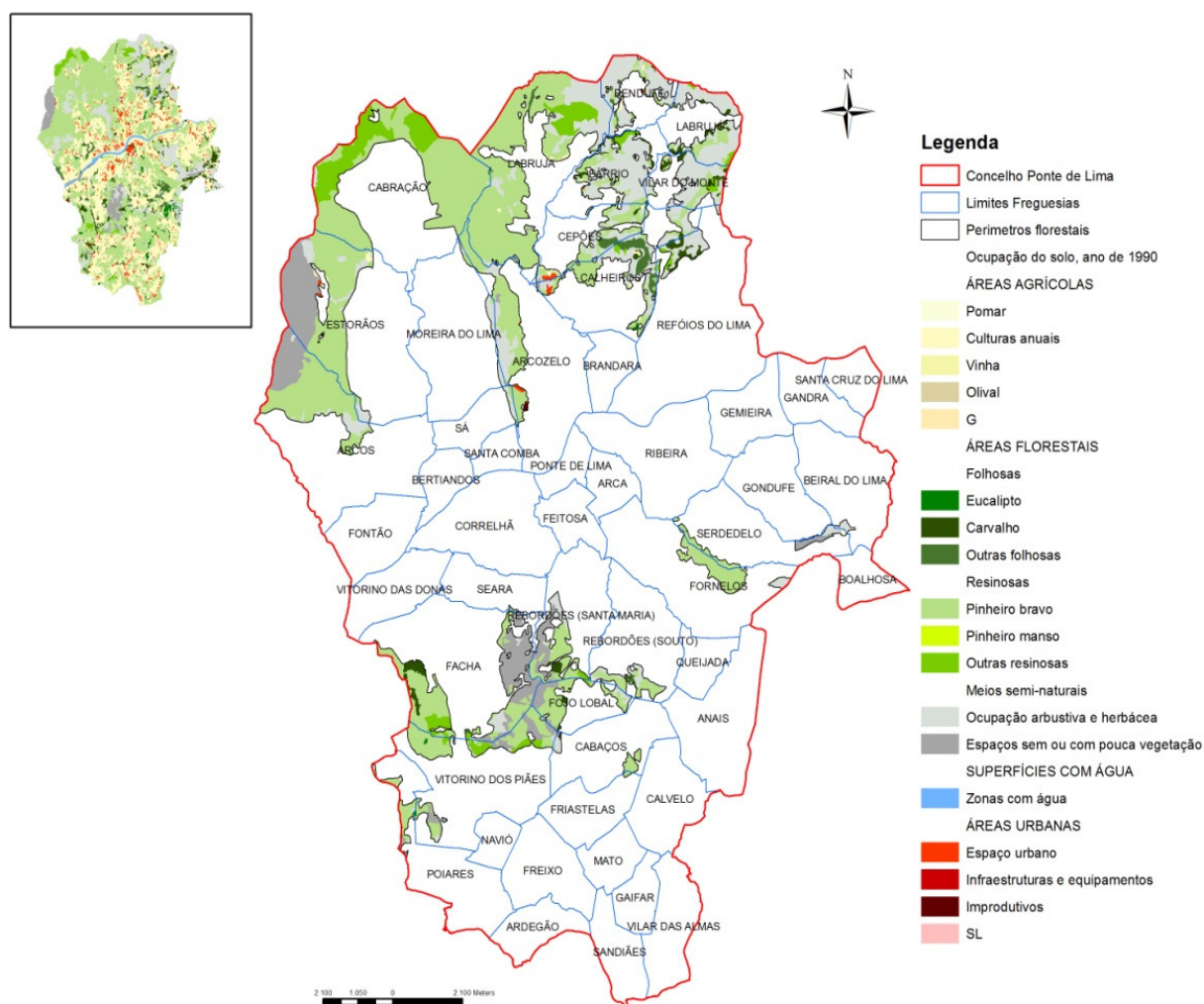
#### **4.8. Ocupação do solo e povoamentos florestais**

O Alto Minho constitui um território particularmente rico em florestas naturais, incluindo carvalhais, aveleirais e florestas ribeirinhas. No que concerne ao concelho de Ponte de Lima, podemos dizer que se situa numa posição excecional, relativamente ao resto do País, uma vez que ainda apresenta representações significativas de alguns tipos de ecossistemas florestais naturais, nomeadamente nos vales dos principais rios e nas áreas serranas da parte oriental do concelho: nas Serras de Corno de Bico e da Boalhosa. De referir que maior parte do concelho teria, no passado, estado ocupada por extensas áreas de carvalhal, sendo esta a vegetação florestal natural mais representativa do território (Honrado *et al.*, 2008).

As dinâmicas de ocupação e uso do solo no concelho de Ponte de Lima, nos últimos anos, entre 1990 e 2005, sofreram alterações significativas as quais passamos a elencar e se encontram patentes nas séries de figuras e quadros que a seguir se ilustram. Pretendeu-se, por isso, analisar em termos quantitativos uma série temporal de bases de dados temáticas de ocupação do solo nos anos identificados (1990, 2000 e 2005).

Na figura 11 apresenta-se a ocupação do solo do concelho de Ponte de Lima, relativamente ao ano de 1990, pela figura verificamos que a ocupação do solo dos baldios é basicamente composta por grandes manchas florestais, onde predominam algumas espécies folhosas e resinosas. Mas também por espécies arbustivas e herbáceas e por espaços sem ou com pouca vegetação.

Figura 11 Ocupação do solo dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima (1990)



Fonte: Corine Land Cover, 2006

(Adaptação própria)

Pela figura anterior (11), e como de resto já referimos, a ocupação do solo dos baldios em 1990 era essencialmente formada por manchas florestais, compostas por folhosas e resinosas, áreas com espécies herbáceas e arbustivas e por áreas com pouca ou sem vegetação.

Seguidamente far-se-á uma análise mais detalhada, conforme os dados constantes no quadro 9, onde se encontram designadas as áreas de ocupação do solo, a designação das culturas e dos espaços e a área correspondente a cada categoria.

Quadro 9 Ocupação do solo dos baldios do Concelho de Ponte de Lima (1990)

Ocupação do solo ano de 1990	Designação	CATEGORIAS	Área(ha)	%
ÁREAS	Culturas anuais	C	53,44	0,82%
AGRÍCOLAS	Vinha	V	0,00	0,00%
	Eucalipto	E	6,73	0,10%
	Outras folhosas	F	85,99	1,31%
ÁREAS	Pinheiro manso	M	0,00	0,00%
FLORESTAIS	Pinheiro bravo	P	3521,21	53,79%
	Carvalho	Q	138,34	2,11%
	Resinosas	R	466,97	7,13%
	Improdutivos	JJ	2,71	0,04%
ÁREAS	Infraestruturas e equipamentos	S	0,00	0,00%
URBANAS	Espaço urbano	U	17,14	0,26%
	Ocupação arbustiva e herbácea	I	1526,48	23,32%
MEIOS SEMI- NATURAIS	Espaços sem ou com pouca vegetação	J	727,72	11,12%
TOTAL			6547	100%

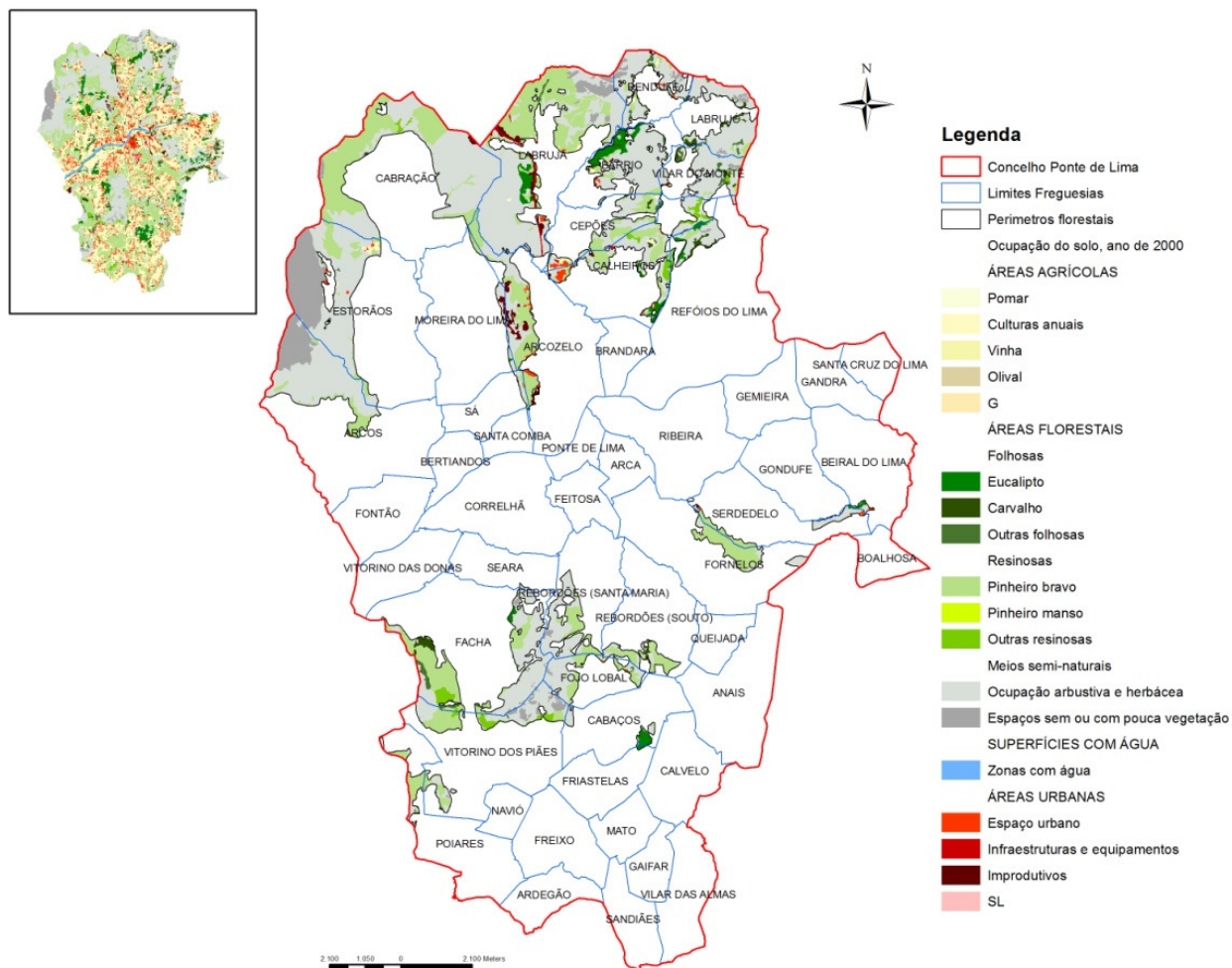
Fonte: Corine Land Cover, 2006

Pela leitura da figura e quadro anteriores (figura 11 e quadro 9), que dizem respeito à ocupação do solo no ano de 1990, nos terrenos baldios, constatamos que eram as áreas florestais que ocupavam a maior parte da área destes territórios, representando cerca de 64,44% da área total dos baldios, onde o pinheiro bravo era o predominante ocupando uma área de 3521ha, seguindo-se as resinosas com uma área de cerca 477ha e os carvalhais que ocupavam uma área de 138ha. Com menos representatividade, é de referir as folhosas e o eucalipto. Os meios seminaturais representavam cerca de 34% do total destes terrenos baldios, contando com uma área de 1526ha com ocupação arbustiva e herbácea e com uma área de 728ha de espaços sem ou com pouca vegetação. As áreas agrícolas, designadamente as culturas anuais comportavam uma área de 53ha, com uma representatividade de 0,82% de ocupação na área total dos baldios. Os espaços urbanos representavam 0,30% da área total desses espaços, aonde os improdutivos ocupavam uma área de 2,71ha e o espaço urbano 0,26ha.



Na figura 12 apresenta-se a ocupação do solo do concelho de Ponte de Lima, relativamente ao ano de 2000, pela figura verificamos que a ocupação do solo dos baldios mudou na sua natureza e comparativamente ao ano de 1990.

Figura 12 Ocupação do solo dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima (2000)



Fonte: Corine Land Cover, 2006

(Adaptação própria)

Pela figura anterior (12), conferimos que a ocupação do solo dos baldios, no ano de 2000, era maioritariamente ocupado por áreas seminaturais, formadas basicamente por espécies herbáceas e arbustivas. Conforme se encontra manifesto no quadro que se segue (10). Onde se encontram consideradas as áreas totais de ocupação do solo, a designação das culturas e dos espaços e a área correspondente a cada categoria.

Quadro 10 Ocupação do solo dos baldios do concelho de Ponte de Lima (2000)

Ocupação do solo ano de 2000	Designação	CATEGORIAS	Área(ha)	%
ÁREAS AGRÍCOLAS	Culturas anuais	C	56,07	0,86%
	Vinha	V	2,12	0,03%
ÁREAS FLORESTAIS	Eucalipto	E	132,99	2,03%
	Outras folhosas	F	81,42	1,24%
	Pinheiro manso	M	0,00	0,00%
	Pinheiro bravo	P	1825,79	27,89%
	Carvalho	Q	63,93	0,98%
	Resinosas	R	87,08	1,33%
	Improdutivos	JJ	68,32	1,04%
ÁREAS URBANAS	Infraestruturas e equipamentos	S	15,35	0,23%
	Espaço urbano	U	47,92	0,73%
MEIOS SEMI- NATURAIS	Ocupação arbustiva e herbácea	I	3660,23	55,91%
	Espaços sem ou com pouca vegetação	J	505,52	7,72%
TOTAL			6547	100%

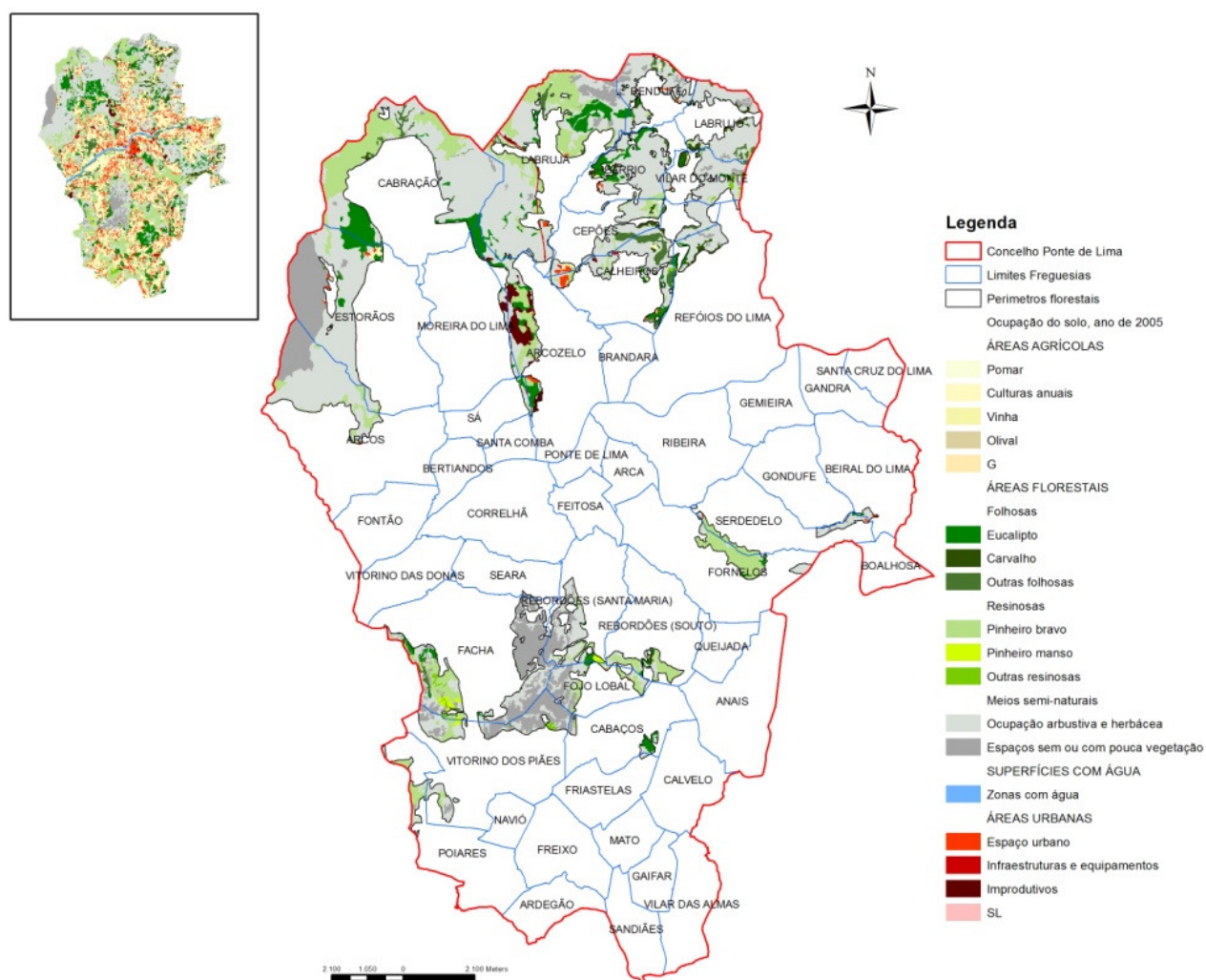
Fonte: Corine Land Cover (2006)

Na figura e quadro anteriores (figura 12 e quadro 10), que apresenta a ocupação do solo no ano de 2000, podemos verificar algumas alterações ao nível da ocupação do solo nestes terrenos baldios. Assim, as áreas florestais sofreram um decréscimo, deixaram de ocupar 64,44% da área total dos baldios (1990) e passaram a representar 33,47% dessa ocupação, onde o pinheiro bravo ocupava uma área de 1825,79ha, as resinosas 87,08ha, as folhosas 81,42ha e onde a área do eucalipto sofreu um aumento, relativamente ao ano de 1990, passando de 6,73ha para 132,99ha. Verifica-se, ainda que os meios seminaturais que ocupavam em 1990 cerca de 34% da área total dos baldios, passaram a representar 63,63%, onde a ocupação arbustiva e herbácea detinha uma área de 3660,23ha e os espaços sem ou com pouca vegetação com uma área de 505,52ha. Relativamente às áreas agrícolas, estas sofreram, também, um pequeno aumento e passam a ocupar cerca de 0,89% da área total dos baldios, onde as culturas anuais ocupam uma área de 56,04% e a vinha 2,12ha. As áreas urbanas passaram a ocupar 2% da área total nos terrenos baldios, em que as infraestruturas e equipamentos passaram a ocupar 15,35ha, no ano de 1990 era de 0,00ha, e os improdutivos deixaram de ter uma ocupação de 2,71ha, verificada no ano de 1990, e passaram a ocupar uma área de

68,32ha, assim como o espaço urbano deixou de ocupar uma área de 0,26ha e passou a ocupar uma área 47,92ha.

Na figura 13 apresenta-se a ocupação do solo do concelho de Ponte de Lima, relativamente ao ano de 2005, pela figura verificamos que a ocupação do solo dos baldios manifestou a predominância das áreas seminaturais, com uma drástica diminuição para o coberto florestal.

Figura 13 Ocupação do solo dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima (2005)



Fonte: Corine Land Cover, 2006

(Adaptação própria)

Pela análise da figura anterior (13), e como já mencionamos, as áreas florestais sofreram uma abrupta diminuição em detrimento do aumento das áreas seminaturais. Conforme

podemos verificar no quadro 11 e onde estes espaços se encontram classificados com mais pormenor. E a partir dos quais faremos, seguidamente, uma cuidada análise.

Quadro 11 Ocupação do solo dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima no ano 2005

Ocupação do solo ano de 2005	Designação	CATEGORIAS	Área(ha)	%
ÁREAS AGRÍCOLAS	Culturas anuais	C	47,03	0,72%
	Vinha	V	1,87	0,03%
ÁREAS FLORESTAIS	Eucalipto	E	443,11	6,77%
	Outras folhosas	F	171,74	2,62%
	Pinheiro manso	M	21,25	0,32%
	Pinheiro bravo	P	1104,12	16,87%
	Carvalho	Q	70,82	1,08%
	Resinosas	R	23,46	0,36%
	Improdutivos	JJ	82,15	1,25%
ÁREAS URBANAS	Infraestruturas e equipamentos	S	16,62	0,25%
	Espaço urbano	U	38,22	0,58%
MEIOS SEMI-NATURAIS	Ocupação arbustiva e herbácea	I	3544,03	54,13%
	Espaços sem ou com pouca vegetação	J	982,32	15,00%
TOTAL			6547	100%

Fonte: Corine Land Cover (2006)

Pela análise da figura e quadro anterior (figura 13 e quadro 11), referente à ocupação do solo no ano de 2005, reconhecemos mudanças relativamente à serie temporal anteriormente analisada. Assim, os espaços que predominam em termos da área total destes territórios são os meios seminaturais com uma representatividade de 69,13%, onde a ocupação arbustiva e herbácea ocupava uma área 3544,03ha e os espaços sem ou com pouca vegetação abrangia uma área de 982,32ha. As áreas florestais passam a representar 28,02% da área total desses baldios, aonde o pinheiro bravo aparece com uma ocupação de 1104,12ha, o eucalipto com uma área de 443,11ha, as folhosas com 171,74ha, o carvalho com 70,82ha, as resinosas com uma ocupação de 23,46ha e o pinheiro manso, que aparece pela primeira vez interpretado, com uma área ocupacional de 21,25ha. Relativamente às áreas agrícolas sofreram também um pequeno decréscimo passaram a representar 0,75% na área total dos baldios, onde as culturas anuais ocupam uma área de 47,03ha e a vinha 1,87ha. Contrariamente as áreas urbanas sofreram um aumento, ocupam, nesta altura, cerca de 2,08%, na área total destes terrenos, onde os improdutivos detêm uma área de 82,15%, as infraestruturas e equipamentos 16,62ha e as áreas urbanas 38,22ha.

Por fim, apresentamos de seguida a evolução da ocupação do solo dos baldios do Concelho de Ponte de Lima. Que se encontra desenvolvida no quadro 12 e sobre a qual faremos uma conclusão acerca dessa evolução do solo dos baldios durante a série temporal que medeia os anos de 1990, 2000 e 2005.

Quadro 12 Evolução da ocupação do solo dos baldios do Concelho de Ponte de Lima de 1990 a 2005

Ocupação do solo	Designação	CATEGORIAS	Evolução 1990-2005 (Área -ha)
ÁREAS AGRÍCOLAS	Culturas anuais	C	-6
	Vinha	V	2
ÁREAS FLORESTAIS	Eucalipto	E	436
	Outras folhosas	F	86
	Pinheiro manso	M	21
	Pinheiro bravo	P	-2417
	Carvalho	Q	-68
	Resinosas	R	-444
ÁREAS URBANAS	Improdutivos	JJ	79
	Infraestruturas e equipamentos	S	17
	Espaço urbano	U	21
MEIOS SEMI- NATURAIS	Ocupação arbustiva e herbácea	I	2018
	Espaços sem ou com pouca vegetação	J	255

Fonte: Corine Land Cover, 2006

Analisando esta serie temporal, explicita no quadro anterior (quadro 12), que caracteriza a evolução da ocupação do solo nos terrenos baldios retiramos algumas ilações relativamente a esta temática, as quais passamos a comentar.

Quanto às áreas agrícolas, verificou-se um decréscimo de 6ha nas culturas anuais e um aumento na área consignada à vinha, com um acréscimo de 2ha. Nas áreas florestais constatou-se um decréscimo significativo na área de pinheiro manso com menos 2417ha, bem como, uma diminuição na área ocupada pelas resinosas, menos 444ha e na área dos carvalhais que sofreu uma diminuição de 68ha. Porém, verificou-se um aumento nas áreas ocupadas pelos eucaliptais, pelas folhosas e pelos pinheiros mansos, que sofreram um acréscimo de 436ha, 86ha, 86ha e 21ha, respetivamente. Por sua vez, as áreas urbanas também sofreram um aumento em relação à área total que ocupam, durante esta fase temporal, contando os improdutivos com um aumento de 79ha, as infraestruturas e equipamentos com um acréscimo de 17ha e o espaço urbano com 21ha

de aumento. Esta tendência verifica-se igualmente para os meios seminaturais que vêm aumentar a sua área, na ocupação do solo nos baldios, onde a ocupação arbustiva e herbácea passa a ocupar uma área de 2018ha e os espaços sem ou com pouca vegetação, passam a ocupar uma área de 255ha.

#### **4.9. Produção florestal**

De acordo com Plano Diretor Municipal (PDM) do Concelho de Ponte de Lima, no artigo 16º, sobre o Regime Florestal, consta o seguinte: Os terrenos integrados no regime florestal, assim como as áreas baldias incluídas neste regime, estão sujeitos à servidão florestal definida na legislação vigente e como tal delimitados na Planta de Condicionantes. Neste regulamento constam, também, definidas as áreas para a produção florestal, a saber:

Área predominantemente florestal de produção livre; Área predominantemente florestal de produção condicionada; Área predominantemente florestal estruturante.

Relativamente à definição destas áreas, no artigo 51º, deste PDM, no que concerne às áreas florestais de produção livre sobre o uso, consta:

1 - Esta área destina-se ao uso florestal, onde são permitidas plantações ou sementeiras de espécies de rápido crescimento e de todas as outras que se adaptem ao ecossistema.

2 - Esta área inclui:

a) Áreas florestais remanescentes da delimitação da área florestal de produção condicionada;

b) Áreas florestais de complementaridade agrícola não incluídas na RAN e na REN.

3 - Os proprietários, autarquias e outras entidades que detenham a administração destes terrenos confinantes com as áreas florestais, adotarão medidas preventivas de redução do risco de incêndio, de acordo com legislação em vigor, conforme o previsto artigo 16-A.

4 - Nos terrenos desta área devastados por incêndios não é permitida a alteração do uso, designadamente a edificabilidade, num prazo de 10 anos decorrido sobre essa ocorrência, aplicando-se a legislação vigente que regulamenta estas situações

Na área predominantemente florestal de produção condicionada, no artigo 55º, do PDM, que diz respeito ao uso define-se o seguinte:

1 - Esta área destina-se ao uso florestal, condicionado à exploração intensiva dos solos, não sendo permitidas quaisquer construções, exceto quando destinadas à prevenção e combate de fogos florestais e com aprovação das entidades competentes.

2 - Nesta área aplica-se o disposto no n.º 3 do artigo 51.º deste Regulamento.

3 - Nos terrenos desta área devastados por incêndios não é permitida a alteração do seu uso e proceder-se-á ao seu repovoamento florestal.

A área predominantemente florestal estruturante, contemplada no artigo 57º, deste PDM, referente ao uso consta o seguinte:

1 - A área predominantemente florestal estruturante destina-se ao uso florestal, visando fundamentalmente a conservação dos maciços arborizados que estruturam e compartimentam a paisagem, constituindo referências fundamentais para o seu equilíbrio e desempenhando uma ação estabilizadora importante como fatores naturais de regularização climática.

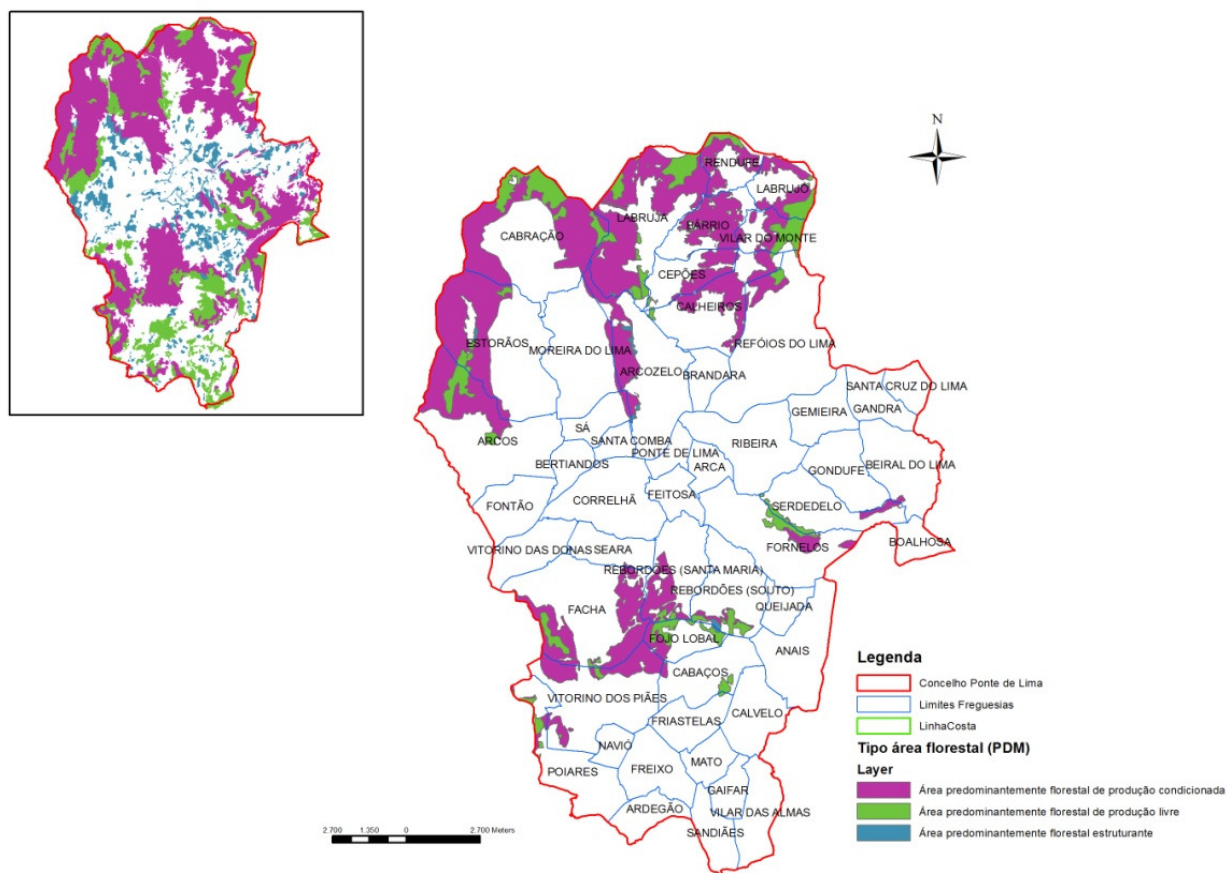
2 - Nesta área não é permitido o fracionamento de parcelas de área inferior à unidade mínima de cultura legalmente fixada.

3 - Nesta área aplica-se o disposto no n.º 3 do artigo 51.º deste Regulamento.

4 - Aos terrenos desta área devastados por incêndios aplica-se o disposto no n.º 4 do artigo 51.º deste Regulamento e proceder-se-á ao seu repovoamento.

A figura 14 apresenta os baldios que estão integrados nos Perímetros Florestais, do concelho de Ponte de Lima, assim como o tipo de área florestal presente e de acordo com a carta de condicionantes constantes no PDM deste concelho.

Figura 14 Ocupação dos solos dos baldios tipo área florestal do PDM do Concelho de Ponte de Lima



Fonte: PDM Ponte de Lima, carta de ordenamento (2008)

(adaptação própria)

Pela figura 14, aferimos que no concelho existem três tipos de áreas florestais: Área Predominantemente de Produção Condicionada, Área Predominantemente de Produção Livre e a Área Predominantemente de Produção Estruturante.

O tipo de área florestal e a respetiva área que cada uma ocupa, encontra-se no quadro 13, que se segue.



Quadro 13 Tipo de Produção Florestal do Concelho de Ponte de Lima

<b>Tipo área florestal</b>	<b>Área(ha)</b>	<b>%</b>
Área predominantemente florestal de produção condicionada	5178	81,32%
Área predominantemente florestal de produção livre	1146	17,99%
Área predominantemente florestal estruturante	43	0,68%
<b>TOTAL</b>	<b>6367</b>	<b>100%</b>

Fonte: PDM Ponte de Lima, carta de ordenamento (2008)

Pela leitura da figura e quadro anteriores (figura 14 e quadro 13), podemos referir que a área predominantemente florestal de produção condicionada é aquela que corresponde à maior abrangência nestes territórios, correspondendo a uma percentagem de 81,32% da área total ocupada pelos baldios com uma área de 5178ha, seguindo-se a área predominantemente de produção livre, com uma área de 1146ha e com uma abrangência de 17,99% na área total ocupado pelos baldios. Por último, aparece-nos a área predominantemente florestal estruturante a qual conta com uma área de ocupação de 43ha e com 0,68% ao nível da área total que corresponde aos baldios.

#### **4.10. Zonas de Intervenção Florestal – ZIF**

Com a publicação, em Agosto de 2005, do Decreto-Lei n.º 127/2005 de 5 de Agosto, ficou definido o conceito e o enquadramento legal para a constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)<sup>30</sup>. De acordo com este diploma os objetivos da criação de Zonas de Intervenção Florestal são:

- a) Promover a gestão sustentável espaços florestais que as integram;
- b) Coordenar, de forma planeada, a proteção dos espaços florestais e naturais;
- c) Reduzir as condições de ignição e de propagação de incêndios;
- d) Coordenar a recuperação dos espaços florestais e naturais quando afetados por incêndios;
- e) Dar coerência territorial e eficácia à ação dos agentes da administração central e local e dos demais agentes com intervenção nos espaços florestais.

30 ZIF - É uma área territorial contínua, constituída na sua maioria por espaços florestais, submetida a um Plano de Gestão Florestal e a um Plano Específico de Intervenção Florestal e gerida por uma única entidade (Decreto – Lei nº 15/2009 de 14 de janeiro).

Com a republicação do Decreto-Lei n.º 127/2005 de 5 de Agosto pelo Decreto – Lei nº 15/2009 de 14 de janeiro, passa a estar contemplado nos objetivos das ZIF o seguinte:

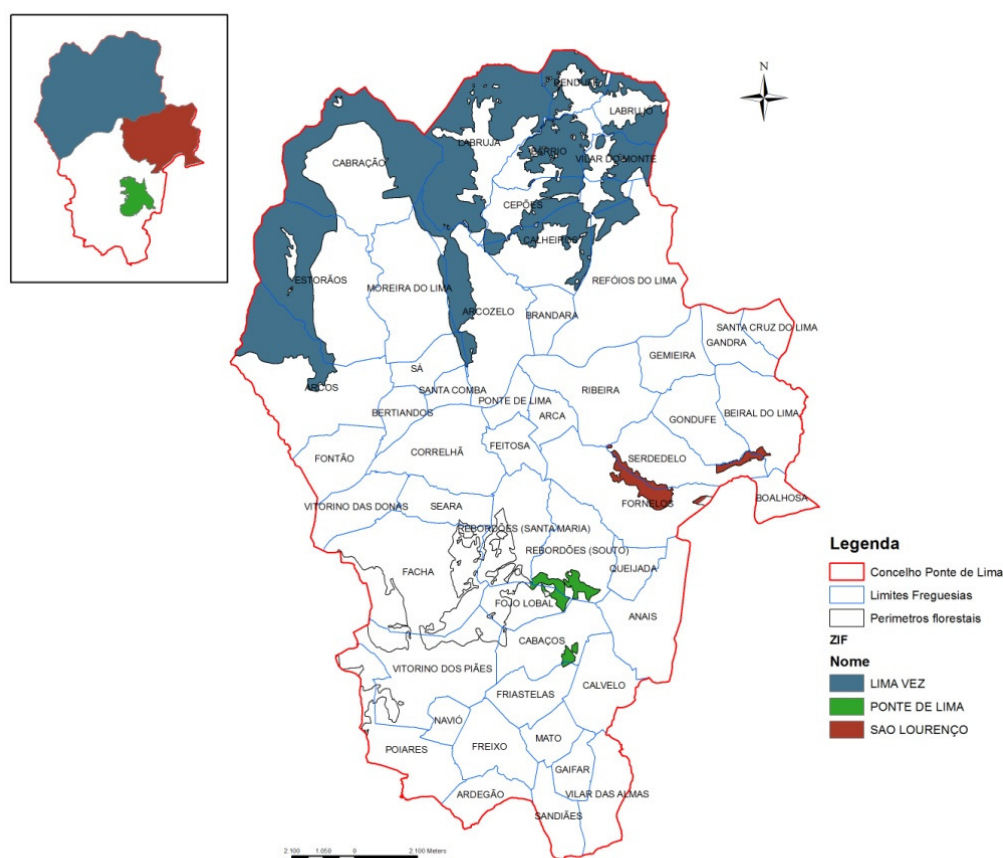
- a) Garantir uma adequada e eficiente gestão dos espaços florestais, com a atribuição concreta de responsabilidades;
- b) Ultrapassar os bloqueios fundamentais à intervenção florestal, nomeadamente a estrutura da propriedade privada, em particular nas regiões de minifúndio”;
- c) Infra -estruturar o território, tornando -o mais resiliente aos incêndios florestais, garantindo a sobrevivência dos investimentos e do património constituído;
- d) Conferir coerência territorial à intervenção da administração central e local e dos demais agentes com intervenção nos espaços florestais e evitar a pulverização no território das ações e dos recursos financeiros;
- e) Concretizar territorialmente as orientações constantes na Estratégia Nacional para as Florestas, nos instrumentos de planeamento de nível superior, como o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, os planos regionais de ordenamento florestal (PROF), os planos diretores municipais (PDM), os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI), os planos especiais de ordenamento do território e outros planos que se entendam relevantes;
- f) Integrar as diferentes vertentes da política para os espaços florestais, designadamente a gestão sustentável dos espaços florestais, conservação da natureza e da biodiversidade, conservação e proteção do solo e dos recursos hídricos, desenvolvimento rural, proteção civil, fiscalidade, especialmente em regiões afetadas por agentes bióticos e abióticos e que necessitem de um processo rápido de recuperação.

Ainda segundo este mesmo Decreto – Lei a delimitação das ZIF pode:

- a) Compreender, unicamente, áreas pertencentes a proprietários privados;
- b) Compreender, unicamente, áreas comunitárias;
- c) Compreender áreas sob administração direta do Estado ou das autarquias, em associação com áreas pertencentes a proprietários privados;
- d) Compreender áreas comunitárias em associação com áreas pertencentes a proprietários privados.

No Concelho de Ponte de Lima, foram constituídas três Zonas de Intervenção Florestal, a **ZIF de São Lourenço**, a **ZIF de Ponte de Lima** e a **ZIF de Lima Vez** geridas pela Associação Florestal do Lima, onde se encontram abrangidos os terrenos baldios, conforme podemos verificar na figura 15 que se segue.

Figura 15 Terrenos Baldios que integram as ZIF do Concelho de Ponte de Lima



Fonte: ICNF (2012) – Elaboração própria

Pela análise da figura anterior verificamos que a ZIF que abrange uma maior área dos terrenos baldios é a ZIF de Lima Vez. De acordo com os dados que constam no quadro 14 e os quais seguidamente vamos comentar.

Quadro 14 As ZIF do Concelho de Ponte de Lima

Nome_ZIF	REGISTO	Área(ha)	%
SAO LOURENÇO	223	185,4	3,45%
PONTE DE LIMA	063	137,6	2,56%
LIMA VEZ	254	5048,9	93,99%
TOTAL		5372	100%

Fonte: ICNF (2012)

Pela análise da figura e quadro anteriores (figura 15 e quadro 14), aferimos que os baldios contribuem com uma área de 5372ha para a constituição das ZIF do Concelho. Sendo que a ZIF de São Lourenço comporta uma área de 185,4ha, que corresponde a 3,45% do total da área do baldio. A ZIF de Ponte de Lima com uma área de 137,6ha e, por sua vez, a ZIF de Lima Vez que conta com uma área de 5048,9ha e com 93,99% no que diz respeito à área total ocupada pelos baldios.

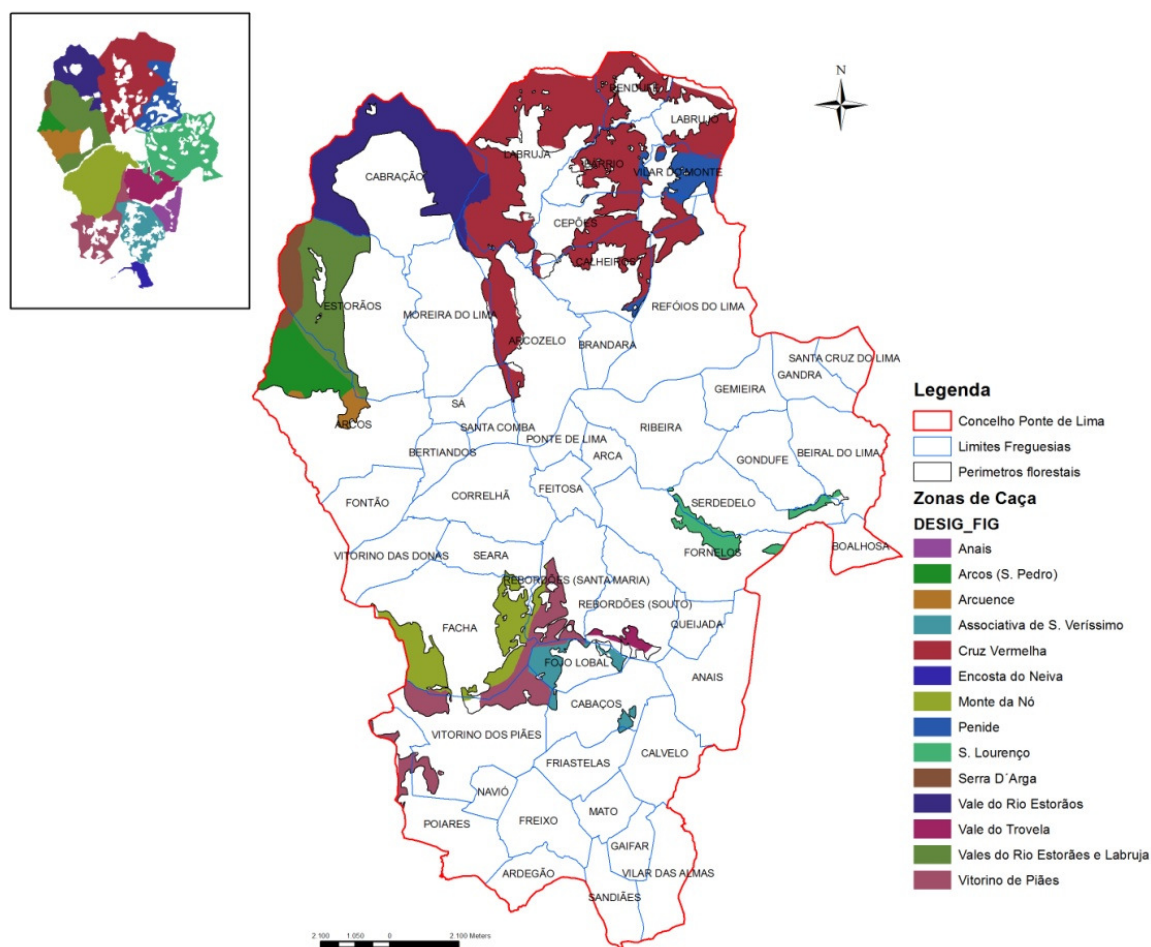
#### **4.11. Zonas de caça**

No Concelho de Ponte de Lima existem catorze zonas de caça, distribuídas ao longo das freguesias.

Segundo Cerqueira (2008), estamos na presença de áreas relativamente reduzidas, que se identificam com a estrutura de minifúndio da região. Esta estrutura permite que a cinegética se processe de acordo com orgânicas que garantam a conservação, o fomento e a exploração dos recursos cinegéticos, ao longo dos tempos. Pretende-se que estes espaços proporcionem uma boa e sustentada produção que seja compatível com as potencialidades do meio.

Na figura 16, encontram-se representadas as zonas de caça que integram os baldios do concelho.

Figura 16 Zonas de caça dos baldios do Concelho de Ponte de Lima



Fonte: ICNF (2012) – Elaboração própria

Pela análise da figura anterior, identificamos as áreas de caça presentes nos baldios deste concelho e verificamos que a maioria destas unidades abrange zonas de caça.

O quadro 15, que segue, fornece-nos informações relativas ao tipo de caça que se pratica no concelho. À área total ocupada por estas zonas de caça, assim com a sua representatividade na área total dessas unidades de baldios. Dados que seguidamente vamos analisar de forma mais pormenorizada.

Quadro 15 Zonas de caça do Concelho de Ponte de Lima

<b>Zona de caça</b>	<b>Tipo</b>	<b>Numero</b>	<b>Área(ha)</b>	<b>%</b>
Arcos (S. Pedro)	Associativa	2292	347	5,50%
Arcuence	Municipal	2983	69	1,10%
Associativa de S. Veríssimo	Associativa	2578	163	2,58%
Cruz Vermelha	Associativa	2309	2550	40,38%
Monte da Nó	Associativa	2680	471	7,46%
Penide	Associativa	2302	208	3,29%
S. Lourenço	Associativa	2304	183	2,90%
Serra De Arga	Associativa	1765	176	2,79%
Vale do Rio Estorãos	Associativa	2313	956	15,14%
Vale do Trovela	Municipal	3323	51	0,81%
Vales do Rio Estorãos e Labruja	Municipal	2927	588	9,31%
Vitorino de Piães	Associativa	2555	553	8,76%
TOTAL			6315	100%

Fonte: ICNF (2012)

Pela análise dos dados que constam na figura e quadro anteriores (figura 16 e quadro 15) podemos mencionar que os terrenos baldios são territórios importantes no contributo que proporcionam à cinegética. Contribuem com uma área de 6315ha, distribuídas por doze zonas, das quais duas são municipais e as demais tem caráter associativo. Desta forma, assinalamos as zonas de caça do Concelho como as que mais contribuem, em termos de área, para estes espaços venatórios; Cruz Vermelha, caça associativa, com uma área de 2550ha com uma representatividade de 40,38% na área total dos baldios; Vale do Rio Estorãos, caça municipal, com uma área de 956ha e com 15,14% de prestação na área total; Vale do Rio Estorãos e Labruja, caça municipal, com uma área 588ha, com um tributo 9,31% na área global; Vitorino de Piães, caça associativa, com a área de 553ha e com uma participação de 8,76% na área total ocupada por estes terrenos baldios.

#### 4.12. Rede Natura 2000

Em Portugal Continental, a rede natura ocupa cerca de 20% do território nacional, valor que é muito superior ao da Rede Nacional de Áreas protegidas, 8%, embora possa ser considerado insuficiente para a correta manutenção da biodiversidade e conservação de habitats <sup>31</sup>. As áreas pertencentes à Rede Natura 2000, prioritárias em termos ecológicos e ambientais, são consideradas figuras de ordenamento e proteção enquadradas em “servidões administrativas e restrições de utilidade Pública”, com determinações ao nível do ordenamento do espaço florestal.

O concelho de Ponte de Lima abrange duas áreas pertencentes às Zonas Especiais de Conservação (ZEC) da Rede Natura 2000. Uma é o designado *Sítio Rio Lima* (PTCON0020), a outra área é uma parte do designado *Sítio Serra D'Arga* (PTCON0039). O primeiro *Sítio* tem continuidade ao longo do rio Lima para Oeste e para Este, através dos concelhos limítrofes de Viana do Castelo e Ponte da Barca, respetivamente e compreende áreas agrícolas e áreas de mata ribeirinha compostas, maioritariamente, por espécies ripícolas e folhosas autóctones. A outra área, *Sítio Serra D'Arga*, engloba áreas de pastagens de montanha, povoamentos florestais e áreas de vegetação ripícola que têm continuidade ao longo da bacia hidrográfica do rio Âncora, inserida nos concelhos vizinhos de Viana do Castelo e Caminha. Conforme podemos verificar pela figura 17, que se segue.

---

<sup>31</sup> Fonte: [http://www.igeo.pt/atlas/cap1/Caple\\_4.htm](http://www.igeo.pt/atlas/cap1/Caple_4.htm), consultado em 24-08-2012

[illegible]

Fonte: ICNF (2012) – Elaboração própria

A figura 17 evidência as freguesias que se encontram abrangidas pela rede natura e que são as freguesias de Estorãos e S. Pedro D' Arcos, designadas por Serra d'Arga, estas duas freguesias contribuem com uma área de 442ha. Estes valores encontram-se no quadro 16 e que seguidamente vamos abordar.

Quadro 16 Baldios do Concelho de Ponte de Lima inseridos em Zona de Proteção Especial

Nome	Classificação	Área (ha)	%
Corno do Bico	Zona de Proteção Especial	6	1,35%
Serra d'Arga	Zona de Proteção Especial	442	98,65%
TOTAL		448	100%

Fonte: ICNF (2012)

Conforme podemos analisar, pela figura pelo quadro anteriores (figura 17 e quadro 16), nos terrenos baldios existem duas zonas de Proteção Especial a do Corno do Bico, que



embora pertença ao Concelho de Parede de Coura é uma localidade limítrofe com o Concelho de Ponte de Lima, logo faz fronteira com algumas freguesias deste concelho, nomeadamente Labrujó e Rendufe. Assim, os terrenos baldios do Concelho de Ponte de Lima contribuem com uma área de 6ha, que correspondem a cerca de 1,4% do total da área ocupada por estes territórios comuns. A zona de Proteção Especial da Serra d'Arga proporciona uma área de 442ha, para Rede Natura 2000, com uma representatividade de 98,65% em termos de área total dos baldios inseridos neste espaço.

#### **4.13. Biodiversidade**

No concelho de Ponte de Lima, segundo Alonso *et al.* (2008), podemos identificar um conjunto de espaços de elevado valor natural, cuja conservação e proteção deve estar sempre presente no sentido de preservar os ecossistemas existentes. No concelho reúnem-se assim um grande conjunto de espaços caracterizados pelo seu relevante valor ecológico e diversidade de ecossistemas aí representados. Assim, da montanha até ao vale podemos identificar diversos locais com elevado potencial natural, designadamente:

- i) as zonas de planalto localizadas na interface entre as freguesias de Rendufe, Labrujó, Vilar do Monte, Bárrio, Cepões, Calheiros e Refoios do Lima;
- ii) as zonas ribeirinhas de encosta e altitude, principalmente representadas nos vales do rio Estorãos e do rio Labruja e;
- iii) as zonas de fundo de vale associadas a solos de aluvião, nomeadamente as existentes nos vales do rio Estorãos e do rio Trovela.

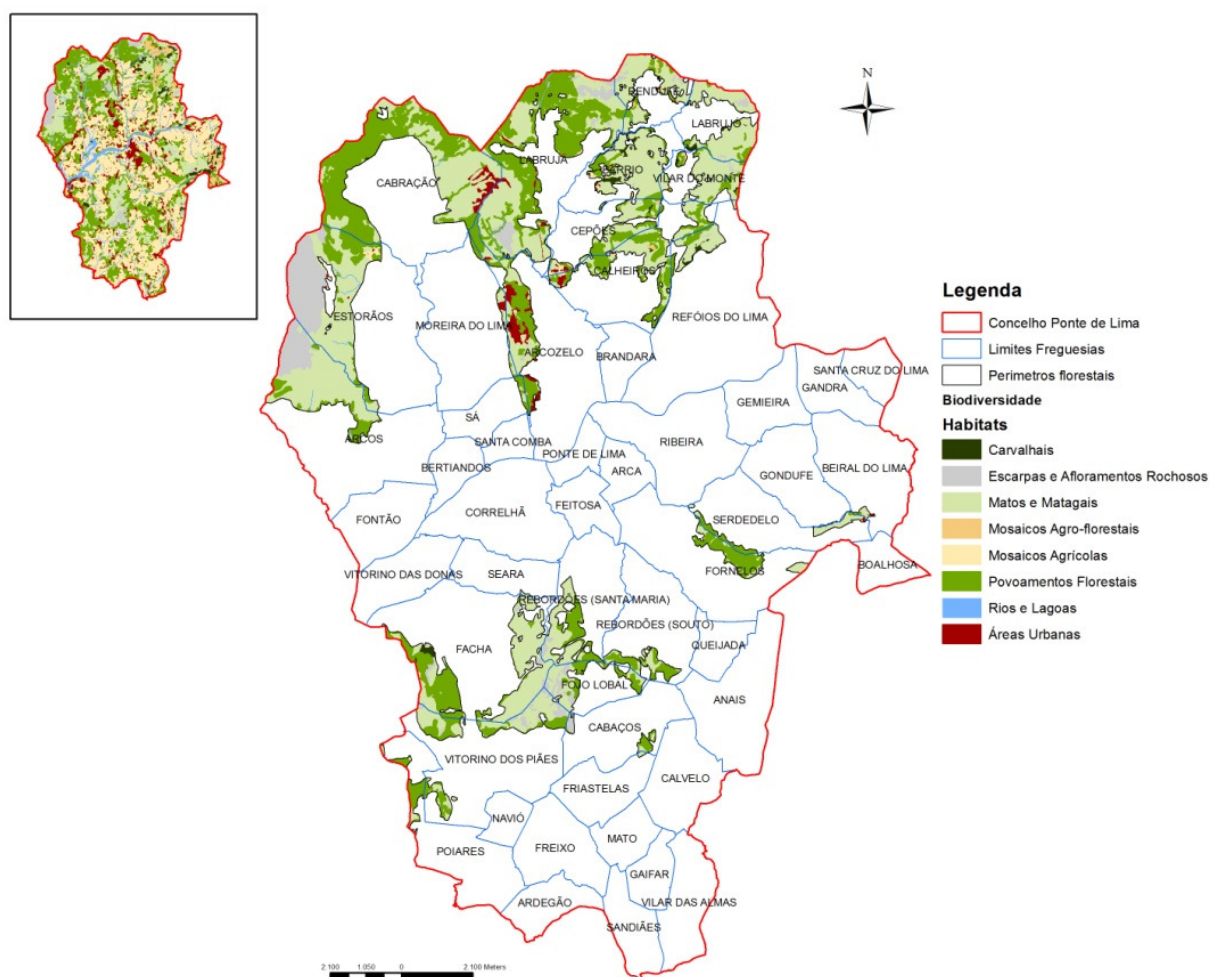
Conforme Honrado *et al.* (2008: 153-155) “A diversidade biológica constitui um dos elementos fundamentais dos ecossistemas, sendo largamente responsável pela sua estrutura e funcionamento. Os padrões de distribuição espacial dos diversos elementos da biodiversidade, resultado da ação conjunta de processos ecológicos, demográficos, histórico-evolutivos e antrópicos, determinam a sustentabilidade ecológica das paisagens, bem como a sua capacidade de providenciar níveis relevantes de serviços ambientais de produção e regulação”.

Nestes espaços contamos também com a considerável área de baldios e outros espaços de altitude, que pela sua proximidade espacial favorecem a gestão integrada dos espaços aí incluídos, propiciando a sua multifuncionalidade e conservação. Os baldios pela

multiplicidade de riquezas que contem: Biodiversidade vegetal; potencialidade agrícola e pastoril na criação e manutenção de raças e espécies autóctones; piscicultura; apicultura; massas minerais; águas mineromedicinais; biomassa; energia eólica; energia hídrica; turismo de montanha; produção de frutos secos, cogumelos, plantas medicinais, aromáticas e ornamentais; espaços de lazer e de prática desportiva; cinegética; produção e manutenção de sequestro do CO2 devem-se propiciar na conservação e manutenção da biodiversidade.

Na figura 18 que se segue apresenta-se a biodiversidade dos baldios do concelho de Ponte de Lima.

Figura 18 Biodiversidade dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima



Fonte: Corine Land Cover, 2006

(Adaptação própria)

Pela análise da figura 18, constatamos que este concelho alberga muita riqueza em termos de biodiversidade. Os espaços baldios contribuem também para essa diversidade e abundância, como de resto já anteriormente referimos.

O quadro seguinte dá conta dos Habitats e da área total que os baldios ocupam na biodiversidade do concelho.

Quadro 17 Biodiversidade dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima

Habitats	Área(ha)	%
Áreas Urbanas	195	2,97%
Carvalhais	80	1,22%
Escarpas e Afloramentos Rochosos	639	9,74%
Matos e Matagais	3496	53,31%
Mosaicos Agrícolas	35	0,53%
Mosaicos Agro-florestais	19	0,30%
Povoamentos Florestais	2083	31,76%
Rios e Lagoas	12	0,18%
TOTAL	6558	100%

Fonte: Corine Land Cover, 2006

Os baldios deste concelho contribuem para a salvaguarda dos ecossistemas existentes, neste sentido e pela leitura do quadro 17, verificamos que são caracterizados pela presença de oito habitats, sendo os matos e matagais, as escarpas e afloramento rochosos e os povoamentos florestais os que mais contribuem para estes espaços, em termos de ocupação de área a qual corresponde a 3496ha, 639ha e 2083ha, respetivamente, que, em conjunto, representam em cerca de 95% no total da área dos baldios.

#### 4.14. Incêndios florestais

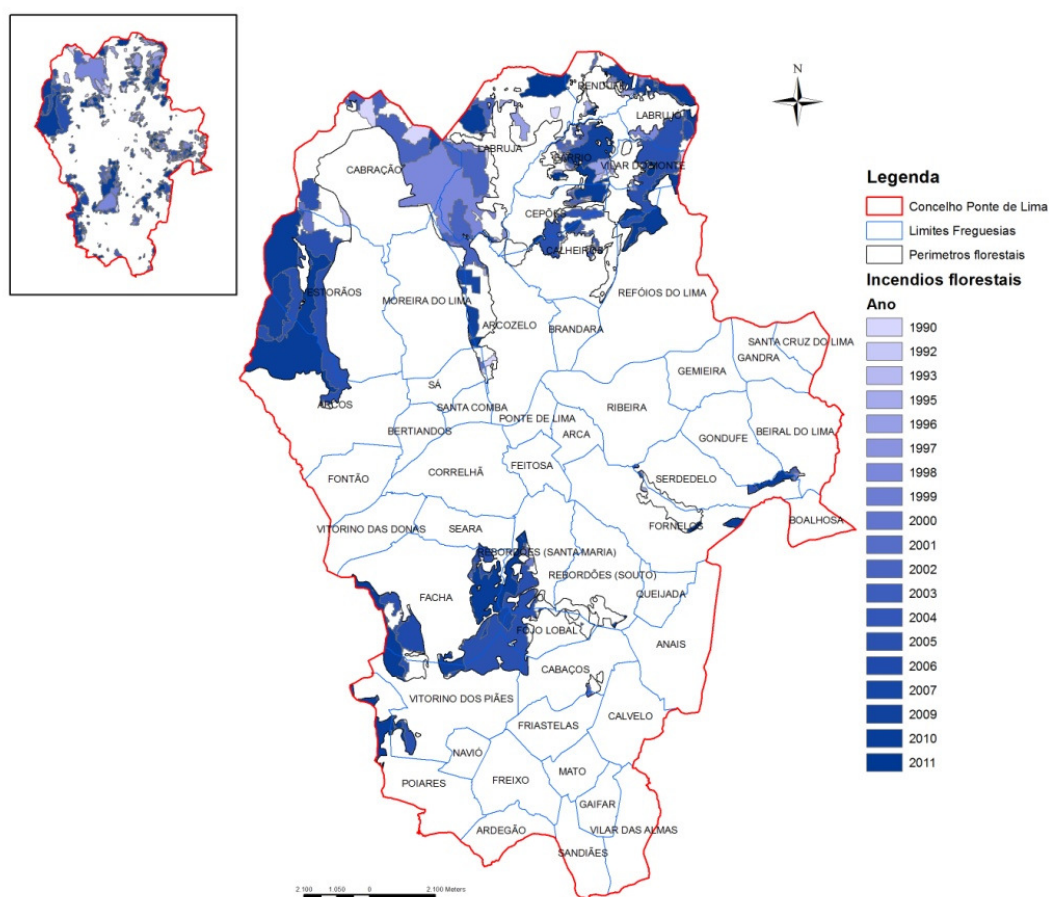
Uma das preocupações das populações e das autoridades, no que concerne aos baldios, mas também de um modo geral a toda a floresta, é o problema dos incêndios, que a seguir queremos apresentar alguns dados sobre a dimensão deste flagelo.

O concelho de Ponte de Lima não tem sido imune a esta catástrofe. Para além dos riscos económicos e ambientais que provocam, existem também os perigos inerentes nas

habitações que se encontram próximas às áreas florestais, assim como das respetivas populações, podendo levar a perdas humanas e de bens materiais. Em termos referenciais podemos indicar que entre o ano de 1990 e 2008, arderam cerca de 11816,54ha de área florestal e matos, com 2713 ocorrências, apontando-se o ano de 2005 como o mais crítico, tendo ardido uma área de 2713ha<sup>32</sup>.

Os incêndios florestais nos baldios também ameaçam a vida das populações e causam enormes prejuízos a milhares de compartes. A figura 19 ilustra as zonas dos baldios onde ocorreram incêndios ao longo de uma série temporal que medeia entre os anos de 1990 até 2011, que representa cerca de duas décadas de ocorrência de incêndios nestes territórios comunitários.

Figura 19 Incêndios florestais nos dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima



Fonte: ICNF (2012) – Elaboração própria

<sup>32</sup> Fonte: <http://www.cm-pontedelima.pt/ver.php?cod=0M0S0C>, consultado em 14-11-2012

Através da análise da figura anterior percebemos que em todas as unidades de baldios ocorreram incêndios, embora a área ardida seja maior ou menor de acordo com os anos aqui retratados. Estes dados encontram-se no quadro 18 e os quais seguidamente vamos comentar.

Quadro 18 Incêndios florestais dos Baldios do Concelho de Ponte de Lima

Ano	Área(ha)	%	Ano	Área(ha)	%
1990	567	6,20%	2002	1020	11,16%
1992	66	0,72%	2003	76	0,83%
1993	287	3,14%	2004	34	0,37%
1995	141	1,55%	2005	2423	26,52%
1996	304	3,33%	2006	212	2,32%
1997	47	0,52%	2007	92	1,01%
1998	1422	15,56%	2009	422	4,62%
1999	140	1,54%	2010	1270	13,90%
2000	133	1,46%	2011	119	1,30%
2001	361	3,96%	TOTAL	9138	100%

Fonte: ICFN (2012)

De acordo com dados relativos à série temporal, que se encontra na figura e quadro anteriores (figura 19 e quadro18), e que dizem respeito às áreas ardidas nos baldios do Concelho, podemos observar que entre 1990 e 2011, arderam no total 9138ha, apontando-se os anos de 1990, 1998, 2002, 2005 e 2010, como sendo aqueles onde se verificou uma maior área ardida, com respetivamente 567ha, 14422ha, 1020ha, 2423ha e 1270ha, correspondendo a cerca de 73% do total da área dos baldios.

Segundo Bica (2011:67-67), atualmente o que impede o desenvolvimento das florestas nas serras do centro e do norte do país não é a necessidade de nelas pastorear os rebanhos, mas a calamidade dos incêndios que anualmente lá ocorrem. Porém onde há a tradição de criação de pequenos ruminantes (ovelhas e cabras) é possível introduzi-los, uma vez que controlam o crescimento do mato de modo a mantê-lo a uma altura não superior a vinte e cinco centímetros por pastoreio sistemático, mantendo a floresta limpa e promovendo assim a prevenção dos fogos.

## 5. Baldios, multifuncionalidade e desenvolvimento local

Segundo Silva e Cardoso (2005:23), perante o cenário da globalização colocar a questão de desenvolvimento local, quer seja em contexto urbano, quer sobretudo em contexto rural<sup>33</sup>, poderia atualmente parecer desadequado ou mesmo lírico. No entanto, este conceito visto por um ângulo mais atual e prospetivo, convida-nos à reflexão. Uma vez, que os problemas do desenvolvimento regional e local interligado com outros como sejam, o ambiente e a qualidade de vida preocupam os cidadãos, tendo-se tornado uma questão fundamental nas sociedades atuais. Porém, o desenvolvimento rural *é diferentemente valorizado, conforme se trate de um jornaleiro<sup>34</sup>, dum agricultor ou dum residente ecologista, dum consumidor urbano, dum burocrata governamental...* Long e Van der Ploeg (1944) cit in Silva e Cardoso (2005: 25).

### 5.1. Os Baldios e a sua importância no desenvolvimento local e rural

Desde tempos imemoriais que os terrenos baldios são vistos como uma importante fonte de subsistência à atividade agrícola dos agregados familiares. A importância destas áreas comunitárias representam um impacto positivo no desenvolvimento dos povos, das regiões e dos países, que passam pela riqueza sociológica e económica, nas suas profundas raízes históricas que contem, no seu interesse bio cultural e no seu significado político-jurídico (Rodrigues, 2011). A propriedade comunitária em Portugal não é apenas uma relíquia do passado. A nossa história mostra que o regime de propriedade comunitária, gerida e usufruída por grupos de utilizadores, foi resistindo e subsistiu até aos nossos dias. Com a devolução dos baldios aos povos depois de 1974, o destino económico dos baldios evoluiu, porque a atividade agrícola também evoluiu, tendo diminuído fortemente o pastoreio, quase que desaparecido o corte de matos para a

---

33 Nesta linha, já não se trata apenas de questões relativas ao desenvolvimento da produção agrícola e à eficiência no uso dos recursos na produção e na distribuição, mas também doutros aspetos das economias em contexto rural e sobretudo a dimensões de ordem social, política e cultural (Silva e Cardoso).

34 Operário que trabalha a jornal, isto é, que ganha por dia. Vide endereço:

<http://www.dicio.com.br/jornaleiro/>, consultado em 07-12-12

cama do gado e para a fertilização dos campos e ter praticamente deixado de se cozinhar a lenha que entretanto foi substituída pelo gás (Bica,2011). Assim, a economia dos baldios transformou-se, estes espaços deixaram de servir de suporte às economias agropastoris individuais e atualmente, a utilização do baldio corresponde a uma gestão da unidade comunitária, separada do quotidiano do trabalho e de produção de cada compartimento. Neste caminho, a floresta entrou nos baldios. Em alguns casos, expulsando gados e gente das aldeias. Passou também a ser a atividade económica mais importante, situação que se mantém na atualidade, na maior parte dos casos. Estes terrenos são cada vez menos usados como espaço de apoio às explorações agrícolas, e cada vez mais objeto de exploração económica direta para obtenção de rendimentos destinados pelos conselhos diretivos dos baldios e/ou juntas de freguesia a fins de interesse coletivo. Os rendimentos em dinheiro a obter do baldio já não são só os provenientes da venda de madeira. Começam a ter cada vez maior peso na economia dos baldios os rendimentos provenientes da cedência dos direitos de exploração de pedreiras, de instalações eólicas, mini-hídricas, entre outras. *Esta transformação faz-se com o controle dos órgãos gestores dos baldios e tem como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento das comunidades rurais* (Baptista 2011).

Conforme Bica (2011), o costume de atribuir às autarquias com alçada sobre os baldios os rendimentos deles provenientes é muito antiga. Neste intento, a lei sobre os baldios de 26 de julho de 1850, na direção de um costume anterior destinava o seguinte:” O rendimento proveniente das ervagens ou pastos serão despendidos, uma terça parte no serviço divino, uma terça parte na construção e conserto de caminhos, pontes e fontes... e a outra parte será entregue à Câmara Municipal para as despesas obrigatórias do Concelho”.

As comunidades ligadas aos baldios, gestores e outros atores, para conseguirem a sua gestão não se podem limitar a promover com os rendimentos obtidos iniciativas de apoio social à vida social das comunidades, mas tem de efetuar uma adequada política de investimento que assegure a sua sustentabilidade, que gere emprego e que promova a reabilitação do espaço rural. Deste modo, parte das receitas dos baldios deve ser neles reinvestidos, estes devem ser também o motor de um desenvolvimento rural sustentável. Para tal, é necessário uma ação integradora e multidisciplinar para que possam ser aproveitadas todas as potencialidades, nomeadamente, as florestais, o pastoreio e a

utilização do sub-bosque; espécies aromáticas, medicinais, produção de mel, entre outras (Paiva, 2006).

Assiste-se, no momento atual, a uma transição da propriedade comunitária, onde as atividades tradicionais praticadas como suporte das economias individuais, declinaram e onde são crescentes novos interesses, anteriormente já elencados. Importa redefinir ou refundar a propriedade comunitária no sentido da sua economia se inserir no desenvolvimento local, valorizando os seus recursos de forma integrada, sob o controlo e em benefício das comunidades. Tem de se efetuar uma adequada política de investimento que assegure uma renovação do potencial produtivo, uma vez que a falta desta preocupação, em muitos casos, tem conduzido a que a exploração do baldio delapide os recursos existentes (Baptista, 2011).

Em jeito de conclusão, importa que estes espaços de elevado potencial sejam ancorados como fatores de desenvolvimento local, capazes de contribuir para manter vivo o tecido social nas zonas rurais, valorizando e tirando partido dos recursos, como sejam: a biodiversidade, os recursos endógenos, os serviços ecossistémicos e disciplinar e valorizar a silvopastorícia. Apostar nos bons exemplos dos regimes de propriedade comum, que demonstrem o sentido da importância da valorização da população, do território e do ambiente. Onde sejam criadas as dinâmicas organizacionais no sentido da valorização e preservação dos seus recursos, resultando benefícios para o território, para as comunidades locais e para o ambiente.

## **5.2. Os baldios e a sua multifuncionalidade**

Os baldios, terrenos comunitários, são espaços que devem ser reconhecidos pelo seu valor biológico e ecológico; a retenção de carbono; o refúgio e manutenção da biodiversidade; a produção de água; energia e paisagem ganham importância social e económica que urge valorizar e manter. Os serviços ecossistémicos que os baldios fornecem são demasiado importantes para serem menosprezados, quer seja pelo Estado, como entidade responsável pelo interesse coletivo, quer seja pelo próprio cidadão comum, na sua salvaguarda e fomento. Portanto, e segundo (Carvalho, 2011), os recursos destes espaços territoriais *têm indiscutivelmente, um valor incalculável no plano histórico, social, cultural, ambiental, paisagístico, que importa valorizar, preservar, divulgar e reproduzir*. Os baldios como objeto de estudo e intervenção



foram ao longo dos tempos complexos e politicamente sensíveis, isto porque são inúmeros os atores e os interesses envolvidos na gestão destes territórios.

Tal como já referimos, os baldios são definidos, ainda hoje, pela “Lei dos Baldios” (Lei n.º 89/97 de 30 de Julho) onde se constituem como “terrenos possuídos e geridos por comunidades locais” que têm por finalidade o “logradouro comum, designadamente para efeitos de apascentação de gados, de recolha de lenhas ou de matos, de culturas e outras fruições, nomeadamente de natureza agrícola, silvícola, silvo-pastoril ou apícola”. Este é o seu quadro legal mais recente, depois do Decreto-Lei n.º 39/76 de 1976 ter restituído estas áreas comunitárias às comunidades que, tradicionalmente faziam uso delas.

O baldio assegurava o pastoreio para o gado, oferecia os matos para as camas dos animais que mais tarde servia para a fertilização dos campos, facultava a recolha de lenha e arbustos que alimentava lareiras e fornos de pão. O carvão que se fabricava no baldio, tinha como destino os mercados mas também era utilizado nos fogareiros, nas braseiras e nos ferros de engomar. A madeira facilitava a construção de casas, currais, palheiros, carros, para além de outros apetrechamentos. A pedra servia para edificar casas e outras dependências mas também para marcar e dividir as parcelas de terreno. A água que alimentava fontes, chafarizes e levadas que serviam para regar as culturas, muitas delas cultivadas em lotes do próprio baldio. Em suma: e segundo (Baptista, 2010) os terrenos baldios representavam o verdadeiro suporte do sistema agrário.

Porém, segundo o mesmo autor, estas áreas sofreram alterações, durante o Estado Novo, foram sujeitas a políticas de florestação e de colonização interna. As áreas que não foram intervencionadas pelo Estado foram ficando sob a tutela das Juntas de Freguesia e, mais tarde, sofreram uma erosão, por apropriação indevida, expropriação ou cedência de parcelas. Estas transformações foram verificadas em muitas regiões, a partir dos anos sessenta, onde se verifica uma alteração do relacionamento das comunidades rurais com os baldios e a alteração da definição legal de baldio e comparte. Por sua vez,” o continuado êxodo rural e a modernização da agricultura fizeram declinar a relação quotidiana dos moradores das aldeias e lugares com os baldios” (Baptista, 2011:26).

Neste sentido, os dois principais problemas que afetam os baldios são: a crescente fragilidade verificada na propriedade comunitária que está relacionado com a debilidade que os povos têm mostrado no exercício do direito de propriedade e a ausência de uma gestão ativa pelos órgãos gestores. Paralelamente, também, ainda não existe um

cadastro dos baldio consistente, que é um meio essencial para defender esta propriedade comunitária, evitando usurpações vindas do próprio Estado e dos privados e ainda, para dar a estes territórios uma maior visibilidade e consistência ao nível do País.

Atualmente, o principal desafio que se coloca a estes espaços comunitários é que estes sejam locais sustentáveis, “ os baldios devem procurar aproveitar, em cada momento, as possibilidades que se lhe deparam com uma perspetiva multifuncional de gestão do território, aberta a todas as atividades que possam ser rentabilizadas” (Baptista, 2011:27). Em virtude, da evolução económica destes territórios se estar a processar de forma rápida está a fazer com que o destino económico dos baldios se transforme. Estes são cada vez menos utilizados como espaços de apoio às explorações agrícolas, mas sobretudo como objeto de exploração económica. Isto significa que, os baldios são vistos como um meio de obtenção de receitas que permitem efetuar melhoramentos na comunidade, de modo a estas se tornarem em locais mais atrativos como local de residência para as populações, cujas economias individuais já não se articulam com a utilização do baldio.

Atualmente e de acordo com Baptista (2011) podem -se considerar três economias dentro dos baldios:

- 1- A rentista (venda de material lenhoso, resinagem, caça, parques eólicos, antenas, pedreiras e cedência de parcelas);
- 2- A de livre acesso por elementos exteriores às comunidades (lazer, recreio, desporto e iniciativas ambientais);
- 3- As economias individuais dos compartos, associadas a atividades tradicionais (pastoreio, recolha de matos e de lenhas, culturas agrícolas anuais e permanentes não florestais).

Dentro destas economias, a que se representa com lugar de maior destaque é a das florestas, que se traduz, na maior parte dos casos, na obtenção de receitas sem qualquer investimento, beneficiando da florestação feita pelo Estado antes da devolução dos baldios aos povos. Nesta mesma linha de atitude rentista estão os parques eólicos, antenas, pedreiras, caça e a cedência (por venda, arrendamento ou expropriação) de parcelas do baldio (Marques, 2011).

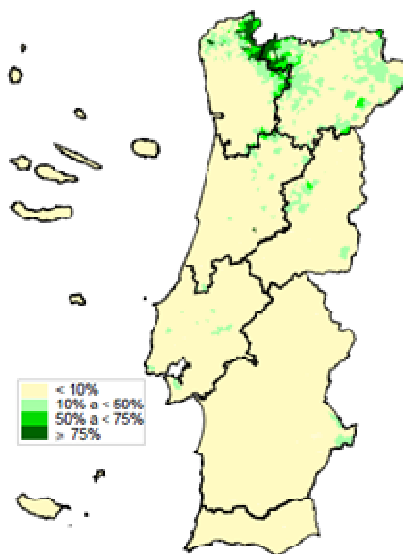
Contudo e conforme Baptista (2011), o livre acesso associado às atividades de recreio, lazer, desporto e as iniciativas ambientais, são as formas de utilização que mais contribuem para a intrusão de pessoas e entidades exteriores à comunidade, sem direitos

sobre os recursos e que deles usufruem sem qualquer regulação. Esta forma de utilização contém, de resto, um fator potencial de degradação destes territórios. Pois, causam frequentemente danos no meio ambiente, nas vias de comunicação e contribuem muitas vezes para a acumulação de lixo.

Como atividade tradicional aquela que ainda se evidencia como uma valoração favorável em muitos baldios é o pastoreio, com predominância a norte de Portugal (figura 21).

Conforme o RGA (2009), em Portugal a prática do pastoreio e as características que lhe estão associadas mostram uma ligação ao sistema de produção pecuária utilizado, à estrutura fundiária e ao tipo de propriedade e ainda a outros fatores. Dentro destes fatores podemos destacar os naturais como sejam: o clima, a cartografia e as acessibilidades. Entre os fatores humanos podemos referir os que estão relacionados com a forma de gestão, com os agentes económicos e também com os fatores socioculturais que são intrínsecos a cada região. Neste recenseamento agrícola foram inquiridos exclusivamente os pastoreios realizados em pastagens da exploração e em baldios, enquanto explorações com natureza jurídica própria. É no Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes que se contabilizam mais de 40% das explorações que pastoreiam animais nas explorações e nos baldios. A figura 20 evidencia que é no Minho e em Trás-os-Montes que o pastoreio no baldio assume uma maior importância.

Figura 20 Importância do pastoreio no baldio nas explorações com efetivo animal

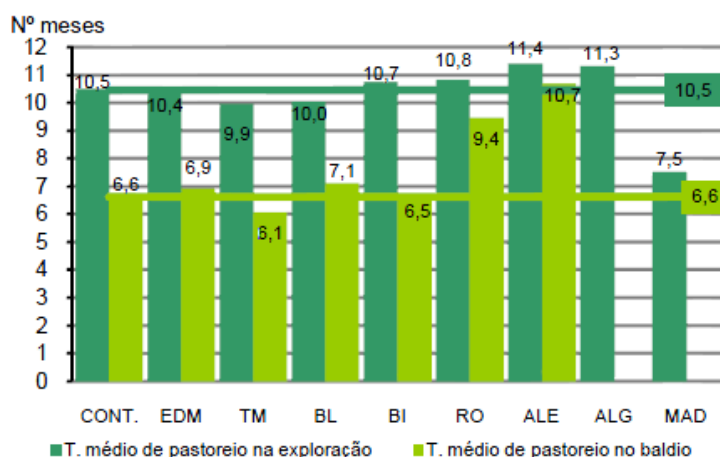


Fonte: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

Dos resultados relativos ao pastoreio em baldios podemos constatar que esta prática é pouco frequente a nível nacional, apenas aporta em 10% das unidades com pastoreio, em contrapartida, esta atividade apresenta uma grande concentração na região do Entre Douro e Minho, com 20% das unidades com pastoreio, seguida da região de Trás-os-Montes que conta com 18% das unidades de baldio com pastoreio. As duas últimas regiões, Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, concentram mais de 85% das unidades baldias que afirmaram recorrer ao pastoreio em terrenos baldios.

O quadro que se segue tem em consideração o tempo médio, em número de meses, que os animais pastoreiam no baldio.

Quadro 19 Tempo médio de pastoreio por região

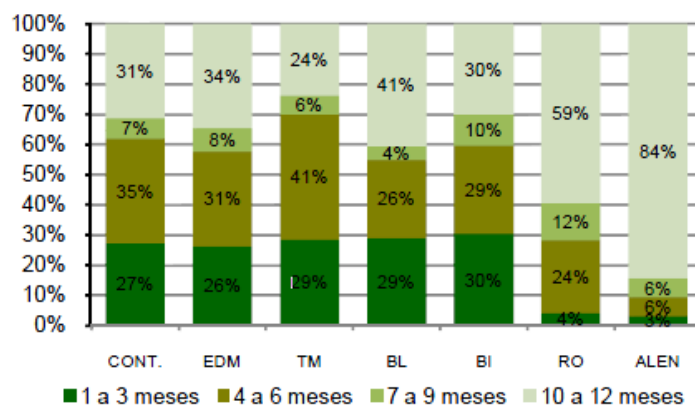


Fonte: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

No que diz respeito ao tempo médio de pastoreio, verifica-se também uma diferença assinalável entre a utilização das pastagens da exploração e a do baldio. Com efeito, no primeiro caso, pastoreio na exploração, o tempo médio de utilização é de 10,5 meses, enquanto o tempo médio de pastoreio nos baldios é de 6,6%, conforme podemos verificar no quadro 19. Esta diferença pode ser justificada pelo fato da maior parte dos baldios se concentrarem na região Norte (figura 20 e quadro 19) e verem a sua utilização condicionada, para além de outros fatores, podemos apontar as condições atmosféricas mais agrestes, durante o outono e inverno, a disponibilidade e gestão das pastagens e as acessibilidades. Normalmente, a utilização das pastagens nos baldios ocorre entre os meses de maio a outubro, devido às condições atmosféricas e à maior disponibilidade de pasto para os animais,

Pela análise do quadro 20, podemos verificar a percentagem de explorações que utilizam o baldio para pastorear os animais, por cada região, e o tempo médio gasto pelos animais a pastorear.

Quadro 20 Pastoreio no baldio por classe de tempo e número de explorações



Fonte: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

O quadro 20 evidência o tempo de pastoreio no baldio por distribuição de classes, onde cerca de 60% das unidades utilizaram as pastagens do baldio, por um período igual ou inferior a 6 meses e somente 31% referem um pastoreio com duração de 10 a 12 meses. Pelo exposto podemos referir que, atualmente, os baldios representam uma mais-valia para as regiões e de acordo com Rodrigues (2011), os baldios representam para os povos que trabalham a agricultura familiar bens e serviços de fundamental importância. E para defender a nossa soberania alimentar, precisamos da agricultura familiar, precisamos da pastorícia, precisamos dos baldios.

Neste sentido, a economia dos baldios tem de ser económica e financeiramente sustentável, devem pois, em cada momento aproveitar todas as possibilidades que se lhes deparam com uma perspetiva multifuncional de gestão do território, aberta a todas as atividades que possam ser rentabilizadas (Baptista, 2011).

Seguramente que, a forma mais eficaz de proteger estes bens comuns da cobiça dos múltiplos interesses é promover o desenvolvimento económico dos baldios. Poi, sem o desenvolvimento económico dos baldios, as populações que lá residem ficarão menos motivadas e mobilizadas para saírem em sua defesa, daqueles que deles pretendem tomar a mão, invocando o argumento do subaproveitamento para influenciar o poder político (Bica, 2011).

Importa ainda mencionar que, embora os dados analisados e descritos anteriormente se reportem quase que exclusivamente à realidade da Região de Entre Douro e Minho, aqueles também se coadunam à realidade do Concelho de Ponte de Lima, uma vez que este concelho se enquadra nesta Região.

### **5.3. Os baldios: alguns elementos quantitativos**

Este trabalho baseia-se para além dos dados estatísticos, publicados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), também de inquéritos realizados aos baldios da Região Norte do Continente, realizado em 2000, a partir de um projeto financiado por fundos europeus, designado: FAIR6-CT-98-4111, intitulado Propriedade e Gestão dos Baldios e suas Implicações para o Desenvolvimento das Zonas Periféricas. Neste projeto, para além de outros colaboradores, um dos coordenadores e também responsável pelo projeto foi o Professor Fernando Oliveira Baptista. Com este inquérito, pretendia-se inquirir todos os baldios existentes, e assim foram identificados e inquiridos 820 baldios, distribuídos por 584 freguesias. As conclusões resultantes desse estudo fornecem um instrumento de leitura muito importante para retratar a realidade das áreas comunitárias no presente.

Dos baldios inquiridos, segundo Marques (2011), conclui-se que inicialmente, se verificou a sua acentuada diminuição de 1938 para 2000: menos 78% do número de baldios e menos 47% de freguesias com estas áreas. Além disso, a informação recolhida neste inquérito mostra que, em 321 das unidades (39% do total) houve uma diminuição da área nos últimos 25 anos (por referência a 2000). Esta diminuição de área mostra a fragilidade deste tipo de propriedade em relação ao apetite de interesses e grupos. As causas para esta diminuição são: cedência de terra para construir, expropriações, cedência a interesses privados ou apropriação de parcelas por privados.

Neste inquérito, constatou-se uma enorme falta de informação sobre a área dos terrenos baldios, pelas entidades gestoras destes territórios, bem como a inexistência de cadastro geométrico da propriedade rústica, em quase todas as zonas do continente, a norte do Tejo. Havendo ainda a acrescentar, o fato da não existência de um cadastro específico dos baldios e o desconhecimento das áreas e dos limites dos baldios, em virtude dos conflitos de delimitação entre as comunidades locais e o declínio das atividades tradicionais diminuirão substancialmente a necessidade de os palmilhar. Na verdade,

denota-se, desta forma, uma perda dos reais limites destes territórios comunitários por parte dos compartes (Baptista, 2011).

No entanto e segundo o INE (2011), a área baldia, na NUTS Minho – Lima aumentou no período compreendido entre 1999 e 2009, conforme podemos constatar no quadro 21. Assim, no ano de 1999 a área total dos baldios no Minho – Lima era de 32973ha, no ano de 2009 a área total dos baldios referente à mesma região, Minho-Lima, era de 46553, verificando-se assim um aumento de 14580ha na área dos baldios, durante essa década.

Quadro 21 Superfície agrícola utilizada (ha) por localização geográfica e natureza jurídica

Período de referência dos dados	Localização Geográfica	Produtor Singular	Sociedades	Baldios	Outras formas da natureza jurídica do produtor <sup>35</sup>
			(ha)	(ha)	(ha)
	(NUTS 2002)	(ha)			
2009	Portugal	2486926	991453	127660	62105
	Continente	2370995	986641	127660	57008
	Norte	482578	30010	125558	5881
	Minho - Lima	24205	1312	<b>46553</b>	136
1999	Portugal	3052383	666214	70690	73807
	Continente	2935907	661772	70690	67772
	Norte	577534	20996	68456	6569
	Minho - Lima	30700	541	<b>32973</b>	4061
1989	Portugal	3367749	375555	48322	213947
	Continente	3252619	371262	48322	207376
	Norte	714684	14873	45889	3507
	Minho - Lima	48717	1930	<b>35319</b>	1110

Fonte: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

Pelos dados constantes no quadro 21, podemos ainda referir que entre 1989 e 2009 a área dos baldios aumentou 11234ha, durante estas duas décadas.

35 Outras formas da natureza jurídica do produtor: Cooperativas, associações, fundações, mosteiros, conventos, seminários, fundações, escolas privadas. Fonte: INE (2011)

Em Portugal Continental, segundo Loreto (2011), existem atualmente cerca de 1088 unidades de baldios, encontrando-se sob duas modalidades de administração: feita exclusivamente pelos compartes ou em regime de associações entre os compartes e o estado, onde os compartes aparecem representados pelos Conselhos Diretivos ou pelas Juntas de Freguesia. Conforme se pode verificar pelo quadro 22 que seguidamente se apresenta.

Quadro 22 Unidades de Baldios existentes em Setembro de 2011

Âmbito Geográfico	Representante dos Compartes	Modalidade de administração		Subtotal e Total
		Regime de associações entre os compartes e o Estado	Exclusivamente pelos compartes	
Portugal Continental	Conselho Diretivo	600	198	798
	Junta de Freguesia	244	46	290
	Subtotal	844	244	1088

Fonte: Monteiro (2011), 1º Congresso Europeu das Áreas Comunitárias.

Pela análise do quadro 22, verificamos que os representantes dos compartes é maioritariamente feita pelos Conselhos Diretivos, sob a modalidade de administração em regime de associação entre os compartes e o Estado e neste regime existem 600 unidades de baldios. A modalidade de administração exclusivamente feita exclusivamente pelos compartes, em que estes estão representados pelo Conselho Diretivo, conta com 198 unidades de baldios. Na situação em que o representante dos compartes é a Junta de Freguesia em regime de associação entre os Compartes e o Estado, conta com 244 unidades de baldios. Na modalidade de administração feita exclusivamente pelos compartes, mas em que estes se encontram representados pela Junta de Freguesia, representam 46 unidades de baldios.

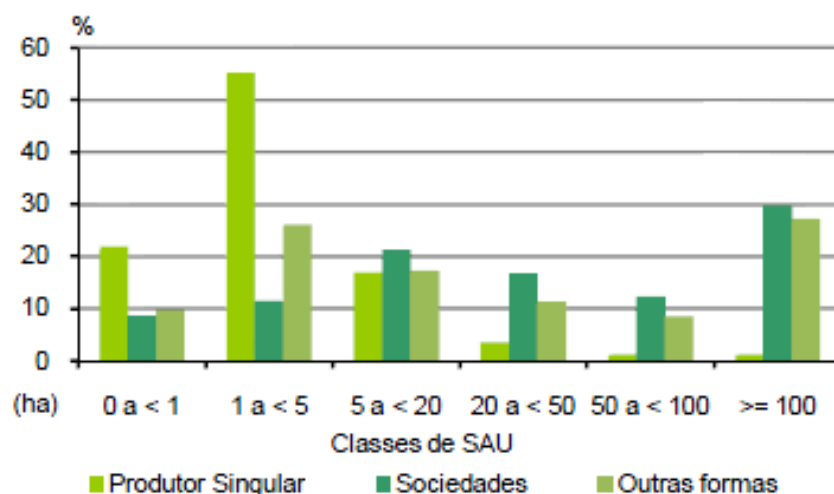
Apesar destes territórios se estenderem ao longo de Portugal, cuja área rondará os 500000 ha, predominam sobretudo no Norte e Centro do País, numa relação de solidariedade com a pequena propriedade agrícola, com a agricultura familiar e de montanha (Baptista, 2011).

Conforme o Recenseamento Agrícola (2009), os responsáveis jurídicos e económicos das explorações são maioritariamente produtores singulares, com uma



representatividade de 97%, sendo estes basicamente autónomos, o que significa que utilizam fundamentalmente a mão-de-obra familiar na exploração agrícola. Conforme consta no quadro 23. Neste quadro refere-se a percentagem de explorações segundo a natureza jurídica por classes de superfície agrícola útil.

Quadro 23 Número de explorações segundo a natureza jurídica por classe de SAU  
(1999-2009)

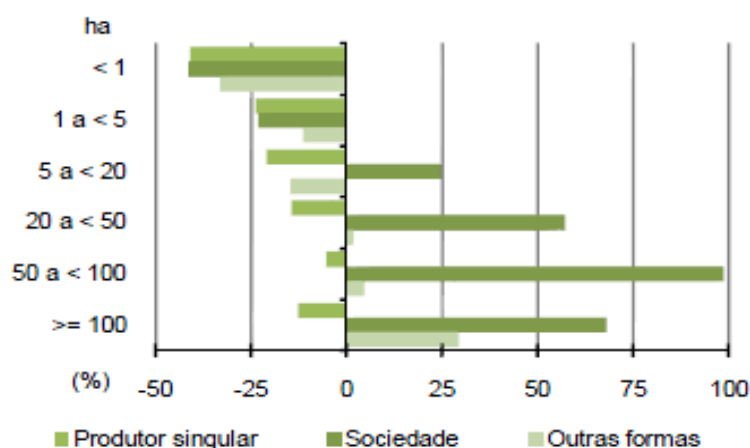


Fonte: RGA, 2009 (INE, 2011)

Pela análise do quadro anterior podemos mencionar: na maioria das explorações são produtores singulares, seguindo-se as sociedades agrícolas e por fim as outras formas de exploração.

Observa-se também um aumento do número de sociedades agrícolas, no período decenal entre 1999 e 2009, mais expressivo nas explorações de maior dimensão. Relativamente às outras formas de natureza jurídica estas aumentaram a sua importância relativa, devido ao melhor reconhecimento das áreas de baldios. Conforme já anteriormente referido e como podemos constatar nas figuras 23 e 24.

Quadro 24 Número de explorações segundo a natureza jurídica por classe de SAU  
(1999-2009)



Fonte: RGA, 2009 (INE, 2011)

Pela análise do quadro anterior podemos ainda mencionar que a forma de exploração feita por sociedade é aquela que corresponde a uma maior área por ha, seguindo-se os produtores singulares e por fim as outras formas, onde se podem incluir os terrenos baldios.

Como já mencionamos, os baldios foram e continuam a ser territórios importantes e apetecíveis pelos diversos atores, muitas vezes para servir os grandes interesses económicos e políticos. Na defesa destes territórios contamos com as estruturas do movimento associativo dos baldios que, com maior organização e capacidade conseguiram aumentar o número de comunidades empenhadas nos seus baldios. Lutando junto dos poderes políticos pela defesa destes territórios comunitários, de modo a criarem condições que permitam o seu desenvolvimento e a sua apropriação efetiva pelas populações das aldeias e lugares. Desta forma, facultaram uma visibilidade social e política à causa dos baldios e levaram à opinião pública o debate sobre a propriedade comunitária. Não obstante, com resultados muito positivos destaca-se a cooperação existente entre as organizações galegas de baldios e que se pretende estender a outras regiões de Espanha e a outros países da Europa (Baptista, 2011).

Neste propósito, a Federação Nacional de Baldios (BALADI) promoveu em Setembro de 2011, o 1º Congresso Europeu das Áreas Comunitárias. Este Congresso reuniu em Vila Real, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), representantes de

vários países e regiões da Europa. Nomeadamente, várias regiões de Espanha, Escócia e Itália, países identificados com mais áreas comunitárias e públicas. Os principais objetivos deste congresso era conhecer-se as realidades comunitárias dos diferentes países e regiões da Europa, assim como encontrar a melhor forma de defender, valorizar e desenvolver esta forma ancestral de propriedade. As reflexões havidas, durante este encontro, clarificaram de forma inequívoca a extraordinária importância destas áreas comunitárias, para além da sua riqueza sociológica e económica, o seu interesse bio cultural, o seu significado político-jurídico, o seu impacto positivo no desenvolvimento dos povos, dos países e das regiões. Pode-se, mesmo concluir que, *sem as áreas comunitárias a Europa seria, hoje, um continente bem mais pobre*. Este Congresso conta como um marco histórico, na defesa das áreas comunitárias na Europa. Pois, foi a primeira grande iniciativa a reunir diversos atores, nomeadamente universidades, técnicos e especialistas nos diversos recursos naturais de diferentes países, ligados aos baldios (in *Jornal do Centro*, setembro de 2011)<sup>36</sup>. Ao longo da História, na Europa, a terra rural comum tem desempenhado um papel fundamental (Pagdee *et al*, 2006; Maskey *et al*, 2006), em que esta tem sido vista como uma fonte sustentável do desenvolvimento rural (Glück, 2000; Short, 2000), que se adaptou ao uso tradicional da terra (Schanz, 1999; Pardo & Gil, 2005) e que tem contribuído para satisfazer as necessidades sócio - económicas das populações rurais (Elands *et al.*, 2004).

Por último e para darmos o mote sobre a atual realidade dos terrenos baldios, cabe-nos dar conta de que a conjuntura atual dos baldios não é seguramente favorável e, anuncia-se mesmo, uma nova ofensiva centrada na tentativa de promover a entrega da propriedade comunitária a interesses de privados, assim como a eventual entrega da cogestão dos baldios integrados nos perímetros florestais, casas florestais e viveiros florestais às Comunidades Intermunicipais (CIM), de acordo como se pronuncia pelo estudo piloto, recentemente encomendado pelo Estado (BALADI e ACEB, 2012)<sup>37</sup>.

---

36 Fonte: <http://revolucionaria.wordpress.com/2011/10/02/1%C2%BA-congresso-europeu-das-areas-comunitarias/>, consultado 23-09-2012

37Fonte:<http://www.baladi.com.pt/site/images/stories/proclamao%20dos%20baldios%20do%20alto%20minho.pdf> consultado em 15-11-2012

## 6. Resultados

### 6.1. Os baldios do Concelho de Ponte de Lima – uma análise exploratória

#### Nota introdutória

Os dados que vão ser utilizados na explanação deste capítulo e como de resto já anteriormente mencionámos, resultam de um inquérito no âmbito de um projeto internacional financiado pela União Europeia (FAIR6-CT-98-4111), realizado na Região Norte do Continente, no ano de 2000. Todavia, no nosso caso, vamos, concretamente, analisar aqueles que foram realizados nas freguesias pertencentes ao Concelho de Ponte de Lima, uma vez que é a área de estudo que nos propusemos investigar. Embora este concelho seja composto por 51 freguesias, apenas vamos analisar 28 inquéritos, relativos às seguintes freguesias: Moreira do Lima, Sá, Cabração, Estorãos, S. Pedro de Arcos, Arcozelo, Cepões, Labrujó, Labruja, Rendufe, Bárrio, Boalhosa, Calheiros, Poiares, Souto Rebordões, Vitorino das Donas, Anais, Friastelas, Gaifar, Facha, Fojo Lobal, Cabaços, Calvelo, Vitorino de Piães, Fornelos, Beiral do Lima e Serdedelo. Importa referir, que o estudo específico a estas freguesias está relacionado com o facto de terem sido estas as que foram alvo do referido inquérito e às quais tivemos acesso, por cedência da Associação Para a Cooperação Entre Baldios (ACEB). A ACEB<sup>38</sup> nasceu no Alto Minho em 1995, juntando 27 baldios do Alto Minho e tinha nessa data, e ainda hoje mantém como objetivo a —*promoção, defesa, e desenvolvimento das áreas baldias, através do apoio aos Conselho Diretivo e Assembleia de Compartes às populações que pretendam administrar os baldios que lhes pertencem, de acordo com a Constituição da República Portuguesa e a Lei*<sup>39</sup>.

Os conjuntos destas Freguesias, anteriormente citadas, fazem também parte da listagem de baldios que se encontravam na Direção Geral de Agricultura de Entre Douro e Minho.

Para além disto, realizámos entrevistas *in loco* aos diversos atores, de forma a dar corpo aos pressupostos a que nos propusemos, como objetivos deste trabalho, e que mais adiante especificaremos.

---

38 Escritura de constituição no Cartório Notarial de Ponte de Lima de 21/12/1995

39 Dos estatutos da ACEB de 21 de Dezembro de 1995

Este inquérito é composto por cinquenta e dois quesitos, o qual consta no anexo I, agrupados em cinco áreas temáticas a saber: administração da unidade de baldio; utilização e ocupação do solo da unidade de baldio; identificação da unidade de baldio inquirida e identificação da pessoa inquirida. Neste propósito, vamos abordar os diferentes assuntos de acordo com os itens constantes e efetivamente com as respostas dadas pelos inquiridos.

Com efeito, a análise que se empreende neste capítulo é sobretudo centrada nas formas de gestão dos baldios e seus respetivos impactes nas comunidades rurais deste concelho.

## **6.2. Administração da unidade de baldios**

Neste ponto vamos verificar quais os modelos de gestão que estão manifestos nas diferentes freguesias e se essa gestão é feita exclusivamente pelos compartes ou em regime de associação entre os compartes e o Estado. Esta informação apresenta-se no quadro que se segue (quadro 25).

Quadro 25 Modalidades de administração dos baldios

Freguesias do Concelho de Ponte de Lima	Conselho Diretivo	Junta de Freguesias	Exclusivamente pelos compartes	Regime de associação entre as Juntas de Freguesia e ou os compartes e o Estado
Moreira do Lima		X		
Sá		X		
Cabração		X		X
Boalhosa		X		
Estorãos		X		X
S. Pedro de Arcos		X		X
Arcozelo		X		X
Cepões		X		X
Labrujó		X		X
Labruja		X		X
Rendufe		X		X
Bárrio		X		
Seara		X		X
Calheiros		X		X
Poiares		X		X
Souto Rebordões		X		X
Vitorino das Donas		X		X
Anais		X		
Friastelas		X		
Gaifar		X		
Facha	X			X
Fojo Lobal	X			X
Cabaços		X		X
Calvelo		X		
Vitorino de Piães	X			X
Fornelos	X			X
Beiral do Lima	X			
Serdedelo				X

Fonte: Inquéritos (2000) – Elaboração própria

Desta análise podemos constatar que a modalidade de gestão da maioria das freguesias é assumida pelas Juntas de freguesia, desde data anterior a 1976 e, após essa data não se terem constituído a Assembleia de Compartes. Por um lado, podemos dizer que esta situação advém do facto de em alguns casos não se terem constituído as Assembleias de Compartes e nem se terem realizado eleições para elegerem os seus órgãos gestores. Por outro lado, casos houve em que se constituíram as Assembleias de Compartes e foram eleitos os órgãos gestores, porém delegaram competências à Junta de Freguesia, artigo n.º 22, poderes de delegação, da Lei nº68/93, passando esta a ser a entidade

administrante. Na circunstância em que a gestão passa a estar na incumbência da Junta de Freguesia em regime de associação entre estas e o Estado, na vigência da Lei dos Baldios n.º 68/93 e alterada pela Lei 89/93 de 30 de julho, os quais tendo anteriormente sido usados e fruídos como baldios, foram sujeitos ao regime florestal ou de reserva não aproveitada ao abrigo da Lei n.º 2069, de 24 de abril de 1954 e ainda não devolvidos ao abrigo da Decreto-Lei n.º 39/76 de 19 de janeiro do artigo 9.º Decreto- Lei em regime de cogestão, sob a alínea b).

Na minoria das freguesias a gestão dos baldios é feita pelos Conselhos Diretivos e em regime de associação entre os compartes e o Estado. As freguesias que se encontram com esta modalidade de gestão, os inquiridos, referiram que a periodicidade das reuniões da Assembleia de Compartes eram efetuadas conforme achavam oportuno, apontando a primeira reunião entre os anos de 1976 e 1996 e as mais recentes entre os anos de 1997 e 2000. Porém e apesar desta situação se encontrar retratada nos inquéritos, importa salientar que no artigo n.º 17 periodicidade das assembleias, da Lei 68/93, refere que a *Assembleia de Compartes reúne ordinariamente uma vez por ano, até 31 de março, para apreciação, sempre que seja caso disso, das matérias a que se referem as alíneas a), b), c), d), e i) do n.º do artigo 15.º e extraordinariamente sempre que seja convocada*. Pelo exposto, podemos mencionar que as freguesias que estão sobre esta modalidade de gestão e que assumem esta postura de incumprimento não estão a usar as competências que se encontram consagradas no artigo n.º 21 da já referida lei.

### **6.3. Utilização e ocupação do solo da unidade de baldio**

Em todas as freguesias existem áreas florestais, e as espécies predominantes são o pinheiro bravo, eucalipto, carvalho, castanheiro e austrálias. Das 28 freguesias inquiridas 6 declararam que nos últimos 25 anos obtiveram receitas provenientes de arrendamentos de terras para a produção florestal (celulose e outras) e 3 referiram que os pagamentos correspondentes a esses arrendamentos eram feitos no momento dos cortes e que o seu valor era dependente da produção do corte. Apenas 3 freguesias mencionaram que têm terras arrendadas para a produção florestal, correspondendo a uma área de 247ha. A maioria das freguesias, excetuando três, nos últimos 25 anos obtivera receitas provenientes da venda de material lenhoso, fora do âmbito anteriormente referido (arrendamento). Em nenhuma destas unidades de baldios se

pratica a atividade de resinagem, nem existem colmeias. Nos últimos 25 anos, 21 freguesias, perderam o coberto florestal, devido sobretudo a ocorrência de incêndios florestais, apenas 4 freguesias, referiram que esta perda se deveu a realização de cortes sem haver posterior rearborização. Onze freguesias mencionaram que nos últimos 25 anos foram arborizadas novas áreas e a maioria referiu que esta arborização foi promovida pelos Serviços Florestais. Em termos de balanço da área florestal total na unidade de baldios nos últimos 25 anos, 4 freguesias inquiridas referiram que a área aumentou, 10 dos inquiridos que diminuiu e 14 disseram que a área não sofreu alteração. Em todas as freguesias verifica-se a utilização do baldio para o apascentamento de gado, pertencentes às populações da comunidade (quadro 27), com exceção das seguintes freguesias: Sá, S. Pedro de Arcos, Seara, Vitorino das Donas, Anais, Gaifar, Cabaços e Fornelos.

Em três freguesias, Labrujó, Poiares e Serdedelo, para além dos rebanhos que pertencem aos compartos da comunidade que utilizam os baldios para o pastoreio, estes terrenos são simultaneamente usados por animais pertencentes a elementos fora da comunidade (de outras freguesias vizinhas). Relativamente à freguesia de Cepões a utilização do baldio para apascentamento de gado é feito exclusivamente por gado pertencente a elementos fora da comunidade. Conforme se pode verificar no quadro 26.



Quadro 26 Número de rebanhos, de cabeças e de meses em que o gado pasta no baldio

Freguesias	Ovinos	Caprinos	Bovinos	Outros	Nº de rebanhos	Nº de meses do rebanho no pasto
Moreira	20	150	10			12
Boalhosa	45	45	120	15		12
Cabração		200	30	6	1	
Estorãos	80	20	50	4		
Arcozelo			6			
Labrujô	120	30	120		8	12
Labruja	100		50			12
Rendufe	100		35		20	12
Bárrio			8	16	2	12
Calheiros	50	50	12		2	12
Poiars	30	30	20			12
Rebordões Souto	60	20	30	4		8
Friastelas	5		4			12
Facha	50	20	100	12	6	12
Fojo Lobal	20	20	40	4		12
Calvelo	30		20		2	6
Vitorino de Piães	250	100	50	12	10	12
Beiral do Lima		300	30	20		
Serdedelo	150	400	95		4	6
Total	1110	1385	830	93	55	164

Fonte: Inquéritos (2000) – Elaboração própria

Pela análise do quadro anterior, concluímos que o pastoreio é utilizado por 3474 animais (ovinos, caprinos, bovinos e outros), repartidos na maioria dos casos por os 12 meses do ano.

No quadro (27) que se segue, encontram-se os animais que utilizam o baldio para pastar, mas estes animais pertencem a elementos fora destas comunidades destes baldios.

Quadro 27 Número de rebanhos, de cabeças e número de meses em que o gado pasta no baldio, de elementos fora da comunidade

Freguesias	Ovinos	Caprinos	Bovinos	Outros	Nº de rebanhos	Nº de meses do rebanho no pasto
Cepões	39	20	12	15	5	12
Labrujô				100		12
Poiars	20	20		5	1	
Serdedelo				50		12

Fonte: Inquéritos (2000) – Elaboração própria

Pela análise do quadro anterior, aferimos que os animais que pastoreia nestes baldios, mas que pertencem a elementos fora da comunidade, representam cerca

de 10% do total do efetivo pecuário que pastoreia nestas unidades de baldios. E que compreendem um total de 361 animais que vêm de fora desta comunidade para apascentar.

Nas freguesias da Cabração, Beiral do Lima e Labrujó os inquiridos referem-se a “outros”, como sendo cavalos, os animais que também utilizam os baldios para pastar.

Em nenhuma das freguesias existem pastagens melhoradas ou instaladas, não se verifica a utilização dos baldios para a instalação de culturas agrícolas anuais, nem para culturas permanentes não florestais. Em todas as freguesias as pessoas que utilizam as unidades de baldio fazem-no segundo os usos e costumes à exceção da freguesia de Cepões. Nesta freguesia, conforme já referimos, as pessoas que utilizam os terrenos baldios são fora da comunidade, pertencentes à freguesia limítrofe de Calheiros.

Nesta análise, constatamos também que todas as freguesias à exceção da de Labrujó praticam a atividade cinegética nos baldios, as quais na sua grande maioria se encontram integralmente sujeitas ao regime livre. Só nas freguesias de Moreira do Lima, Cabração, Bárrio e Calheiros, é que esta atividade está integralmente incluída em zona da caça associativa.

Relativamente à existência de antenas instaladas, apenas as freguesias de Arcozelo, Labruja, Rendufe, Calheiros, Anais, e Vitorino de Piães mencionaram possuir estes equipamentos nos baldios e de existirem receitas resultantes destes equipamentos. Em nenhuma das freguesias existe equipamento de aproveitamento de vento para a produção de energia elétrica. A exploração de pedreiras existe em três freguesias, Moreira, Arcozelo e Rendufe e também existem receitas resultantes desta atividade extrativa, a exploração destas pedreiras é feita de forma concessionada.

A recolha de matos e de lenhas representa uma atividade tradicional importante na utilização dos baldios, neste concelho, por parte dos compartes. Conforme se pode verificar no quadro 28.

Quadro 28 Utilização dos baldios pelos compartes para recolha de lenha e matos

Freguesias	Recolha de matos	Número de compartes que pratica a recolha de matos	Recolha de lenhas	Número de compartes que pratica a recolha de lenhas
Moreira	X	12	X	12
Boalhosa	X	12		
Cabração	X	30	X	30
Cepões	X	6	X	6
Labrujó	X	30	X	30
Labruja	X	100	X	100
Rendufe	X	15	X	20
Bárrio	X	2		
Cepões			X	6
Seara	X	50		
Arcozelo			X	10
Calheiros	X	10	X	50
Poiares	X	25	X	10
Rebordões Souto	X	2	X	30
Anais	X	6	X	2
Friastelas	X	80	X	6
Facha	X	80	X	90
Fojo Lobal	X	400	X	400
Cabaços	X	20	X	20
Calvelo			X	20
Vitorino de Piães	X	500	X	500
Fornelos	X	50	X	50
Beiral do Lima	X	50	X	50
Serdedelo	X	100	X	100
Total	21	1580	21	1542

Fonte: Inquéritos (2000) – Elaboração própria

Pela análise do quadro anterior (28), podemos retirar as seguintes ilações: a recolha de matos é realizada em 21 freguesias, num universo de 28 freguesias, o que representa 75% no total das freguesias inquiridas, a mesma situação verifica-se na recolha de lenhas; o número total de compartes que pratica a recolha de matos, assim como a recolha de lenhas, nas 28 freguesias deste inquérito, corresponde a 1580 e 1542, respetivamente.

A floresta é referida por todos os inquiridos como sendo a utilização do baldio que consideram como a mais importante para manter a vida na comunidade. Por ter sido aquela que mais receitas proporcionaram nos últimos dez anos, os rendimentos daí resultantes foram aplicados em benfeitorias em benefício do desenvolvimento comunidade, nomeadamente em abertura de estradas e caminhos, captações de água e fontanários.

Constatou-se também que na generalidade das freguesias quem gere e aplica as receitas provenientes dos baldios são as Juntas de Freguesia, excetuando as freguesias de Fojo Lobal, Vitorino de Piães e Fornelos, cujos recebimentos são geridos e aplicados pelos Conselhos Diretivos.

Tendo em consideração que a maior parte das receitas dos baldios são provenientes da exploração da floresta, estas não têm sido revertidas em seu favor. Pois, apenas as freguesias de Moreira do Lima, Sá, Cabração, Labrujó, Labruja, Bárrio, Rebordões Souto, Facha, Cabaços, Calvelo e Beiral do Lima referem ter aplicado esses recebimentos em arborizações, limpeza dos povoamentos, construção e conservação da rede viária e divisional e na construção, conservação e funcionamento das estruturas para prevenção e combate a incêndios. No entanto, em todas as freguesias à exceção de Beiral do Lima aplicam as receitas provenientes do baldio, fora da floresta, em prol de melhoramentos feitos na comunidade, nomeadamente na abertura e conservação de caminhos e arruamentos, construção ou conservação de campos de futebol, abertura ou melhoria de captações de água, nos cemitérios, nas sedes das juntas, em obras de beneficiação de igrejas, nos jardins públicos, em praias fluviais, em aluguer de máquinas para benfeitorias de caminhos e acessos. Muitas das freguesias não especificaram particularidades dessas aplicações referindo-as em “outros”.

Em todas as freguesias e de acordo com o uso e costumes todos os lugares das respetivas freguesias têm direito de uso e fruição da unidade de baldio. A maioria das freguesias está integralmente inserida em perímetros florestais. As freguesias de Rendufe e Poiares referiram estar parcialmente inseridas em perímetros florestais. Ao invés, sete freguesias não estão inseridas em qualquer perímetro florestal, a saber: Moreira do Lima, Sá, Anais e Friastelas. Todas as unidades de baldios estão fora da inserção em áreas protegidas, contudo, neste âmbito importa referir que a Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos foi criada na data deste inquérito, pelo Decreto Regulamentar nº 19/2000 de 11 de Dezembro, deste modo os inquiridos ainda não tinham conhecimento da área que irá ficar abrangida por esta área protegida.

Pelo uso e costumes, o número de pessoas que utilizam as unidades de baldio são 24135 moradores que, se encontram distribuídos pelas freguesias da seguinte forma (quadro 29).

Quadro 29 Número de moradores que usufruem do baldio por freguesia

Freguesias	Nº de moradores com direito a usufruir do baldio
Moreira do Lima	300
Sá	470
Cabração	110
Boalhosa	200
Estorãos	480
S. Pedro de Arcos	1000
Arcozelo	5000
Cepões	250
Labrujó	200
Labruja	250
Rendufe	275
Bárrio	145
Seara	600
Calheiros	300
Poiars	1100
Souto Rebordões	1500
Vitorino das Donas	1800
Anais	1050
Friastelas	700
Gaifar	350
Facha	1100
Fojo Lobal	400
Cabaços	900
Calvelo	691
Vitorino de Piães	1800
Fornelos	1400
Beiral do Lima	1300
Serdedelo	464
Total	24135

Fonte: Inquéritos (2000) – Elaboração própria

Pela análise do quadro anterior (29) e que nos fornece informações relativamente ao número de moradores com direito a usufruir da unidade de baldio, referente ao quesito n.º 42 do inquérito que consta no anexo IV. Convém referir que o número de moradores com direito a usufruir do baldio e declarado pelos inquiridos, ultrapassa o número atual de residentes das freguesias, de acordo com o que consta no anexo II, população residente no Concelho de Ponte de Lima. Falamos das seguintes freguesias: Arcozelo,

Rendufe, Poiares, Vitorino das Donas, Anais, Friastelas, Facha, Fojo Lobal, Cabaços, Calvelo e Vitorino dos Piães.

Analisa-se agora a forma como se distribui a área total da unidade de baldio segundo a sua ocupação em área florestal, área de matos e incultos, outras áreas e a área total do baldio. Convém, todavia mencionar que as freguesias de Vitorino das Donas e Beiral do Lima não referiram qualquer tipo de área baldia. No caso de Vitorino das Donas, consta no relatório anexo ao inquérito, que na freguesia não existem baldios ao cargo da Junta de Freguesia, estando a sua gestão a cargo dos Serviços Florestais. Na freguesia de Beiral do Lima, não existe referência às áreas do baldio, nem consta qualquer tipo de referência no relatório que consta em anexo. As freguesias de Estorãos e da Seara só referiram a área total da unidade do baldio, conforme se pode analisar nos quadros que se seguem. Ainda neste propósito, verifica-se uma diferença relativamente à área total do baldio e o total das diferentes áreas florestais, matos e incultos e outras áreas (quadro 30).

Quadro 30 Distribuição da área total na unidade do Baldio

FREGUESIAS	Área florestal (ha)	Área de matos e incultos (ha)	Outras áreas (ha)
Moreira	150	100	0
Sá	24	0	0
Boalhosa	0	39	0
Cabração			
Estorãos			
S. Pedro de Arcos	700	90	200
Arcozelo	180	0	0
Cepões	60	40	20
Labrujó	8	190	0
Labruja	1600	5	3
Rendufe	20	100	0,5
Bárrio	240	400	10
Seara			
Calheiros	386	193	0
Poiares	60	25	0
Rebordões Souto	110	200	0,5
Vitorino das Donas			
Anais	8	0	0
Friastelas	2,6	0	0,2
Gaifar	0,6	0	0
Facha	280	90	0
Fojo Lobal	0	102	0
Cabaços	30	30	1,5
Calvelo	67	0	0
Vitorino de Piães	360	90	0
Fornelos	124	6	0
Beiral do Lima			
Serdedelo	20	70	0,7
TOTAL	4430,2	1770	236,4

Fonte: Inquéritos (2000) – Elaboração própria

Pela análise do quadro anterior, podemos evidenciar o seguinte: relativamente à área florestal existente na unidade de baldio, dos 28 inquiridos, responderam 21 o que corresponde a 75% do total das unidades de baldios inquiridos. A área florestal nestas unidades de baldios representa cerca de 4403 ha, sendo que as freguesias que mais contribuem para esse valor são as freguesias da Labruja, S. Pedro D' Arcos, Calheiros,

Facha e Vitorino dos Piães, com 1600 ha, 700 ha, 386 ha, 280 ha, e 360 ha, respetivamente. No que diz respeito às áreas de matos e incultos, responderam a este item 17 dos inquiridos o que representa cerca de 61% no total dos indagados. A área total ocupada por estes espaços, matos e incultos, nos baldios é de 1770 há, as freguesias que mais contribuem em termos de área são: Moreira do Lima, 100 ha, Labruja 190 ha, Rendufe 100 ha, Bárrio 400 ha, Calheiros 193 ha, Rebordões Souto 200 ha, Fojo Lobal, 102 ha. Por último, outras áreas a este item responderam apenas 9 dos 28 inquiridos, o corresponde a cerca de 32% do total dos averiguados. A área apurada para esta parcela é 236,4 ha, apontando-se a freguesia de S. Pedro D' Arcos com um contributo de 200 ha.

No quadro 31 encontra-se a área total das unidades dos baldios que os inquiridos mencionaram, segundo os dados reportados nesse inquérito, a área total dos baldios ronda os 9289 ha. Conforme podemos constatar pelo quadro que se segue.



Quadro 31 Área total da unidade do Baldio

FREGUESIAS	ÁREA TOTAL (ha)
Moreira	251
Sá	24
Boalhosa	39
Cabração	2000
Estorãos	171,25
S. Pedro de Arcos	990
Arcozelo	180
Cepões	130
Labrujó	200
Labruja	2000
Rendufe	128
Bárrio	800
Seara	7
Calheiros	580
Poiares	65
Rebordões Souto	320
Vitorino das Donas	
Anais	9
Friastelas	3
Gaifar	20,6
Facha	391
Fojo Lobal	124
Cabaços	60
Calvelo	91
Vitorino de Piães	454
Fornelos	156
Beiral do Lima	
Serdedelo	95
TOTAL	9288,85

Fonte: Inquéritos (2000) – Elaboração própria

Pela análise do quadro anterior, podemos constatar que apenas duas freguesias não responderam a este item, a freguesia de Beiral do Lima e a de Vitorino das Donas, conforme o que consta no quadro 30 e 31. Convém referirmos que estes dados se reportam exclusivamente aos declarados e constantes nos inquéritos, contudo verificamos que alguns deles não se ajustam à realidade. Designadamente a freguesia da Labruja declara com “imprecisão” ser detentora de uma área de baldio superior à da

própria área da totalidade da freguesia (1673 ha de área total da freguesia e 2000 há de área declarada do baldio).

No que diz respeito à área do baldio, mais de 50% das freguesias inquiridas declararam que esta diminuiu nos últimos 25 anos, tendo sido elencados diferentes fatores responsáveis por esta diminuição. Que se devem, maioritariamente, há cedências para a expansão urbana, construção de fábricas, para efetuar melhoramentos nos acessos aos lugares da freguesia, para a construção de habitações, expropriações para a passagem da autoestrada, condutas para o gás natural, construção de campos de futebol e cedências para a instalação de empreendimentos de interesse coletivo. Estas cedências foram feitas a título gratuito na globalidade das freguesias, exceto nas freguesias do Rebordões Souto e Serdedelo que foram feitas a título oneroso. As cedências destas áreas foram realizadas sobre a forma de alienação (transmissão da propriedade), ressalvando as freguesias do Bárrio, Cabaços e Facha. Nas duas primeiras, Bárrio e Cabaços, foram efetuadas sobre cedências do direito de uso (transmissíveis de geração em geração), relativamente à freguesia da Facha e conforme consta no relatório, em anexo, inicialmente a Junta de Freguesia deu os terrenos às populações para estas construírem. Aqueles que o fizeram legalizaram os terrenos, os que não o fizeram tiveram de devolver os terrenos à Junta de Freguesia.

Esta redução da área baldia não foi de todo pacífica e deu origem a conflitos que se verificaram dentro da própria comunidade, nomeadamente nas freguesias de S. Pedro de Arcos, Cepões, Rendufe, Fojo Lobal e Calvelo. Estes conflitos gerados, dentro da comunidade, estão por vezes relacionados com a cedência de terrenos a pessoas consideradas não carenciadas, fora da comunidade e entrega de terrenos com áreas diferentes daquilo que normalmente é estipulado (500m<sup>2</sup>) por comparte.

Ainda neste contexto, as freguesias da Boalhosa, Cepões, Labruja, Rebordões Souto, Facha, Fojo Lobal e Cabaços, mencionaram que existem conflitos resultantes da reclamação de direitos individuais sobre a parte da unidade de baldio. Estas situações estão relacionadas com o fato de freguesias vizinhas reclamarem parte dos baldios, pois não entram em consenso entre os limites destes terrenos comunitários. Assim como a apropriação da área baldia pelas populações da comunidade, como por exemplo a mudança dos marcos e assim aumentar a área das suas parcelas. Contudo, esta apropriação verifica-se também ao nível de registos indevidos, das parcelas de baldios, por parte de algumas Entidades. Verificam-se também conflitos resultantes de usos

abusivos dos recursos do baldio, designadamente no que diz respeito ao depósito de lixos na floresta.

Algumas das freguesias inquiridas referiram terem sentido dificuldades, nos últimos 25 anos, na gestão da unidade de baldio ou na participação da população da comunidade nessa gestão. Na freguesia de Labrujó esta dificuldade de gestão está relacionada com a falta de participação da população e que muitas vezes não concordam as deliberações tomadas, nomeadamente no que diz respeito à florestação, em virtude de aludirem para o fato de esta comprometer a área de pastoreio para os animais. Estas dificuldades de gestão passam também pela falta de participação dos Serviços Florestais, pois não fazem qualquer intervenção silvícola e não permitem qualquer tipo de mediação no corte e na venda do material lenhoso. Algumas freguesias reclamam ainda a falta de participação do representante do Ministério da Agricultura e Pescas.

Das pessoas que foram inquiridas nestes inquéritos cerca de 86% são Presidentes das Juntas de freguesias e apenas 14%, são Presidentes dos Conselhos Diretivos, correspondentes às freguesias de Fojo Lobal, Vitorino de Piães, Fornelos e Facha.

A data de nascimento medeia entre os anos de 1924 e de 1965. As profissões são variadas desde reformados, passando por todos os setores de atividade.

#### **6.4. As entrevistas**

Com o intuito de melhor perceber quais os caminhos que, atualmente, estão a ser levados a cabo pelos gestores destes territórios comunitários e obter um maior conhecimento dos respetivos impactos nas comunidades rurais, realizamos visitas e posteriores entrevistas aos atores que diretamente interagem com os baldios. Neste sentido pretendíamos que os nossos entrevistados nos fornecessem informação que nos permitisse ter um conhecimento da sua perceção sobre o estado atual destes espaços. Nomeadamente, no que diz respeito à gestão socioeconómica e ambiental que tem vindo a ser realizada e os percursos que os baldios têm percorrido ao longo da história recente. Durante os meses de março, abril e maio de 2012, realizamos reuniões com os diferentes *stakeholders*, envolvidos de alguma maneira nesta temática, Presidentes das Juntas, Conselhos Diretivos e Associações.

O estudo de caso apresentado refere-se às entrevistas realizadas aos gestores dos terrenos baldios, das freguesias de Vitorino dos Piães, S. Pedro de Arcos, Serdedelo e Facha. O guião da entrevista encontra-se no anexo II. A seleção destas freguesias partiu das reuniões havidas com o secretário da ACEB, na pessoa do Sr.º Eugénio Vítor. Nestes encontros foram-nos facultadas informações muito importantes de enquadramento na temática dos baldios. Das entrevistas com alguns informante-chave, recolhidas as informações, estabelecemos contactos nomeadamente com as freguesias de Vitorino de Piães, S. Pedro de Arcos e Facha. Sr.º Eugénio Vítor Encetou, também, as principais motivações que levam as comunidades de compartes em tornarem-se sócios da ACEB.

Após esta análise aos resultados dos inquéritos realizados em 2000 no âmbito do projeto “FAIR6-CT-98-4111”, analisaremos seguidamente as entrevistas realizadas a cada unidade de baldio, atendendo ao guião da entrevista que consta no anexo III e que respeita a seguinte estrutura: a) Modelos de gestão, b) Área dos baldios, c) Recursos, d) Conflitos.

#### **6.4.1. São Pedro D’Arcos**

Em 1995 foi realizada a última reunião de compartes. Desde essa data a Junta de Freguesia assumiu a gestão dos baldios por delegação da Assembleia de Compartes.

A área de baldios compreende aproximadamente 487 ha. Desta área cerca de 7 há são geridos diretamente pela Junta de Freguesia. O solo é ocupado por vegetação espontânea, matos, acácias e outras infestantes. As populações já não utilizam os baldios. Deixaram de criar animais e como tal extinguiu-se o pastoreio. Uma área diminuta, que a Junta não sabe contabilizar, está inserida na Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro D’ Arcos.

Cerca de 480ha localizam-se em zona de perímetro florestal. A Junta de Freguesia tem uma parceria com a ex. Autoridade Florestal Nacional<sup>40</sup> (AFN), sob o modelo b, da já referida lei dos baldios nº39/76. Estabelece que a repartição dos rendimentos provenientes das vendas de madeira é de 60% para a Junta de Freguesia de S. Pedro D'Arcos e de 40% para o atual ICNF.

O secretário desta Junta manifestou o total descontentamento com a gestão que está a ser efetuada pela AFN/ ICNF pois, após a implementação do projeto florestal, ocorrida há cerca de 30 anos, esta entidade ausentou-se e nunca realizou trabalhos de manutenção da floresta, nomeadamente, limpezas do solo, desramações, entre outras. Devido a este abandono, a maior parte desta mancha florestal ficou totalmente destruída pelos incêndios, encontrando-se atualmente em muito mau estado, com madeira ardida e infestantes. Foi proposto à AFN/ICNF a remoção da madeira queimada e sua cedência às escolas da freguesia para combustível dos fogões de aquecimento durante o inverno. Porém esta entidade negou este pedido e até à presente data a madeira continua no chão a apodrecer.

A Junta de Freguesia diz ter um projeto para revitalizar esta área florestal. No entanto para que isso seja possível é necessário anular o contrato de cogestão com a AFN/ICNF para que a gestão do baldio passe exclusivamente para a Junta de Freguesia. Este diferendo ocorre há cerca de dois anos. “... *para que o projeto vá adiante é necessário que o Estado esteja de acordo e ceda os 40%, de que atualmente é detentor...*”cit Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Pedro D'Arcos.

A conflitualidade à volta destes espaços comunitários está relacionada com a apropriação abusiva pelas populações da área baldia, pois existe algum desconhecimento dos limites destes territórios com precisão.

---

40 Atualmente Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), *I. P. é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio*. Vide endereço: <http://www.icnf.pt/portal/icnf>, consultado em 09-12-12

O membro da Junta de Freguesia, deixou ficar patente a necessidade de promover uma gestão florestal sustentável. Uma floresta bem gerida é produtora de receitas, promove o emprego e contribui para a manutenção das comunidades. Pois, as receitas da floresta permitem melhorar as condições de vida das freguesias, dos lugares e das aldeias, como outrora havia acontecido, antes destes espaços terem sido fustigados pela praga dos fogos.

#### **6.4.2. Vitorino dos Piães**

Desde 1945 até 1976 os terrenos baldios foram geridos pela Junta de Freguesia. Foi após o 25 de abril, mais precisamente em 1977, que se constituiu a Assembleia de Compartes desta Freguesia. Atualmente esta Assembleia de Compartes reúne todos os meses, no segundo domingo de cada mês. Nestas reuniões as deliberações são tomadas por proposta e respetivas reflexões. Neste âmbito importa referir que o Presidente da Junta de Freguesia também acumula funções como Presidente do Conselho Diretivo.

A área de baldios é de 289 ha. Dessa área 51ha são geridos exclusivamente pelo Conselho Diretivo e utilizados por compartes pequenos agricultores. A cada comparte está consignada uma área de um hectare. *“Neste espaço, os agricultores pastoreiam os animais e às vezes tiram lenha, este terreno serve também para se candidatarem aos subsídios”*. Esta área faz parte do P1 e está cadastrada na Zona Agrária. Assim, os agricultores podem incluir este hectare na área total de suas explorações ao candidatarem-se aos subsídios agrícolas. Atualmente existem agricultores que ainda dependem dos baldios para a sua atividade pecuária de criação de animais mormente de pequenos ruminantes, pelo que estes territórios são importantes na fixação da população da freguesia.

A restante área, cerca de 238 ha, inscreve-se no perímetro florestal e está protocolada em cogestão com a AFN/ICNF, sob o modelo b, da já referida lei dos baldios nº39/76, onde o Conselho Diretivo detém 60% e a AFN/ICNF detém 40%, dos proventos das espécies arbóreas, incluindo material resultante dos desbastes, desramações e madeira resultante dos incêndios. A Junta está descontente com a gestão praticada pelos serviços do Estado tendo mencionado que, *“ o Estado vende ao preço que quer, normalmente as*

*licitações por eles praticadas representam valores inferiores ao valor real da madeira, pelo que o Conselho Diretivo não concorda. A administração do Estado não funciona".* Sugeriu que o Estado só se preocupou com o processo de florestação, esquecendo-se da manutenção que um espaço desses necessita para não ficar à mercê dos incêndios florestais e à proliferação das infestantes invasoras. Reiterou ainda que, face a esta má gestão, pode estar em causa a perda de uma regeneração de pinheiros mansos, inseridos no perímetro florestal, que por falta de cuidados de manutenção irão ser alvo de destruição por incêndios, num futuro que se adivinha próximo. ” *O maior inimigo dos baldios é o fogo*". Neste contexto, manifestaram interesse em anular o contrato que contraíram com a AFN/ICNF, tendo já colocado esta questão à atual Ministra da Agricultura.

Os baldios têm contribuído para o desenvolvimento da freguesia, as receitas têm revertido para efetuar obras de melhoria no Centro de Dia, Centro Educativo e caminhos de acesso aos lugares da freguesia.

Inseridos no perímetro do baldio encontram-se as edificações castrejas do Castro do Cresto e do Castro Alto das Valadas, este último, situado na serra da Nora ou Monte da Mó e classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público. Nesta serra da Nora existe muita pedra, todavia não se faz a sua exploração.

Os baldios desta freguesia são muito ricos em água, mas neste momento não se faz a exploração, nem o seu aproveitamento, esta corre livremente pela área baldia.

Nesta freguesia vigoram dois sistemas de gestão. Um de gestão própria pelo Conselho Diretivo, incidente sobre cerca de 20% da área total, adstrita à atividade pecuária e cujo revestimento do solo é constituído por mato lenha e pastagem natural. É de salientar que essa agregação à atividade pecuária não resulta da utilização direta desse espaço pelos agricultores mas, decorre sim da sua contabilização nas explorações agrícolas a fim de diminuir os rácios de encabeçamento animal e, como tal, fazer subir o valor dos subsídios agrícolas. No outro sistema vigora a cogestão com a AFN/ICN, incidente sobre os restantes 80% da área e em que a principal atividade é exploração florestal. Esta partilha parece gerar ineficácia da gestão, já que quer ao nível da comunicação quer ao nível dos objetivos o poder central raramente conjuga com o Conselho Diretivo. Não vimos focalizados outros patrimónios, tais como a água, a cinegética, o ambiente, o património genético, etc.

### 6.4.3. Serdedelo

Em 1998 a Assembleia de Compartes delegou competências à Junta de Freguesia para gerir a área de baldios. Essa área é de cerca de 126 ha. Destes, 30 ha correspondem à zona florestada em parceria com a AFN/ICNF. A Junta é detentora de 60% e o Estado 40%. Contudo, a Junta demonstrou descontentamento com esta cogestão, uma vez que nunca é chamada a intervir quer nas marcações dos lotes para abate, quer na formulação das licitações promovidas para venda desses lotes... *Eles dizem que abateram 500 pinheiros, mas nós não sabemos se são 500 ou 600....* Embora descontentes com essa parceria, pretendem continuar, pois... *temos consciência da dificuldade em romper com este contrato. Se fosse possível gostávamos de fazer nós próprios a gestão da floresta.* Os rendimentos resultantes da floresta são essencialmente aplicadas na rede viária da freguesia.

A restante área baldia, 96 ha, é gerida exclusivamente pela Junta e utilizada pelos pastores da freguesia, para pastorear os seus rebanhos. Esta área é concedida aos pastores conforme o número de animais que constituem o seu efetivo pecuário. Isto significa que os pastores com rebanhos maiores usufruem de uma área maior. Está georreferenciada e é contabilizada nas áreas das explorações dos agricultores para fins de obtenção de subsídios de apoio à agricultura. Atualmente de entre os trinta pastores que utilizam essas pastagens, dois detêm 200 cabeças de pequenos ruminantes cada um. Produzem artesanalmente queijo, cuja comercialização é feita porta a porta mas, pretendem formalizar uma marca própria.

Referiu que estas áreas são muito importantes para a população, pois representam a sua única forma de rendimento, já que sobrevivem exclusivamente da pastorícia. *Estes espaços baldios contribuem para a fixação das populações... tudo pode morrer se, os filhos que são novos, não tomarem conta disto.* Aludiu ainda à necessidade da renovação dos atores para manutenção da pastorícia. Constituíram-se sócios da ACEB passando a beneficiar de formação profissional com o objetivo de melhorar as competências das populações, beneficiando-as ainda pelo complemento financeiro decorrente das bolsas de formação. A ACEB para além deste grande contributo, e não menos importante, contribuiu com a elaboração dos projetos de regadio e de construção de dois caminhos públicos.



Neste território está instalada uma associação de caça e está projetada a instalação de doze torres eólicas para a produção de energia estando o respetivo projeto a aguardar financiamento

Os incêndios que têm ocorrido têm sido de pequena dimensão e por isso fáceis de controlar.

Constatamos que, mais uma vez também aqui, se diferenciam dois modelos de gestão correspondentes respetivamente a dois tipos de atividades. À atividade florestal corresponde a cogestão, nos mesmos moldes já descritos nos outros casos e exatamente com as mesmas vicissitudes. À atividade pecuária corresponde a gestão direta e exclusiva da Junta de Freguesia, que neste caso em concreto ocupa a maior parte da área total do baldio. Parece-nos por isso ter-lhe sido reservado um papel mais relevante e efetivo no rendimento e na forma de vida da população. É interessante verificar que, embora o caráter artesanal, aqui se produz queijo em duas unidades de produção e se reconhece a importância da certificação através de uma marca. Certamente a formação profissional estará produzindo mudanças de comportamento aportando outros benefícios que passam muito para além dos formandos. Sublinhamos os projetos de regadios e de energia eólica.

#### **6.4.4. Facha**

A Junta da freguesia é a entidade gestora destes territórios, competências delegadas pela Assembleia de Compartes. A periodicidade das reuniões, da Assembleia de Compartes, é de uma por ano, anunciada no Edital da freguesia, nesta reunião, para além, de outros assuntos são apreciados e votados, o relatório de contas, o plano de atividades, e a cedência dos baldios.

A área de baldio ronda os 800 ha. Destes 135 ha são geridos exclusivamente pela Junta de Freguesia. Os cerca de 665 ha restantes, são geridos desde 1976 em sistema de cogestão com a AFN, atualmente ICNF. Esta área corresponde à área florestada e a partilha é distribuída em 60% para a Junta de freguesia e 40% para o ICNF.

Os 135 ha constituem a área com potencial agrícola. O Monte do Castelo com 15 ha e o baldio da Mó com 120 ha comportam as pastagens permanentes destinadas ao pastoreio e utilizadas pelos compartes. São 50 os utilizadores destes espaços, onde pastoreiam os

animais (vacas, ovelhas, cabras) e fazem recolha de matos e lenha. A cada comparte é disponibilizada uma determinada área, de acordo com o seu efetivo pecuário, que varia de 1 ha até 7 ha. Porém a maioria dos compartes não utiliza estes baldios diariamente. O seu verdadeiro interesse é atribuir esta área ao conjunto da área total das suas explorações para fins de candidatura aos subsídios agrícolas. Esta área está georreferenciada na Zona Agrária, uma vez que faz parte do P1, identificação parcelar, que corresponde à área utilizada por cada comparte. Destes 50 usuários unicamente dois vivem exclusivamente da agricultura. Os restantes ora são reformados ou com pequenas atividades pelo que estes terrenos representam um complemento aos parques rendimentos de todos eles. Em tempos, uma pequena parte desta área foi cedida para construção urbana destinada às pessoas mais necessitadas da freguesia.

Relativamente à área de cogestão foi manifestado o descontentamento da Junta de Freguesia com o parceiro ICNF, por este não ter aportado à parceria até à presente data, conforme sua obrigação contratual, ações de gestão, nomeadamente reinvestimentos em repovoamento das áreas ardidas, manutenção de caminhos e aceiros, desramações, etc. O projeto de reflorestação foi estabelecido há cerca de 30 anos. Desde então, praticamente não houve reinvestimento nestes baldios. Há cerca de 3 anos que não se vendem madeiras. O único investimento que se efetuou foi o melhoramento dos acessos, onde os compartes contribuíram com o combustível e a ex. AFN cedeu as máquinas. No entanto, estes acessos estão novamente em mau estado por falta de manutenção, o que dificulta a circulação. Do corte de madeira, de 2005, no Monte do Castelo, reverteram em 30000 €. Este valor foi aplicado na compra de um prédio urbano com terreno, num trator agrícola, em caminhos, fontanários, recintos de lazer e outros melhoramentos básicos.

As áreas antigamente intervencionadas são atualmente regeneradas de forma espontânea sem qualquer critério de ordenamento. Urgem de um cuidado especial. Por essa razão a Junta de Freguesia reivindicou para a Assembleia de Compartes a tutela da gestão dessas áreas. A Junta de Freguesia tem esperado pacientemente por uma resposta, sem que até hoje a tenha obtido.

Por deliberação da Assembleia de Compartes e à revelia da entidade gestora, os baldios da freguesia estão integrados na Associação de Caça e Pesca do Monte da Nó, Seara, Vitorino das Donas, Correlhã, Feitosa e Facha. Contudo a Junta de Freguesia

comunicou ao Ministério Público a nulidade dessa deliberação alegando falta de requisitos legais. Segundo esta, essa integração não trouxe nenhum benefício aos compartes, pois não estão estabelecidas qualquer tipo de contrapartidas. A Junta de Freguesia, na qualidade de entidade gestora, propôs reapreciação desta deliberação, pois pretende a cessação desse contrato.

Existe ainda um protocolo entre a entidade gestora do baldio e a Associação de Bicicleta Todo o Terreno (BTT). Estabelece a autorização da utilização para fins desportivos e de lazer por parte dessa associação que em contrapartida terá de anualmente proceder à plantação de 100 árvores.

Ao nível de projetos, o Presidente da Junta, referiu que uma parte desta área pretende-se que venha a integrar as ZIF.

Sintetizando, verifica-se a inequívoca importância dessas áreas para a atividade social e económica das populações. Por um lado fomentam as relações entre os pares dessas comunidades. Articulam-se nas várias associações, nos protocolos e nos modelos organizacionais necessários à realização dos eventos pelos quais cada um pugna e pelos pontos em comum que essa comunidade gera. Por outro lado os proventos gerados a nível das famílias e mormente os comunitários representam forte impulso à coesão social dessas comunidades. Criam ainda relações de partilha de responsabilidade e interesses com outros níveis da administração que reforçam o sentido de pertença, de participação cívica e de cidadania. É no entanto nas relações com os níveis superiores da administração que, não raramente, se localizam os focos de conflitualidade.

Seguidamente apresentamos o quadro 32 de síntese dos casos de estudo.

Quadro 32 Quadro síntese dos casos de estudo

Freguesias	Itens	Modelos de gestão	Áreas de baldios	Recursos/posse	Conflitualidade
S. Pedro D’Arcos	Exclusiva Cogestão	7 ha 480 ha	Água Cinegética 60% vendas de madeira	Confrontações/Limites Insatisfação com a cogestão	
Vitorino dos Piães	Exclusiva Cogestão	51 ha 238 ha	Água Cinegética Pasto Mato Lenha 60% vendas de madeira 60% vendas de pinhão Edificações Castrejas	Insatisfação com a cogestão	
Serdedelo	Exclusiva Cogestão	96 ha 30 ha	Água Cinegética Pasto Mato Lenha 60% venda de madeira	Insatisfação com a cogestão	
Facha	Exclusiva Cogestão	135 ha 665 ha	Água Cinegética Pasto Mato Lenha 60% vendas de madeira	Teor do protocolo com Associação de Caça. Insatisfação com a cogestão	

Do quadro 32 concluímos que:

- Todos os casos de estudo repetem as formas de gestão.
- Todos manifestam insatisfação com a cogestão.
- Todos têm o mesmo índice de repartição das vendas.
- Todos têm disponibilidade de água e cinegética.

## 7. Considerações finais

Os terrenos baldios constituíram espaços fundamentais ao longo dos tempos.

Da resenha histórica que fizemos dos baldios, desde o século XV até ao século XXI, reconhecemos que estes territórios sofreram ao longo dos tempos grandes transformações, na sua estrutura, jurisdição, gestão, posse e uso. Estes territórios revelaram-se, importantes na vida das populações, principalmente daquelas que estando ligados à agricultura dependiam dos baldios para sobreviver quase exclusivamente. Porém, as funções dos baldios foram-se alterando ao longo das últimas décadas, passando de áreas de pasto, mato e lenha para áreas florestadas por intervenção do Estado. Essa florestação teve grandes repercussões na vida dos povos, principalmente das populações que habitavam as zonas da montanha e que viram alteradas as atividades aí praticadas, desde tempos imemoriais, especialmente as agro-pastoris.

Juntaram-se a este outros grandes marcos históricos, sociais e políticos na demanda dos baldios. Salientamos o ocorrido após o 25 de Abril de 1974, pelo qual se reconheceu a propriedade comunitária dessas áreas. A Lei dos Baldios, Lei nº39/76, faz parte da história mais recente e tem como pressupostos a devolução destes terrenos comunitários aos povos fazendo jus à posse, uso, fruição e administração dos baldios. Constituíram-se por todo o país as Assembleias de Compartes e elegeram-se os Conselhos Diretivos. Contudo, a impreparação cívica, a falta de competências e o absentismo provocaram a fraca adesão das populações aos atos de constituição e funcionamento das Assembleias de Compartes. Em conformidade com a lei o suprimento dessas dificuldades foi conseguido, na maioria dos casos, por delegação de funções nas Juntas de Freguesia. Essa delegação sublimou o mal-estar sentido pelas autarquias que viam o seu poder a coabitar com esse outro que estava a ser criado para a gestão dos baldios.

Do estudo, foi-nos dado interpretar duas formas diferentes de uso destes espaços, nos quais a raiz do direito de propriedade se dissocia do direito de uso. Assim, a propriedade é sempre comunitária mas, o uso pode ser exercido de duas formas distintas:

- Ora o uso é exercido diretamente pelo beneficiário, sendo os proveitos colhidos diretamente por si em géneros (mato, lenha, pasto, etc.) e a repartição dos deveres e direitos é feita por um sistema de partes.

- Ora o uso é exercido de forma diferida, sendo os proveitos obtidos por contrapartidas.

Os rendimentos são comuns e aplicados em equipamentos públicos para a comunidade

(redes viárias, fontanários, etc.). A repartição é centralizada, como tal automática e indiferenciada.

O primeiro modelo representa a forma mais antiga de funcionamento destas áreas. Normalmente com forte vocação para a produção pecuária, depende de comunidades com atividade em agricultura extensiva e faz depender a viabilidade e êxito dessa atividade do uso racional dos recursos. Como tal, não comporta populações muito numerosas pelo que se estabelecem de forma proporcional a essa condição de racionalidade no uso dos recursos. A renovação e manutenção desses recursos faz-se de forma natural e espontânea. A regulação entre os compartos ocorre com base nos usos e costumes e é aplicada pelos seus representantes democraticamente constituídos. A atividade pesa diretamente nos rendimentos das famílias que por vezes são complementados com pequenas produções artesanais de produtos alimentares ou utensílios.

O segundo modelo representa a forma mais recente e frequente de funcionamento dessas áreas. Dedicadas exclusivamente à atividade florestal quase sempre, nos seus povoamentos estão representadas grandes manchas de resinosas e eucaliptal. Raramente se encontram folhosas mesmo quando o seu uso é recomendável para criar descontinuidades promovendo a prevenção na propagação de incêndios. Assim, assumem um caráter intensivo de exploração da terra, centrado exclusivamente na exploração das suas espécies, em regime de monocultura comprometendo a diversidade. A escolha do tipo de povoamento depende muito mais das solicitações do mercado do que de uma ponderação global. A gestão é partilhada com a administração central. As populações nunca decidem diretamente nas decisões da gestão, pois na cogestão destas áreas é reservado aos seus representantes um papel de parceiro formal. Arredados do controle e das tomadas de decisão, resta-lhes o estatuto passivo de recebedores de máquinas, situação que lhes desagrada, motivadora de conflitualidade e de desmotivação. Assistem: ao abandono quer por falta de limpezas quer por falta de repovoamentos; ao mal cuidar quer por falta de cuidados culturais quer por falta de manutenção de caminhos, aceiros, pontos de água; à proliferação de incêndios por falta de correto ordenamento, falta de regras desincentivadoras da intermediação no mercado de madeira ardida; ao desperdício por abandono dos lotes ardidos votados à putrefação; ao desperdício de verbas afetadas ao combate, despendidas quase sempre mais no colmatar dos efeitos do que nas causas; à impunidade dos infratores; ao perigo para as

populações e bens e ao sentimento de impotência que a distância do poder central lhes transmite.

Da comparação dos dois modelos podemos cruzar as forças e fraquezas que cada um deles encerra. Assim, parece-nos que o primeiro modelo cria condições que, embora de forma exígua, permitem fixar populações, contrariar a desertificação, contrariar o êxodo e respetivos constrangimentos que esses fluxos originam nos grandes centros. Por outro lado essas comunidades, pela sua natureza, tornam-se repositórios de boas práticas agrícolas, de conservação da natureza e do património genético vegetal e animal. É nestas comunidades agrárias que as raças autóctones apresentam maior expressão pecuária. O desenvolvimento destas comunidades carece de gestão profissional para que desenvolvam outras competências que lhes permita de forma sustentável aumentar os rendimentos tirando proveito de outras potencialidades, tais como: turismo; cinegética; energias renováveis; e certificação de produtos. Para tal serão fundamentais apoios em meios que promovam a capacidade de planeamento controlo e execução.

No segundo modelo encontramos a presença de capacidades de gestão, técnica e de escala. No entanto, raramente essas capacidades estão à disposição das comunidades a que estão adstritas, pois ao reportarem a centros de decisão, com maiores e mais complexos universos de problemas, hierarquizam as questões dessas comunidades, sempre ou quase sempre, no último lugar da lista, o que explica o descontentamento e desejo de se libertarem desta dependência.

Parece-nos necessário proceder á harmonização dos dois modelos, tornando-os num sistema integrado. Nas soluções que vierem a ser encontradas, será sempre fundamental incluir as populações, atender aos seus anseios e á dotação dos meios necessários.

## 8. Bibliografia

Abel, Marília.(s/d) *Os Baldios Portugueses em Período de Transição (1820-1910)*  
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6459.pdf>.

Agroconsultores e Geometral (1995) *Carta dos Solos e Carta da Aptidão da Terra de Entre Douro e Minho*. Direção Regional de Agricultura entre Douro e Minho – DRAEDM. Lisboa, 151pp.

Alonso et al. (2008). *As Condições Naturais e o Território de Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima*. Terra Rica da Humanidade.

Atlas Digital do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente,  
<http://www.apambiente.pt>.consultado em 31/10/2012.

Baptista, Fernando Oliveira (1975). *Portugal 1975 - Os campos*. Porto: Afrontamento.

Baptista, Fernando Oliveira (1993). *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento.

Baptista, Fernando Oliveira (1994). “A agricultura e a questão da terra — do Estado Novo à Comunidade Europeia”. *Análise Social*, vol.. XXIX (128), (4.º), 907-921.

Baptista, Fernando Oliveira (2001). *Agriculturas e territórios*. Oeiras, 191pp: Celta Editora.

Baptista, Fernando Oliveira (2006). “ 30 anos de Gestão Democrática dos Baldios Obra de Abril com Futuro”, in *Atas da 5ª Conferência dos Baldios*. Realizada em Viseu a 23 de abril, Porto: 2008. Edição Confederação Nacional de Agricultura.

Baptista, Fernando Oliveira et al (2006). *O Rural*, “Conversas entre a Ciência e a Sociedade”. site disponível em: [http://www.filmeametro.com/movimento/novembro\\_2006\\_web.pdf](http://www.filmeametro.com/movimento/novembro_2006_web.pdf) consultado em 20-05-2012.

Baptista, Fernando Oliveira (2010). *O Espaço Rural - Declínio da Agricultura*. Lisboa: Celta.

Baptista, Fernando Oliveira (2011). In *Atas do 1º Congresso Europeu das Áreas Comunitárias*. Realizada em Vila Real a 23 e 24 de setembro, Vila Real: 2011. Federação das Associações Agroflorestais Transmontanas.



Barros, Afonso (1990). A Sociologia Rural Perante a Problemática do Espaço. In *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº8:43-53. Site disponível em: <http://sociologiapp.iscte.pt/fichaartigo.jsp?pkid=350> consultado em 31-10-1012.

Bica, António (2003). “O Regime Jurídico dos Baldios”. In *Revista “ Voz da Terra”*.

Bica, António (2006). “ 30 anos de Gestão Democrática dos Baldios Obra de Abril com Futuro”, in *Atas da 5ª Conferência dos Baldios*. Realizada em Viseu a 23 de abril, Porto: 2008. Edição Confederação Nacional de Agricultura.

Bica, António (2010). *Baldios Quadro Histórico e Legal*. Viseu: Empresa Jornalística da Gazeta da Beira Revista.

Bica, António (2011). In *Atas do 1ª Congresso Europeu das Áreas Comunitárias*. Realizada em Vila Real a 23 e 24 de setembro, Vila Real: 2011. Federação das Associações Agroflorestais Transmontanas.

Caetano, M., A. Araújo, V. Nunes e H. Carrão (2008). *Portugal CORINE Land Cover 2006 - Accuracy assessment of the High Resolution Built-up map for Continental Portugal*, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.

Carvalho, Armando (2011). In *Atas do 1ª Congresso Europeu das Áreas Comunitárias*. Realizada em Vila Real a 23 e 24 de setembro, Vila Real: 2011. Federação das Associações Agroflorestais Transmontanas.

Carmo, Renato (2009). *A Construção Sociológica do Espaço Rural da Oposição à Apropriação*. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21:252- 280.

Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários (2011). *Transformar os Territórios Comunitários em Terras de Oportunidade Preservando as Tradições – Inovando*. Comissão Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários.

Conflicts as enhancers or barriers to the management of privately owned common land: A method to analyze the role of conflicts on a regional basis Gómez-Vázquez I. a, Álvarez-Álvarez P. b, Marey-Pérez M.F. a, a, Department of Agroforestry Engineering, University of

Coutinho et al (2002). *O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal*. In Revista Portuguesa de Educação: 221-243. Universidade do Minho.

Devy Vareta, Nicole (2003). *O Regime Florestal em Portugal através do século XX (1903-2003)*. In Revista da Faculdade de Letras - Geografia, Porto, série I, 19: 447-455.

Estevão, João Antunes (1996). *O Caso das Confrarias do Subsino*. In *Revista de Guimarães*, nº106: 95-158.

Gomes, Paulo Fernando (2009). *Posse, Gestão e Uso de Recursos em Regime de Propriedade Comum – Os Baldios do Norte de Portugal*, Tese de Doutoramento – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

121

*de Cartografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Realizado no Porto em 12 de novembro, Universidade do Porto.

Gralheiro, Jaime (1990). *Comentário À (s) Lei (s) Dos Baldios*. Coimbra: Livraria Almedina

Hardin, Garrett (1968). *The Tragedy of the Commons*. In *Science*, nº 16:1244  
[http://links.jstor.org/sici?sici=0036-](http://links.jstor.org/sici?sici=0036-8075%2819681213%293%3A162%3A3859%3C1243%3ATTOTC%3E2.0.CO%3B2-N)

8075%2819681213%293%3A162%3A3859%3C1243%3ATTOTC%3E2.0.CO%3B2-N  
consultado em: 01-08-2012

Oliveira, Isménio (2011). In *Atas do 1ª Congresso Europeu das Áreas Comunitárias*. Realizada em Vila Real a 23 e 24 de setembro, Vila Real: 2011. Federação das Associações Agroflorestais Transmontanas.

Livro 2 Tit.15: Dos que impetram Provisões de Roma contra as graças concedidas a El Rei, ou à Rainha (Conc.)

Livro 2 Tit.16: Que os Clérigos e Ordens, e pessoas Eclesiásticas não possam haver bens nos Reguengos.

Livro 2 Tit.17: Em que Reguengos os Fidalgos e Cavaleiros não podem haver bens. Disponível no site: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l2p434.htm> consultado em 8-08-2012

Paiva, Vasco (2006). “ 30 anos de Gestão Democrática dos Baldios Obra de Abril com Futuro”, in *Atas da 5ª Conferência dos Baldios*. Realizada em Viseu a 23 de abril, Porto: 2008. Edição Confederação Nacional de Agricultura.

Pereira, Henrique et al (2009). *Uma Avaliação dos Serviços de Ecossistemas em Portugal*. Ecossistema. indd 687. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Instituto Superior Técnico e Instituto Politécnico de Bragança.

Lopes, Ana Muller (2011). *Transformações na Paisagem Rural do Norte de Portugal*. Dissertação para a obtenção de Mestre em Arquitetura Paisagista apresentada ao Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível no site: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4132/1/Dissertacao.pdf>

Lopes, José (2007). Gestão dos Terrenos Comunitários do Noroeste da Península Ibérica: Muito Estado e Pouca Participação. In *Atas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, Faro, Universidade do Algarve. Disponível no site: [http://www.sper.pt/IIICER/Comunicacoes/JLopes\\_com.pdf](http://www.sper.pt/IIICER/Comunicacoes/JLopes_com.pdf)

Marques, Marco André (2011). *Cooperação na gestão florestal – O Caso das Zonas de Intervenção Florestal*. Tese de Mestrado – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Monteiro, Loreto (2011). In *Atas do 1ª Congresso Europeu das Áreas Comunitárias*. Realizada em Vila Real a 23 e 24 de setembro, Vila Real: 2011. Federação das Associações Agroflorestais Transmontanas.

Nova Enciclopédia Larousse (1994). Nº22 do Círculo de Leitores

Ostrom, Elinor (1990). *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*, Indiana University, University Press, Cambridge.

Ostrom, Elinor (2005). *Understanding Institutional Diversity*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey. Disponível no site: <http://press.princeton.edu/chapters/s8085.pdf>, consultado em 28-08-2012

Pina, Maria Helena (1989). “ O Espaço Agrário de Ponte de Lima”. In *Revista da Faculdade de Letras – Geografia 1ª série*, vol. VI, Porto: 65-148. Disponível no site: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1571.pdf> Consultado em 18-08-2012.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho (2006). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 2008-201*, Caderno II – Informação de Base. Disponível no site: <http://www.pontedelima.net/site/freguesias.html>, consultado em 17-08-2012.

Radich, Maria Carlos e Baptista, Fernando Oliveira (2005). *Floresta e Sociedade – Um Percorso (1875 - 2005)*. Silva Lusitana 13 (2):143 - 157, © EF Lisboa.

Ribeiro, Aquilino (1958). *Quando os Lobos Uivam*. Lisboa: Bertrand.

Rodrigues, Manuel (1987). *Os Baldios*. Lisboa: Editorial Caminho.

Rodrigues, Manuel (2006). “ 30 anos de Gestão Democrática dos Baldios Obra de Abril com Futuro”, in *Atas da 5ª Conferência dos Baldios*. Realizada em Viseu a 23 de abril, Porto: 2008. Edição Confederação Nacional de Agricultura.

Rodrigues, Manuel (2011). In *Atas do 1ª Congresso Europeu das Áreas Comunitárias*. Realizada em Vila Real a 23 e 24 de setembro, Vila Real: 2011. Federação das Associações Agroflorestais Transmontanas.

Silva, Manuel Carlos (1998). *Resistir e Adaptar-se*. “Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal”. Porto: Edições Afrontamento.

Silva, Manuel Carlos e Cardoso, António (2005). In *Desenvolvimento e Assimetrias Socio-Espaciais- Perspetivas Teóricas e Estudos de Caso*. Braga, Universidade do Minho.

Silva, Manuel Carlos e Cardoso, António (2009). In *Minho Traços de Identidade. O Rural – Urbano na Região Minhota. (Des) Continuidades, assimetrias e dependências*. Braga, Universidade do Minho.

Silva, Miguel Perdigão (2011). *Práticas Sustentáveis no Espaço Rural*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagística – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Silvano, Filomena (2010). *Antropologia do Espaço*. ©Assírio & Alvim. Lisboa: Edições 1424

Dados Estatísticos

INE, Edição 2011. *Censos 2011*, Lisboa

INE, Edição 2011. *Estatísticas Agrícolas 2010*, Lisboa

INE, Edição 2012. *Estatísticas Agrícolas 2011*, Lisboa

INE, Edição 2012. *Estatísticas Demográficas 2010*, Lisboa

INE, Explorações agrícolas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2001) e Natureza Jurídica; Decenal disponível em <http://www.ine.pt>

INE, Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2001) e Natureza jurídica; Decenal disponível em <http://www.ine.pt>

## Legislação

Decreto – Lei nº 15/2009 de 14 de janeiro – alteração ao Decreto- Lei nº 127/2005 de 5 de agosto. Portaria nº 1490/2008 de 15 de dezembro. Criação de uma Zona de Intervenção Florestal – ZIF, no Concelho de Ponte de Lima.

Decreto- Lei nº 127/2005 de 5 de agosto – Estabelece o regime de criação de zonas de intervenção florestal – ZIF.

Decreto- Lei nº 40/76 de 19 de janeiro - Declara anuláveis a todo o tempo os atos ou negócios jurídicos que tenham como objeto a apropriação de baldios ou parcelas de baldios por particulares, bem como todas as subsequentes transmissões

Decreto Regulamentar nº 19/2000 – Criação da Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro D' Arcos.

Lei nº 33/96 de 17 de agosto – Lei da Bases da Política Florestal.

Lei nº 68/93 de 4 de setembro – Lei dos Baldios

Lei nº 89/97 de 30 de julho – Altera a Lei dos Baldios

## **Anexos**

## Anexo I - Arborização dos Baldios



Fonte: Vide in endereço <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/105.pdf>  
Arborização dos Baldios (Fonte Vieira, 2007)

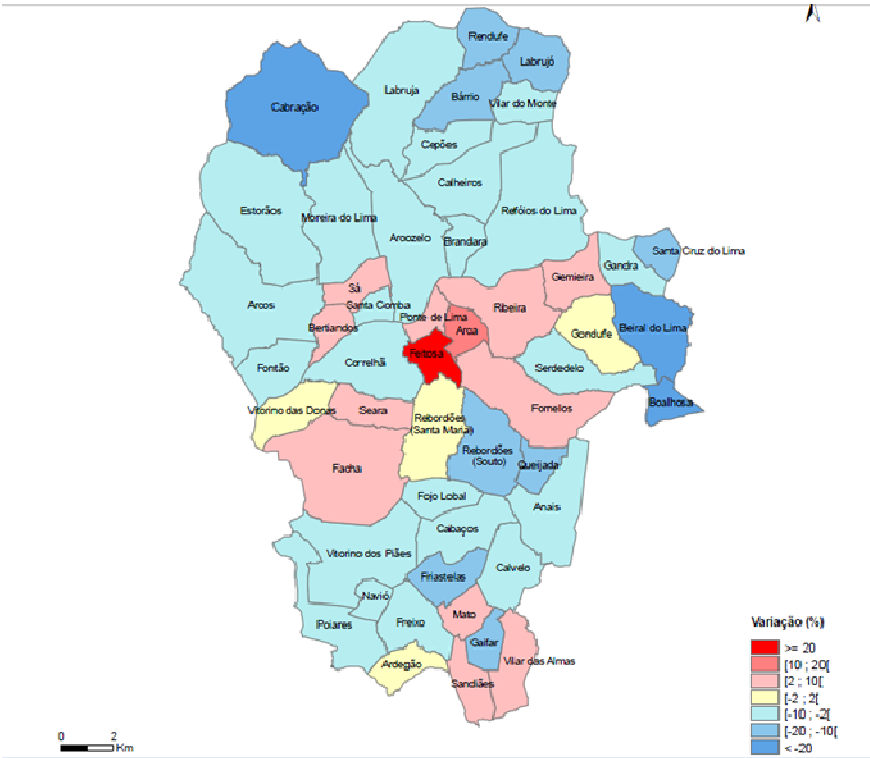


## Anexo II - População residente no Concelho de Ponte de Lima

Zona Geográfica	População residente			População presente		
	HM	H	M	HM	H	M
Minho-Lima	244836	114352	130484	236473	109173	127300
Ponte de Lima	43498	20504	22994	41874	19386	22488
Anais	1073	503	570	983	451	532
Arca	885	428	457	829	397	432
Arcos	640	282	358	630	274	356
Arcozelo	3734	1788	1946	3582	1706	1876
Ardegão	233	117	116	220	106	114
Bárrio	359	182	177	354	181	173
Beiral do Lima	558	260	298	552	256	296
Bertiandos	414	190	224	403	182	221
Boalhosa	163	71	92	166	71	95
Brandara	442	211	231	428	201	227
Cabaços	671	303	368	648	286	362
Cabração	118	51	67	116	51	65
Calheiros	991	462	529	930	420	510
Calvelo	685	325	360	643	301	342
Cepões	562	263	299	528	240	288
Correlhã	2936	1405	1531	2790	1314	1476
Estorãos	464	224	240	450	214	236
Facha	1529	718	811	1495	690	805
Feitosa	1363	677	686	1314	640	674
Fojo Lobal	280	137	143	250	111	139
Fontão	1101	524	577	1079	510	569
Fornelos	1638	766	872	1566	717	849
Freixo	1209	560	649	1154	520	634
Friastelas	450	209	241	441	202	239
Gaifar	266	118	148	260	115	145
Gandra	1108	518	590	1087	506	581
Gemieira	598	278	320	545	253	292
Gondufe	450	211	239	440	203	237
Labruja	439	206	233	432	203	229
Labrujó	127	64	63	124	60	64
Mato	312	154	158	305	149	156
Moreira do Lima	869	416	453	834	392	442
Navió	231	118	113	224	113	111
Poiares	775	365	410	704	317	387
Ponte de Lima	2871	1294	1577	2897	1283	1614
Queijada	274	131	143	267	125	142

Refoios do Lima	2169	1006	1163	2190	993	1197
Rendufe	184	86	98	173	80	93
Ribeira	1902	888	1014	1836	852	984
Sá	423	193	230	413	190	223
Sandiães	435	211	224	418	199	219
Santa Comba	658	319	339	610	288	322
Santa Cruz do Lima	480	219	261	457	208	249
Rebordões (Santa Maria)	1056	513	543	976	452	524
Seara	714	349	365	695	332	363
Serdedelo	464	215	249	446	201	245
Rebordões (Souto)	1127	552	575	1090	521	569
Vilar das Almas	374	173	201	367	171	196
Vilar do Monte	106	50	56	103	49	54
Vitorino das Donas	1051	493	558	994	447	547
Vitorino dos Piães	1537	708	829	1436	643	793

Anexo III - Variação da população residente por freguesia, 2001 – 2011



Fonte: Censos, 2011 (INE)

## Anexo IV - Modelo de Inquérito

INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA ♦ DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÁRIA E SOCIOLOGIA RURAL

### INQUÉRITO ÀS UNIDADES DE BALDIO

Projecto FAIR 6-CT 98-4111

Inquiridor \_\_\_\_\_

código da unidade de baldio \_\_\_\_\_

data \_\_\_\_\_

#### administração da unidade de baldio

**1** Qual a intervenção dos Serviços Florestais na administração (gestão) da Unidade de Baldio?

- ☐ Os Serviços Florestais não intervêm (não responde aos quesitos 4 e 5)
- ☐ Os Serviços Florestais intervêm em associação com a entidade administrante (não responde aos quesitos 4 e 5)
- ☐ Os Serviços Florestais asseguram a administração sem intervenção de nenhuma outra entidade (não responde ao quesito 2)

**2** Quem é a entidade administrante da Unidade de Baldio?

- ☐ Conselho Directivo. Ano de eleição do Conselho Directivo em exercício: \_\_\_\_\_
- ☐ Junta de Freguesia, por delegação da Assembleia de Compartes
- ☐ Junta de Freguesia, por delegação do Conselho Directivo
- ☐ Câmara Municipal, por delegação do Conselho Directivo ou Assembleia de Compartes
- ☐ Mesa da Assembleia de Compartes
- ☐ Assembleia de Compartes
- ☐ Compartes (situação carecendo clarificação)
- ☐ Junta de Freguesia desde data anterior a 1976, não tendo sido constituída Assembleia de Compartes
- ☐ Junta de Freguesia por impossibilidade do Conselho Directivo ou por não se terem voltado a realizar eleições para este órgão
- ☐ Câmara Municipal desde data anterior a 1976, não tendo sido constituída Assembleia de Compartes
- ☐ Parque Nacional da Peneda-Gerês
- ☐ Outra entidade por delegação dos compartes

Especifique: \_\_\_\_\_

☐ Outra entidade noutra situação. Especifique: \_\_\_\_\_

**3** Nos casos em que os poderes de administração estejam delegados, em que ano ocorreu a delegação?

Ano de \_\_\_\_\_

**4** Por que motivo os Serviços Florestais exercem sozinho a administração da Unidade de Baldio?

- ☐ Porque existe conflito entre os compartes (de diferentes comunidades) quanto à delimitação da Unidade de Baldio
- ☐ Porque existe conflito entre os compartes quanto à definição da entidade administrante
- ☐ Porque existe conflito resultante da existência de dois Conselhos Directivos eleitos por dois grupos diferentes de compartes
- ☐ Porque existe conflito resultante da existência de Conselho Directivo mas também de uma delegação da gestão na Junta de Freguesia feita por uma parte da Assembleia de Compartes
- ☐ Porque a Unidade de Baldio nunca foi reclamada pelas populações
- ☐ Porque os compartes delegaram nos Serviços Florestais a administração da Unidade do Baldio
- ☐ Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

**5** Presentemente existe(m) processo(s) em tribunal relativo(s) aos conflitos indicados na questão anterior?

☐ Sim ☐ Não

**6** No caso de actualmente não existir Conselho Directivo em exercício, alguma vez existiu este órgão de gestão?

☐ Sim. Ano da mais recente eleição para esse órgão: \_\_\_\_\_

☐ Não

**7** Em que anos reuniu pela primeira vez e mais recentemente a Assembleia de Compartes?

Primeira reunião: \_\_\_\_\_

Reunião mais recente: \_\_\_\_\_

☐ A Assembleia de Compartes nunca reuniu

#### utilização e ocupação do solo da unidade de baldio

**8** Existem áreas florestais na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 9)

**8a** Quais as espécies presentes nessas áreas florestais existentes na Unidade de Baldio?

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Castanheiro     | <input type="checkbox"/> Pinheiro bravo     |
| <input type="checkbox"/> Carvalho        | <input type="checkbox"/> Pinheiro silvestre |
| <input type="checkbox"/> Azinheira       | <input type="checkbox"/> Outros pinheiros   |
| <input type="checkbox"/> Sobreiro        | <input type="checkbox"/> Pseudotsuga        |
| <input type="checkbox"/> Eucalipto       | <input type="checkbox"/> Outras resinosas   |
| <input type="checkbox"/> Outras folhosas |   |



**9** Nos últimos 25 anos houve receitas provenientes de arrendamento de terras para a produção florestal (celuloses ou outras)?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 10)

**9a** Os pagamentos correspondentes a esses arrendamentos foram (ou são):

- ☐ Anuais e o seu valor independente da produção de cada corte  
☐ Feitos no momento dos cortes e o seu valor dependente da produção do corte  
☐ Feitos no momento dos cortes e o seu valor pago independente da produção do corte  
☐ Outra forma de pagamento. Especifique: \_\_\_\_\_

**10** Actualmente existem terras arrendadas para a produção florestal (celuloses ou outras)?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 11)

**10a** Qual a área total abrangida por esse(s) contrato(s)?

\_\_\_\_\_ ha

**11** Nos últimos 25 anos houve receitas provenientes de venda material lenhoso fora do âmbito dos arrendamentos referidos anteriormente?

☐ Sim ☐ Não

**12** A actividade de resinagem é praticada na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não

**13** Existem colmeias na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não

**18** Relativamente ao pastoreio praticado na Unidade de Baldio, quantos rebanhos e quantos animais pastam na Unidade de Baldio? Durante quantos meses decorre esse pastoreio?

gado de elementos da comunidade		
número de rebanhos	individuais	
	colectivos	
número de cabeças	ovino	
	caprino	
	bovino	
	outro	
n.º de meses em que o gado pasta no baldio		

**19** No caso de existirem rebanhos colectivos, quantos moradores têm gado nesses rebanhos?

\_\_\_\_\_ moradores

**20** Existem pastagens melhoradas ou instaladas na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 21)

**20a** Quem procedeu à sua instalação?

- ☐ Serviços Florestais  
☐ Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

**14** Nos últimos 25 anos houve áreas que perderam o coberto florestal?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 15)

**14a** A que se ficou a dever essa perda do coberto florestal?

- ☐ Ocorrência de fogo sem posterior rearborização  
☐ Realização de cortes sem posterior rearborização  
☐ Outros motivos. Especifique: \_\_\_\_\_

**15** Nos últimos 25 anos houve novas áreas arborizadas?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 16)

**15a** Como se originaram essas novas áreas arborizadas?

- ☐ Por arborização promovida pelos Serviços Florestais  
☐ Por arborização promovida por parte da entidade administrante, que não os Serviços Florestais  
☐ Por arborização promovida por empresas concessionárias (celuloses ou outras)  
☐ Pelo desenvolvimento da regeneração natural em terrenos abandonados ou incultos  
☐ Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

**16** Qual o balanço da área florestal total na Unidade de Baldio nos últimos 25 anos?

- ☐ Não sofreu alterações  
☐ Aumentou  
☐ Diminuiu

**17** Verifica-se a utilização na Unidade de Baldio para o apascentamento de gado?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 21)

gado de elementos de fora da comunidade		
número de rebanhos		
número de cabeças	ovino	
	caprino	
	bovino	
	outro	
n.º de meses em que o gado pasta no baldio		

**21** Verifica-se a utilização da Unidade de Baldio para culturas agrícolas anuais?

☐ Sim ☐ Não

**22** Verifica-se a utilização na Unidade de Baldio para culturas permanentes não florestais?

☐ Sim ☐ Não



**9** Nos últimos 25 anos houve receitas provenientes de arrendamento de terras para a produção florestal (celuloses ou outras)?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 10)

**9a** Os pagamentos correspondentes a esses arrendamentos foram (ou são):

- ☐ Anuais e o seu valor independente da produção de cada corte  
☐ Feitos no momento dos cortes e o seu valor dependente da produção do corte  
☐ Feitos no momento dos cortes e o seu valor pago independente da produção do corte  
☐ Outra forma de pagamento. Especifique: \_\_\_\_\_

**10** Actualmente existem terras arrendadas para a produção florestal (celuloses ou outras)?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 11)

**10a** Qual a área total abrangida por esse(s) contrato(s)?

\_\_\_\_\_ ha

**11** Nos últimos 25 anos houve receitas provenientes de venda material lenhoso fora do âmbito dos arrendamentos referidos anteriormente?

☐ Sim ☐ Não

**12** A actividade de resinagem é praticada na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não

**13** Existem colmeias na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não

**14** Nos últimos 25 anos houve áreas que perderam o coberto florestal?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 15)

**14a** A que se ficou a dever essa perda do coberto florestal?

- ☐ Ocorrência de fogo sem posterior rearborização  
☐ Realização de cortes sem posterior rearborização  
☐ Outros motivos. Especifique: \_\_\_\_\_

**15** Nos últimos 25 anos houve novas áreas arborizadas?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 16)

**15a** Como se originaram essas novas áreas arborizadas?

- ☐ Por arborização promovida pelos Serviços Florestais  
☐ Por arborização promovida por parte da entidade administrante, que não os Serviços Florestais  
☐ Por arborização promovida por empresas concessionárias (celuloses ou outras)  
☐ Pelo desenvolvimento da regeneração natural em terrenos abandonados ou incultos  
☐ Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

**16** Qual o balanço da área florestal total na Unidade de Baldio nos últimos 25 anos?

- ☐ Não sofreu alterações  
☐ Aumentou  
☐ Diminuiu

**17** Verifica-se a utilização na Unidade de Baldio para o apascentamento de gado?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 21)

**18** Relativamente ao pastoreio praticado na Unidade de Baldio, quantos rebanhos e quantos animais pastam na Unidade de Baldio? Durante quantos meses decorre esse pastoreio?

gado de elementos da comunidade		
número de rebanhos	individuais	
	colectivos	
número de cabeças	ovino	
	caprino	
	bovino	
	outro	
n.º de meses em que o gado pasta no baldio		

gado de elementos de fora da comunidade		
número de rebanhos		
número de cabeças	ovino	
	caprino	
	bovino	
	outro	
n.º de meses em que o gado pasta no baldio		

**19** No caso de existirem rebanhos colectivos, quantos moradores têm gado nesses rebanhos?

\_\_\_\_\_ moradores

**20** Existem pastagens melhoradas ou instaladas na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 21)

**20a** Quem procedeu à sua instalação?

- ☐ Serviços Florestais  
☐ Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

**21** Verifica-se a utilização da Unidade de Baldio para culturas agrícolas anuais?

☐ Sim ☐ Não

**22** Verifica-se a utilização na Unidade de Baldio para culturas permanentes não florestais?

☐ Sim ☐ Não



- 23** Quantas pessoas utilizam a Unidade de Baldio para (A) pastoreio de gado, (B) culturas agrícolas anuais e (C) culturas permanentes não florestais?  
Registe no quadro as respostas relativas às actividades correspondentes aos quesitos 17, 21 e 22 aos quais se tenham obtido respostas positivas

			(A)	(B)	(C)
segundo os usos e costumes					
fora dos usos e costumes	pertencentes à comunidade	pagando em dinheiro essa utilização			
		não pagando em dinheiro essa utilização			
	de fora da comunidade	pagando em dinheiro essa utilização			
		não pagando em dinheiro essa utilização			

- 24** Verifica-se a utilização na Unidade de Baldio para a actividade venatória (caça)?

☐ Sim ☐ Não

- 25** A Unidade de Baldio está:

- ☐ Integralmente incluída em zona de caça associativa  
☐ Parcialmente incluída em zona de caça associativa  
☐ Integralmente incluída em zona de caça social  
☐ Parcialmente incluída em zona de caça social  
☐ Integralmente incluída em zona de caça turística  
☐ Parcialmente incluída em zona de caça turística  
☐ Integralmente sujeita ao regime livre  
☐ Parcialmente sujeita ao regime livre  
☐ Outra situação. Especifique: \_\_\_\_\_

- 26** Existem antenas instaladas (telefones, rádio, televisão, força aérea, etc.) na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 27)

- 26a** Existem receitas resultantes da presença dessas antenas?

☐ Sim ☐ Não

- 27** Existe equipamento de aproveitamento do vento para produção de energia eléctrica (parques eólicos) instalado na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 28)

- 27a** Existem receitas resultantes da presença desse equipamento?

☐ Sim ☐ Não

- 28** Existem pedreiras em exploração na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 29)

- 28a** Existem receitas resultantes dessas pedreiras?

☐ Sim ☐ Não

- 28b** Como são exploradas essas pedreiras?

- ☐ Directamente pela entidade administrante  
☐ A exploração encontra-se concessionada  
☐ Outra situação. Especifique: \_\_\_\_\_

- 29** Verifica-se a recolha de matos na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 30)

- 29a** Quantos compartes praticam essa recolha?

\_\_\_\_\_ compartes

- 30** Verifica-se a recolha de lenhas na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 31)

- 30a** Quantos compartes praticam essa recolha?

\_\_\_\_\_ compartes

- 31** Existem viveiros florestais instalados na Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 32)

- 31a** Existem receitas resultantes da existência desses viveiros florestais?

☐ Sim ☐ Não

- 31b** Esses viveiros florestais estão em actividade?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 32)

- 31c** Esses viveiros florestais são geridos e explorados por:

- ☐ Serviços Florestais  
☐ Particular  
☐ Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

observações



**32** Existem casas de guarda florestal na Unidade de Baldio?

- ☐ Sim. Quantas?   
☐ Não (passa ao quesito 33)

**32a** Existem receitas resultantes da existência dessas casas?

- ☐ Sim ☐ Não

**32b** Essas casas de guarda florestal:

- ☐ São utilizadas como habitação permanente  
☐ São utilizadas como alojamento  
☐ São utilizadas para outros fins. Especifique:

☐ Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

**32c** Quem utiliza essas casas de guarda florestal:

- ☐ Um guarda florestal ou outro funcionário do Estado  
☐ Um particular da comunidade  
☐ Uma associação (defesa do meio ambiente, escuteiros, etc.)  
☐ Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

**32d** Qual o estado de conservação dessas casas de guarda florestal:

- ☐ Bom estado  
☐ Mau estado  
☐ Ruínas

**observações**

**33** Indique, por ordem, as três utilizações ou ocupações do Baldio que mais receitas proporcionam (no conjunto dos últimos 10 anos):

mais importante a seguir a seguir

- |                          |                          |                          |   |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Floresta                                      |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Resinagem                                     |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Recolha de lenhas                             |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Recolha de matos                              |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Recolha de cogumelos                          |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Recolha de outros produtos da floresta        |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Caça  |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Pastoreio                                     |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Culturas agrícolas anuais                     |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Culturas permanentes não florestais           |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Captações de água                             |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Parques eólicos                               |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Pedreiras                                     |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Antenas                                       |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Outras utilizações ou ocupações. Especifique: |

**34** Indique, por ordem, as três utilizações ou ocupações do Baldio que considera mais importante para manter a vida da comunidade:

mais importante a seguir a seguir

- |                          |                          |                          |   |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Floresta                                      |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Resinagem                                     |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Recolha de lenhas                             |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Recolha de matos                              |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Recolha de cogumelos                          |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Recolha de outros produtos da floresta        |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Caça  |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Pastoreio                                     |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Culturas agrícolas anuais                     |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Culturas permanentes não florestais           |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Captações de água                             |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Parques eólicos                               |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Pedreiras                                     |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Antenas                                       |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Outras utilizações ou ocupações. Especifique: |

#### aplicação das receitas provenientes da unidade de baldio

**35** Quem gere a aplicação das receitas provenientes da Unidade de Baldio?

- ☐ Conselho Directivo  
☐ Junta de Freguesia  
☐ Assembleia de Compartês  
☐ Câmara Municipal  
☐ Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

- ☐ As receitas estão cativas e são depositadas à ordem dos Serviços Florestais (passa ao quesito 38)

**observações**



**36** As receitas provenientes da Unidade de Baldio têm sido aplicadas na floresta?

- ☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 37)

**36a** Em que têm consistido essas aplicações?

- ☐ Arborização (terrenos anteriormente sem floresta)  
☐ Rearborização  
☐ Limpeza dos povoamentos  
☐ Aquisição de equipamento florestal  
☐ Construção e conservação da rede viária e divisional  
☐ Construção, conservação e funcionamento das estruturas para prevenção e combate a incêndios (barragens, tanques, torres de vigia, vigilância, etc.)  
☐ Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

observações

**37** As receitas provenientes da Unidade de Baldio têm tido outro tipo de aplicação? (fora da floresta)

- ☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 38)

**37a** Em que se tem traduzido a aplicação dessas receitas?

- ☐ Abertura e conservação de caminhos e arruamentos  
☐ Construção ou conservação de chafarizes e fontanários  
☐ Abertura ou melhoria de captações de água  
☐ Construção ou conservação de centros sociais  
☐ Conservação e restauro de capelas e igrejas  
☐ Construção ou conservação de campos de futebol  
☐ Construção ou conservação de pavilhões polidesportivos  
☐ Construção ou conservação de postos de saúde  
☐ Recuperação e conservação de escolas  
☐ Aquisição de veículos para transporte de pessoas (furgões, viaturas ligeiras, autocarros, etc.)  
☐ Investimentos produtivos (equipamento agrícola, equipamento para a exploração de pedreiras, etc.)  
☐ Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

#### identificação da unidade de baldio inquirida

**38** De acordo com os usos e costumes, que lugares(s) têm direito de uso e fruição da Unidade de Baldio?  
*Especifique todos os lugares indicando a que freguesia pertence cada um deles*

Lugar(es):

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Freguesia(s):

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**39** A Unidade de Baldio está inserida em algum Perímetro Florestal?

- ☐ Sim, integralmente inserida no Perímetro Florestal de \_\_\_\_\_  
☐ Sim, parcialmente inserida no Perímetro Florestal de \_\_\_\_\_  
☐ Não, a Unidade de Baldio não está inserida em nenhum Perímetro Florestal

**40** A Unidade de Baldio está inserida em alguma Área Protegida?

- ☐ Sim, integralmente inserida no Parque/Reserva de \_\_\_\_\_  
☐ Sim, parcialmente inserida no Parque/Reserva de \_\_\_\_\_  
☐ Não, a Unidade de Baldio não está inserida em nenhuma Área Protegida

**41** A Unidade de Baldio tem alguma designação local (corrente)?

- ☐ Sim. Especifique: \_\_\_\_\_  
☐ Não

**42** Pelos usos e costumes, quantos moradores têm, actualmente, direito à fruição da Unidade de Baldio?

\_\_\_\_\_ moradores

**43** Como se distribui a área total da Unidade de Baldio?

	ha	ordem
área florestal gc>30%		
área florestal gc<30%		
área agrícola		
área de matos e incultos		
outras áreas		
total		



**44** Nos últimos 25 anos a área total da Unidade de Baldio diminuiu?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 45)

**44a** Essa redução da área total da Unidade de Baldio deve-se a:

☐ Expropriação  
☐ Cedência para expansão da área urbana  
☐ Cedência para instalação de empreendimentos de interesse colectivo  
☐ Cedência a privados para utilização agro-florestal  
☐ Cedência a privados para outra utilização (diferente da agro-florestal)  
☐ Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

**44b** As cedências eventualmente referidas no quesito anterior foram feitas:

☐ A título gratuito  
☐ A título oneroso (houve pagamento)

**44c** As cedências de áreas eventualmente referidas no quesito 44a foram:

☐ Alienações (transmissão da propriedade)  
☐ Cedências do direito de uso (transmissíveis de geração em geração)  
☐ De outro tipo. Especifique: \_\_\_\_\_

**44d** Essa redução da área da Unidade de Baldio deu origem a algum tipo de conflito?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 45)

**44e** Esse conflito verificou-se (ou verifica-se)?

☐ Opondo a comunidade ao exterior  
☐ Dentro da comunidade

**45** Existe algum tipo de conflito resultante da reclamação de direitos individuais sobre parte da Unidade de Baldio?

☐ Sim ☐ Não

**46** Existe algum tipo de conflito resultante de usos abusivos (não autorizados) dos recursos do Baldio?

☐ Sim ☐ Não

**47** Existe algum tipo de conflito resultante de roubos de material lenhoso, resina ou outros produtos da floresta?

☐ Sim ☐ Não

**48** Nos últimos 25 anos têm existido dificuldades importantes na gestão da Unidade de Baldio ou na participação da população da comunidade nessa gestão?

☐ Sim ☐ Não (passa ao quesito 49)

**48a** De que tipo têm sido essas dificuldades?

☐ Falta de consenso dos compartes na aplicação das receitas  
☐ Dificuldades de relacionamento entre a Junta de Freguesia e o Conselho Directivo  
☐ Dificuldades de relacionamento entre a entidade administrante e os membros da comunidade  
☐ Falta de disponibilidade de compartes para integrar os órgãos de gestão  
☐ Falta de interesse dos membros da comunidade no aproveitamento ou gestão da Unidade de Baldio  
☐ Falta de capacidade ou apoio técnico  
☐ Demora na disponibilização das receitas  
☐ Dificuldade na homologação dos resultados eleitorais para os órgãos de gestão  
☐ Falta de nomeação do representante do Ministério da Agricultura e Pescas (alínea b) do art. 9.º do Decreto-Lei 39/76)  
☐ Falta de participação do representante do Ministério da Agricultura e Pescas  
☐ Outro tipo. Especifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### identificação da pessoa inquirida

**49** Nome: \_\_\_\_\_

**51** Ano de nascimento: [ ][ ][ ][ ]

**50** Residência habitual:

Morada: \_\_\_\_\_

[ ][ ][ ][ ][ ][ ][ ][ ] \_\_\_\_\_

Freguesia: \_\_\_\_\_

Concelho: \_\_\_\_\_

**52** Actividade principal:

☐ Agricultor  
☐ Trabalhador do sector secundário  
☐ Trabalhador do sector terciário  
☐ Trabalhador por conta própria. Especifique o ramo: \_\_\_\_\_  
☐ Outra. Especifique: \_\_\_\_\_

**53** Qualidade em que é inquirido:

☐ Presidente ou outro elemento do Conselho Directivo  
☐ Presidente ou outro elemento da Comissão de Fiscalização  
☐ Presidente ou outro elemento da Mesa da Assembleia de Compartes  
☐ Outro comparte não abrangido pelas possibilidades anteriores

☐ Presidente ou outro elemento da Junta de Freguesia  
☐ Representante do Município  
☐ Outra pessoa não abrangida pelas possibilidades anteriores. Especifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## Anexo V - Guião de entrevista

Identificação (instituição, Preponente) \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Objetivo:** Guião da entrevista com o propósito de obter dos atores a opinião e crítica de alguns assuntos relacionados com a gestão atual dos baldios.

### **Dimensão social:**

- Quem são os utilizadores destes espaços Baldios?
- Os utilizadores sabem valorizar estes espaços comunitários?
- A comunidade local (compertes) consegue e está em condições de dar respostas a uma gestão responsável e partilhada?
- O que pensa da gestão que atualmente se faz destes espaços?
- A utilização que se dá aos baldios mudou na sua essência?
- Gostava de alterar a atual gestão que se está a dar a estes territórios comunitários?
- Que papel deve ser reservado ao Estado?
- Em que condições é que o Estado deve reassumir a gestão?
- O que mudou nestes espaços (fatores históricos relevantes)?

### **Dimensão ambiental:**

- Que modelo de agricultura é praticado nesses espaços?
- A silvopastorícia é representativa nos baldios?
- Como se encontra a cobertura vegetal desses espaços?
- Existe uma grande área florestada?
- Como se faz a exploração da lenha?
- Em que estado se encontram as espécies autóctones (animais e vegetais)?
- Como classifica o risco de incêndios?
- Existe regeneração de áreas degradadas?
- Que tipo de turismo é praticado nestes espaços?

- Existem recursos hídricos nesse espaço? De que forma são utilizados?

**Dimensão Comunitária:**

- Quantas famílias usufruem e utilizam estes espaços?
- Considera que estes espaços contribuem para a fixação das populações rurais?
- Que principais mudanças verificam na utilização destes territórios?
- Acha que as populações dão valor e se sentem unidas na preservação destes territórios?

**Dimensão Económica:**

- Considera que estes espaços ainda representam uma forma de sobrevivência para as famílias?